

ISRAEL PEREIRA DIAS DE SOUZA

**DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA:**  
*a farsa fascinante, a tragédia facinorosa*



Israel Pereira Dias de Souza

**DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA:**  
*a farsa fascinante, a tragédia facinora*





Israel Pereira Dias de Souza

**DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA:**  
*a farsa fascinante, a tragédia facinora*

1ª edição

Rio Branco  
IFAC  
2018



## **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC**

### **REITORA**

Rosana Cavalcante dos Santos

### **PRÓ-REITOR DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

Luis Pedro de Melo Plese

### **PRÓ-REITORA DE ENSINO**

Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio

### **PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**

Fábio Storch de Oliveira

### **PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Ubiracy da Silva Dantas

### **PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

José Claudemir Alencar do Nascimento

### **Conselho Editorial**

Rosana Cavalcante dos Santos

Kelen Gleysse Maia Andrade

Luis Pedro de Melo Plese

Naje Clécio Nunes da Silva

Tatiane Loureiro da Silva

Guiomar Almeida Sousa Diniz

Cleber Ronald Inácio dos Santos

Edvar de Sousa da Silva

Francisco Bezerra de Lima Junior

Israel Pereira Dias de Souza

Iliane Tecchio

### **Direção de Publicação**

Kelen Gleysse Maia Andrade

### **Edição**

Editora IFAC

### **Produção Executiva**

Kelen Gleysse Maia Andrade

Ronaldo Cunha da Conceição

### **Revisão e normalização de texto**

Edilene da Silva Ferreira

Israel Pereira Dias de Souza

### **Diagramação, capa e tratamento de imagens**

Ronaldo Cunha da Conceição

Reitoria - Rua Coronel José Galdino, 495,  
Bosque - Rio Branco/AC - CEP 69900-640  
[www.ifac.edu.br](http://www.ifac.edu.br)  
Fone: (68) 2106-6834 - [editora@ifac.edu.br](mailto:editora@ifac.edu.br)

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729d Souza, Israel Pereira Dias de  
Desenvolvimentismo na Amazônia: a farsa fascinante, a tragédia  
facinora [recurso eletrônico] / Israel Pereira Dias de Souza. – Rio Branco:  
EDIFAC, 2018.  
E-book: (189 p.)

Inclui bibliografia.  
E-book, no formato PDF.  
ISBN 978-85-65402-17-0

1. Economia ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDD 333.7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA EDINA SILVA-CRB 3/1490

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (**Lei nº 9.610/98**) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

## AGRADECIMENTOS

*A Lindomar Padilha, Elder Andrade de Paula, Dercy Teles e Osmarino Amâncio, guerreiros insubmissos destas paragens amazônicas, amigos, mestres, inspiração.*

*À minha família em cujo seio me exercitei e exercito na difícil e necessária arte de amar e cuidar da vida.*

*As ciências exigem um tanto de solidão. Mesmos as sociais, que lidam com gente, requerem aproximações e distanciamentos, a fim de, olhando por vários ângulos e perspectivas várias, alcançar melhor compreensão. Em razão disso, não poderia deixar de agradecer a paciência e o afeto de Nayra Oliveira dos Santos e Maria Beatriz, partes de mim, de quem me aparto vez em quando, para dedicar-me às tarefas da ciência... e para quem sempre volto.*

*À equipe da Editora do IFAC que, depois da devida análise, acolheu este trabalho, reputando-o digno de publicação.*

*Todos esses, cada a seu modo, me ensinaram porque, “mais do que entender o mundo, importa transformá-lo”.*



*Do cadáver ainda desenterrado do desenvolvimento começam a surgir e a espalhar-se todos os tipos de praga (Gustavo Esteva).*

*Pero los gobernantes de los países del sur que prometen el ingreso al Primer Mundo, mágico pasaporte que nos hará a todos ricos y felices, no solo deberían ser procesados por estafa. No solo nos están tomando el pelo, no: además, esos gobernantes están cometiendo el delito de apología del crimen. Porque este sistema de vida que se ofrece como paraíso, fundado em la explotación del prójimo y em la aniquilación de la naturaleza, es el que nos está enfermando el corpo, os está envenenando el alma y nos está dejando sin mundo (Eduardo Galeano).*

*[...] os limites do capital não podem mais ser definidos meramente como obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza social e, portanto, como um freio ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à sobrevivência da humanidade (István Mészáros).*



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	19
<b>PARTE I: “SOCIEDADE CIVIL”, “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” E DISPUTAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL</b>	<b>23</b>
Ambientalismo contra soberania na Amazônia Sul-Occidental: uma análise da Iniciativa MAP	25
“Cooperação Internacional”, “desenvolvimento sustentável” e controle dos “recursos naturais” na Amazônia: considerações sobre a Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA)	61
<b>PARTE II: A FARSA FASCINANTE, A TRAGÉDIA FACÍNORA</b>	<b>93</b>
Prometeu, Pandora e o Desenvolvimentismo	95
Para além do “desenvolvimento sustentável”	115
“Autonomias” e conflitos territoriais na Amazônia-boliviana - reflexões sobre o caso de Pando	123
Desenvolvimentismo na América Latina: a persistência de uma ilusão fascinante e facínora	147
Rio+20: cenário geoeconômico e tendências	153
IIRSA e o “subimperialismo brasileiro”	165
As palavras e as coisas: desafios da reforma agrária na Amazônia no 27º ano da morte de Chico Mendes	181



## APRESENTAÇÃO

Ao se propor o desafio de compreender o “atual modelo de desenvolvimento brasileiro”, Reinaldo Gonçalves<sup>1</sup> toma como pista metodológica uma orientação de Braudel. Analisando o papel do mercado no desenvolvimento do capitalismo, Braudel afirma que “há uma parte de verdade, uma parte de má-fé, mas também de ilusão” em torno desse tema. Para Gonçalves, no início deste século, “as visões e análises sobre a economia e a sociedade no Brasil são, na sua maioria, incapazes de fazer a distinção entre pouca verdade, muita má-fé e, principalmente, muita ilusão”.

O mesmo se pode dizer de considerável parte das visões e análises, de dentro e de fora da academia, sobre o desenvolvimentismo na Amazônia. Poucos são os que se dão conta do misto de farsa e tragédia que há nisso.

Com efeito, aqui nessas paragens, muitos são os que, crenes no desenvolvimentismo (deslumbrados com suas promessas de crescimento econômico, de melhorias das condições sociais e/ou de conservação ambiental)<sup>2</sup> e em seus ideólogos, correm ao encontro de sua perdição. E, assim,

---

<sup>1</sup> GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: LCT, 2013.

<sup>2</sup> E aqui se encontra a principal característica do conceito de “desenvolvimentismo”, tal como o utilizo. Com ele, englobo do industrialismo e do “desenvolvimento sustentável” ao “neoextrativismo”. Sem descuidar de suas diferenças, tratamo-los como variantes do impulso do capital pela exploração dos bens naturais, resultando, dentre outras coisas, em degradação ambiental, desterritorialização e reterritorialização. No mais, vale dizer que todo modelo de desenvolvimento, por implicar uma prática e um ideário-crença, é também um “desenvolvimentismo”.

fazem lembrar algumas páginas do **Segundo discurso sobre a origem e fundamento das desigualdades entre os homens**, de Rousseau<sup>3</sup>. Refletindo sobre o “contrato social” e denunciando o caráter classista do Estado, o genebrino diz que, deixando-se levar por uma farsa, “muitos correram ao encontro de seus grilhões, crendo assegurar sua liberdade”.

Um dos objetivos das páginas que seguem é ajudar a fazer aquela necessária distinção de que falam Braudel e Reinaldo Gonçalves, pois aqui, como naquele texto de Rousseau, a farsa encobre e sustenta a tragédia, confundindo-se por fim com ela.

Num certo sentido, o projeto do presente livro nasceu bem antes, ainda no ano de 2011. Mas, por uma inquietação com o cenário político local, ele foi deixado meio de lado. Essa inquietação me levou a publicar, antes, o livro **Democracia no Acre: notícias de uma ausência**, obra em que incluí alguns artigos que, a princípio, fariam parte do livro não publicado<sup>4</sup>.

Agora que recobro o intento de publicá-lo, percebo que ele fecha uma etapa de minhas pesquisas e abre outra. Também por isso, optei por não repetir textos. Então recolhi, dentre vários outros, alguns artigos que havia escrito e que, repousando sobre as mesmas preocupações, tocam e iluminam o tema do

---

<sup>3</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Segundo discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens**. Editora Nova Cultural, 2005.

<sup>4</sup> Os artigos aqui referidos (e que fazem parte da obra citada) tratam do “desenvolvimento sustentável” no Acre e suas implicações. São eles: **Ambientalismo e geopolítica**: da criação das RESEX aos corredores da espoliação; “Depois de mim, o dilúvio”: o “círculo vicioso” da dívida pública e **Estado e Movimento Indígena na Amazônia Ocidental**: do conflito à conciliação? Crônica de uma vitória às avessas.

desenvolvimentismo na Amazônia, ainda que - verá o leitor - tenham sido escritos em períodos diferentes e tenham formatos e tamanhos diferentes. Acredito, porém, que nada disso afeta o que guardam em comum. Acredito, mesmo, que há algo de salutar e pedagógico no fato de que outros pesquisadores possam ver uma reflexão em movimento, que se desdobra no tempo perseguindo o objeto, também, este em movimento, fugidío.

Assentes no conceito de “Estado ampliado” de Gramsci, das duas partes que compõem o presente livro, uma está mais voltada para a atuação da “sociedade civil” e a outra, mais para a atuação da “sociedade política”. Como se verá, todavia, isso longe está da visão liberal que separa “sociedade política” de “sociedade civil”, atribuindo àquela todos os vícios e a esta, todas as virtudes.

A **PARTE I, “Sociedade civil”, “desenvolvimento sustentável” e disputas territoriais na Amazônia Sul-Occidental**, traz dois artigos. Estes já constavam no projeto original do livro e foram elaborados a partir de minha pesquisa de mestrado<sup>5</sup>.

Os textos enfrentam um consenso relativamente sólido que, bem ao espírito neoliberal, alega que os estados que compõem a Amazônia são incapazes de, sozinhos, protegê-la. Em razão disso e para o bem de nossas florestas, tais estados deveriam abrir-se à “cooperação” com outros estados e, sobretudo, abrir-se à participação da “sociedade civil”, compreendida como sinônimo de povo e encarnação da democracia.

---

<sup>5</sup> Soberania e “Governança ambiental” na Amazônia Sul-Occidental: um olhar sobre a Iniciativa MAP.

Entretanto, ainda que forjadas em nome da democracia e do “desenvolvimento sustentável”, as ditas “cooperações” resultam em algo muito diverso do que prometem. Nem todo o verde da farsa é suficiente para encobrir o cinza da tragédia. Foi o que se pôde constatar a partir de uma análise da *Iniciativa MAP* e da *Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica* (ICBA).

As pesquisas apontaram que, ao contrário de um “sujeito” ou “espaço” “esterilizado”, a “sociedade civil” em âmbito planetário materializa e reproduz as contradições de classes e as assimetrias nas relações de poder Norte/Sul também em escala global, assemelhando-se ao “estado de natureza hobbesiano”, no qual impera “a luta de todos contra todos”.

Dentre outras coisas, as iniciativas aqui em tela - cuja atuação na fronteira trinacional formada por Acre/Brasil, Pando/Bolívia e Madre de Dios/Peru foi analisada - atuam no sentido de ensejar (ou justificar) a ingerência estrangeira na região, difundindo uma visão e uma prática mercantilistas da natureza, dilapidando a soberania dos Estados e populações locais sobre seus territórios e bens naturais.

Na **PARTE II, A persistência de uma ilusão fascinante e facínora**, são analisadas, maiormente, a atuação de alguns governos (“sociedade política”) da região e suas implicações para a(s) Amazônia(s) e suas populações. E, mesmo quando levantamos a vista para olhar o que se passa na América Latina ou na geoeconomia mundial, é sempre para a Amazônia que se dirige nossa atenção maior.

Os textos chamam a atenção para o anacronismo (perigoso) que é, nesses tempos regressivos em que: 1) as indústrias latino-americanas ou estão fragilizadas e/ou em mãos forâneas; e 2) os bens primários pesam decididamente nas balanças comerciais, os governos da região lançarem mão do ideário desenvolvimentista, ainda, que dando a ele colorações e feições outras.

O resultado disso é que, mesmo sob governos com sabidas relações com os de “baixo”, com suas justificáveis lutas para fugir à “ingerência estrangeira” e gerar dividendos que possam ser investidos em políticas sociais, o desenvolvimentismo persiste na região como uma ilusão a um só tempo fascinante e facínora. Pelo menos é assim para parte considerável daqueles que habitam as Amazônias; aqueles que, quase sempre, sofrem os efeitos danosos do desenvolvimento, e, quase nunca, colhem seus frutos virtuosos.

Por fim, o último texto, “As palavras e as coisas: desafios da reforma agrária na Amazônia no 27º ano da morte de Chico Mendes”, fruto de uma palestra que proferi no histórico e simbólico Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri, por ocasião do 27º ano da morte de Chico Mendes, aborda algumas das difíceis relações que se estabelecem entre ambientalismo e reforma agrária, ressaltando como o ambientalismo oculta e radicaliza conflitos agrários na Amazônia-acriana.

Enquanto o capital (em suas mais variadas facetas, desenvolvimentistas ou não) se afirmar como ídolo, por consenso

ou coerção, não resta outra saída aos homens e mulheres que anseiam por liberdade a não ser a iconoclastia. Espero que as páginas que aqui vão sejam suficientemente iconoclastas e possam ajudar na tarefa da emancipação humana.

A esta altura, deixo aqui um vaticínio último ao leitor. Em seu poema *Da verdadeira possessão diabólica*, Mário Quintana dizia: “É o que nos assinala e caracteriza os servos do Diabo, neste nosso inquieto mundo, não é especificamente a maldade: é a indiferença”. Assim, valendo-me do “príncipe dos poetas” como um calço, posso dizer que nem mesmo a ciência - que uns tantos julgam produto e produtora da laicidade - está imune a essa diabolice.

Uma das formas que a indiferença - esta diabolice - assume na ciência é a neutralidade axiológica. Crendo (!) nisso, o cientista age como se fosse isento de valores, como se sua “neutralidade” não fosse parte da sustentação deste mundo marcado por injustiças, opressão e exploração; como se sua “indiferença” não fosse, já e essencialmente, uma tomada de partido, a favor dos de cima.

Aqui, não entra a indiferença. Cada texto é um combate e uma trincheira. Aqui, assumindo o ponto de vista dos de baixo, busca-se a emancipação humana.

De resto, cumpre sublinhar que, mesmo assinando alguns textos com outros autores, a responsabilidade por todos os problemas que aqui possam ser encontrados é de minha inteira lavra.

## PREFÁCIO

Confesso, inicialmente, que não esperava o convite que me foi ofertado para prefaciar esta obra. Ainda continuando as confissões, me assustei um pouco diante da oportunidade, aceitei com um misto de receio, euforia, alegria e curiosidade pela leitura, face os acalorados debates que participei com meu estimado amigo Israel.

Não custou para cair na realidade e perceber que a responsabilidade era maior que imaginara, pois, com o desenrolar da obra, percebi uma crescente inquietação, uma “incomodação” com o que me deparara.

A obra **Desenvolvimentismo na Amazônia**: a farsa fascinante, a tragédia facínora, subdivide-se em duas partes com linguagens próprias, singulares em seus momentos. Desta forma, guiar-me-ei pelas inquietações pessoais, acreditando que cada leitor e leitora terá as suas. Afinal, saindo das mãos do autor, a obra é nossa, para nossas inquietações!!!!

Na primeira parte do livro, **“Sociedade civil”, “desenvolvimento sustentável” e disputas territoriais na Amazônia Sul-Occidental**, com dois capítulos, sendo eles “Ambientalismo contra soberania na Amazônia Sul-Occidental: uma análise da Iniciativa MAP” e “ ‘Cooperação Internacional’, ‘desenvolvimento sustentável’ e controle dos ‘recursos naturais na Amazônia: considerações sobre a Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA)”, deparei-me com o conflito entre uma verdade consolidada e uma excelente

reflexão sobre a capacidade do “amazônida” em lidar com suas questões internas, propriamente as ambientais (não esqueço a política, econômica, social, cultural, apenas destaco a ambiental como síntese de todas), pois venho de uma visão voltada para a crença na necessidade de base internacional para tais questões, findando por me enxergar em uma condição de ter subestimado essas “nações da floresta”.

Ao mesmo tempo da reflexão acima, acompanhou o receio da constante intervenção internacional em questão que de fato são soberanas, e da saúde de tal relação para o Brasil como um todo!

Na segunda parte da obra, **A farsa fascinante, a tragédia facínora**, são postos para a apreciação 7 capítulos, sendo eles “Prometeu, Pandora e o Desenvolvimentismo”, “Para além do ‘desenvolvimento sustentável’”, “‘Autonomias’ e conflitos territoriais na Amazônia-boliviana - reflexões sobre o caso de Pando”, “Desenvolvimentismo na América Latina: a persistência de uma ilusão fascinante e facínora”, “Rio+20: cenário geoeconômico e tendências”, “IIRSA e o ‘subimperialismo brasileiro’”, “As palavras e as coisas: desafios da reforma agrária na Amazônia no 27º ano da morte de Chico Mendes”.

Esse segundo momento traz leituras mais curtas e de compreensão mais simples. Assim o compreendi por expor argumentos que, em gosto bem pessoal, ergueram-me interesse por demais, levando em consideração meu prazer com temáticas que envolvem o viés internacionalista e a inserção brasileira nesse contexto.

O autor, inteligentemente, traça o elo entre as economias latino-americanas, e os demais mercados internacionais, inserindo uma percepção dura sobre essas relações, pois aponta para a continuidade, a manutenção de um quadro característico do período colonial que nosso país passou (será?), e nessa perspectiva ocorreu apenas a substituição de metrópoles, expressando, ainda, um preocupante e grave quadro político, econômico e social das populações “originais”.

Em outra ótica, não mais de colônia, mereceu uma peculiar observação a posição posta ao Brasil como “subimperialista”, postura tomada diante dos seus “parceiros” sul-americanos.

Como arrebate, a obra nos desperta uma ardente necessidade de revisitar os ideais e ações de Chico Mendes, dada a quantidade de informações que nos conduzem a romper com o novelesco personagem. O livro nos expõe uma realidade mais dura que envolve tanto a questão ambiental como a agrária propriamente dita e as possíveis distorções de informações que findam por acobertar uma violência no campo que é escondida, estranhamente, pelos conflitos ambientais!!!

É-nos apresentada a trágica informação da violência que envolve os continuadores dos ideais de Chico Mendes, tanto pela ótica agrária, como ambientalista e que findam por passar despercebidas, oportunamente esquecidas (ou não), pelos Governos brasileiros, mesmo os que se imaginaram voltados para a esquerda.

Sendo a obra mais que um alerta para o caso das questões ambientais e da terra, torna-se uma ferramenta de luta contra o silêncio estatal e, por que não dizer, da sociedade civil!!!

Como pode ser visto nestas breves palavras, a obra do professor Israel Souza se põe como fundamento para a ampliação da compreensão sobre temas tão em voga como as relações complexas entre ambientalismo, economia de mercado e imperialismo contemporâneo, assim como desenvolvimento sustentável e conflitos de terras por estas bandas do Brasil.

Por fim, traz à luz questões obscuras sobre o desvio de atenção sobre a questão agrária na Amazônia, a violência que o referido tema envolve e a falta de dados claros sobre isso. Ao contrário disso, a apresentação de informações confusas e nada reveladoras, despertado o questionamento sobre as “verdades verdadeiras” por trás de tal obscurantismo.

Leitura inquietante, com linguagem em parte poética, em outra acadêmica, com um efeito perturbador sobre este ser curioso que vos escreve, gerou o “incômodo” suficiente para não querer aquietar-me face as demandas postas!!

Ao fim da leitura, não creio que queiram calar, ao revés, inflamar-se-á o desejo de agir!!

Bráulio de Medeiros Gonçalves

Advogado especialista em Direito Internacional e Direito do Trabalho e Processo do Trabalho; Licenciado em História, Mestre em Teologia e educação – Ética e Gestão, pelas Faculdades EST de São Leopoldo/RS, Docente do Instituto Federal de Educação Técnica e Tecnológica do Acre

**PARTE I**  
**“Sociedade civil”, “desenvolvimento sustentável”  
e disputas territoriais na Amazônia Sul-Occidental**



## AMBIENTALISMO CONTRA SOBERANIA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL: UMA ANÁLISE DA INICIATIVA MAP<sup>6</sup>

### **Amazônia, soberania e “governança ambiental”**

São muitos os problemas colocados à soberania dos Estados nacionais latino-americanos desde sua conformação como periferia do “moderno sistema-mundo”. Alguns desses problemas diminuíram e outros foram superados quando, variando caso a caso, os diversos países desse continente deixaram de ser colônias e alcançaram sua independência jurídica. Entretanto, em virtude de acontecimentos das três últimas décadas do século XX, os problemas multiplicaram-se, complexificaram-se e intensificaram-se.

De um lado, a queda do bloco soviético e a fragilização de alguns dos principais instrumentos de luta das classes e dos grupos subalternos, como os sindicatos e partidos de inspiração socialista. De outro, a contraofensiva do capital contra o trabalho/cidadania e tudo o que ela tem por meio ou efeito: o desmantelamento de alguns fundamentos do Estado de Bem-estar Social e do Estado-nação, a mobilidade do capital financeiro em volume e rapidez inauditos, a crença na “vitória

---

<sup>6</sup> Artigo elaborado em parceria com Elder Andrade de Paula. Trata-se de uma versão, um pouco modificada, do texto **Ambientalismo, Territorialização/Desterritorialização na Fronteira Trinacional Amazônica** (Peru, Brasil e Bolívia), apresentado no IV encontro da ANPPAS: “Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate”, em Brasília (2008).

final do capitalismo” e a descrença em projetos alternativos a ele, etc.

Nesse contexto, o capital global e seu estado hegemônico deitam raízes, criando as condições para uma acumulação ininterrupta, como forma de superar a crise de acumulação ocorrida nos anos de 1970. Dentre outras coisas, essa crise ensejou o processo que conhecemos como “reformas” do Estado, a “flexibilização” da soberania dos Estados nacionais periféricos e a intensificação da mercantilização dos últimos recursos gratuitos da natureza.

Esse processo foi acompanhado por uma espécie de “satanização” do Estado. Taxado de incompetente e culpado pela referida crise, com as “reformas” este é obrigado a abrir-se à “governança”, isto é, à “colaboração” da “sociedade civil” que seria, por assim dizer, o seu complemento inverso. O termo governança, como as “reformas”, trará em seu “DNA” uma profunda desconfiança/hostilidade para com o Estado e certo “deslumbramento” para com a “sociedade civil”.

Enquanto o Estado é caracterizado pela força, autoritarismo e incompetência, a “sociedade civil”, “sacada” de sua base material, passou a sê-lo pelo consenso, liberdade e competência. Essa compreensão e a correlação de forças em que ela se assenta criam, então, as condições para um reordenamento de poder entre “sociedade civil” e sociedade política. Em linhas gerais, isso implicou a transferência de algumas atribuições desta para aquela.

Considerada também principal a protagonista pela redemocratização do Leste europeu e da América Latina,

a “sociedade civil” sai desse processo de crise/reforma “sacralizada”, como se fosse “esterilizada” em relação aos conflitos e interesses nacionais e de classes, fortalecida como “espaço” onde supostamente se poderiam harmonizar os mais diversos interesses e se apontar os “novos caminhos” para o desenvolvimento e os sujeitos idôneos para tanto. Assim, esse reordenamento de poder marcará uma peculiar concepção no tratamento dispensado à Amazônia e aos problemas da soberania em seu chão.

Durante o período da ditadura militar no Brasil, as políticas e estratégias de desenvolvimento para a Amazônia eram centradas no Estado e amparavam-se numa estratégia de desenvolvimento que se fazia conjugar com a doutrina de segurança nacional e certo “nacionalismo”.

Em primeira e última instância, cabia ao Estado promover o desenvolvimento da região e protegê-la. Dado que a estratégia era “integrar para não entregar”, desenvolver e proteger eram duas faces de uma mesma moeda. Deve-se ressaltar, no entanto, que o “nacionalismo militar” não só não impediu, como ainda estimulou por meio de incentivos da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) a implantação de projetos estrangeiros, como o Jarí Florestal e Agropecuário “coordenado” pelo milionário estadunidense Daniel Keith Ludwig (ARBEX JR., 2005, p. 36).

Com o aprofundamento das “reformas” nos anos 1990, a perspectiva de desenvolvimento nacional que tinha no Estado seu principal autor é rechaçada e substituída pelas estratégias

voltadas para o mercado. Estas têm na descentralização e no fortalecimento da participação da “sociedade civil” um de seus maiores trunfos (SOUZA, 2007, p. 81). Com isso, o Estado (em sentido restrito) se “subtrai” a algumas de suas funções para que a “sociedade civil” as assuma.

Outro fator que se destaca a partir desse período é a consolidação de um consenso em torno do “desenvolvimento sustentável”. Tomando essa bandeira das mãos de movimentos sociais e ambientalistas diversos, o Banco Mundial (BM) se apressa em estabelecer um marco conceitual nos termos mais aceitáveis e favoráveis ao capital (PAULA, 2005).

Aliado ao seu já velho e conhecido poder político e financeiro, o consenso criado por esta instituição mostrou-se extremamente eficaz em influenciar políticas públicas e de, em torno de uma suposta comunhão, diluir interesses histórica e estruturalmente divergentes, seja *intra* ou *interestados*, seja na sociedade civil, seja na sociedade política, em nome e através da “governança ambiental”. Esse último termo acrescenta ao termo governança a questão ambiental, que, supostamente, estaria acima ou isenta dos interesses nacionais e de classes.

É como se o *interesse* e o *dever* em preservar o meio ambiente sobrepujassem quaisquer outros interesses. Diante do caráter *universalista*, *neutro* e *nobre* que é atribuído à questão ambiental, todos os outros interesses (dentre os quais, e, sobretudo, os nacionais e populares) seriam particularistas, egoístas ou mesmo espúrios (SOUZA, 2007; SOUZA e PAULA, 2008; 2008a).

Desse modo, a ideia de “governança ambiental” corrobora a “sacralização” não só de um “sujeito” (sociedade civil), mas também de uma causa (preservação ambiental). Estabelece-se, assim, um sólido consenso quanto à sociedade civil ser o “sujeito” idôneo para cuidar do meio ambiente.

Ilustrativa a esse respeito é a afirmativa de Tílio Neto, autor que atribui à “sociedade civil” não só o respaldo para cuidar do meio ambiente, mas ainda da soberania nacional. Para esse autor, a “substituição dos militares pela ‘sociedade civil’ remete diretamente a Hermann Heller, o autor segundo o qual o próprio povo é o detentor do poder soberano” (TILIO NETO, 2003, p. 128). A “operação” realizada pelo autor é bem simples: “democratização” + substituição dos militares e diplomatas pela sociedade civil no que diz respeito à tomada de posição com relação à soberania na Amazônia = soberania popular.

## **Iniciativa MAP<sup>7</sup>**

Nesse cenário de “satanização” do Estado, de “sacralização” da “sociedade civil” e do “desenvolvimento sustentável”, o ambientalismo internacional ganha enorme força de influência nas políticas nacionais de desenvolvimento e/ou conservacionistas. Esse fato trará profundas “reorientações” no tratamento dispensado à soberania dos Estados nacionais e populações locais da região amazônica sobre seus territórios.

---

<sup>7</sup> Aos leitores interessados em aprofundar conhecimentos sobre a história do MAP, recomendamos os trabalhos de Chávez (et al., 2005), Melo (2006) e Souza (2007). Neste último trabalho, realizamos uma abordagem mais ampla e pormenorizada do tema.

Para melhor compreender a influência do ambientalismo internacional na região, tomamos como objeto de análise a “Iniciativa MAP”. Esta é uma “rede” formada em 1999 e coordenada por pesquisadores de instituições internacionais e nacionais, e por diversas ONGs atuantes na Amazônia Sul-Occidental. Ela atua na fronteira trinacional formada pelos departamentos de Madre de Dios/Peru e de Pando/Bolívia, e, ainda, pelo estado do Acre/Brasil (donde então a sigla MAP), região considerada um dos pontos mais ricos em biodiversidade do planeta.

Ela defende a integração trinacional e participação de todos em defesa do “desenvolvimento sustentável”. Grosso modo, ela se faz por encontros que se dão ao longo de todo o ano (Mini-MAPs) e encontros (quase) anuais (Fórum MAP). Estes últimos ocorrem em sistema de rotatividade nos três países em que a Iniciativa atua. Servindo como momento de reflexão conjunta sobre os problemas da região, ao final de cada um desses encontros, é lançada uma espécie de carta, documento que serve de posicionamento oficial da rede sobre o que se passa na região.

A referida rede é também conhecida por outros nomes como “Fórum MAP”, “Movimento MAP” e “Consórcio MAP”. Afim de não sucumbirmos a essa “polissemia”, usaremos a expressão “Iniciativa MAP” para nos referirmos à articulação desses sujeitos da “sociedade civil” - esta última será entendida segundo a acepção gramsciana de “esfera”, na qual se dá a luta pela hegemonia e contra-hegemonia.

## **Naturalização, despolitização e desnacionalização**

Em trabalho muito sugestivo, Paula (2005a) chama a atenção, dentre outras coisas, para alguns elementos da experiência da MAP. Entre eles, sobressai o fato de a Iniciativa ser “guiada” por um grupo de cientistas ligados à temática ambiental. Alguns deles têm pesquisas financiadas por agências não governamentais dos EUA que, por sua vez, têm entre seus doadores grandes corporações ligadas à linha de produtos fitoterápicos.

Além disso, de acordo com o autor supracitado, em curto período, ela obteve grande legitimidade tanto nas esferas da sociedade política (envolvendo a participação de prefeituras e demais instituições governamentais de âmbito estadual e/ou departamental) como da “sociedade civil” (abrangendo desde organizações do campesinato, indígenas até a indústria madeireira). Ela visa a conciliar sob o manto do “desenvolvimento sustentável” as contradições classistas e nacionais, e a equacionar conflitos históricos pelo “diálogo”.

Também na comunidade acadêmica a Iniciativa conseguiu simpatizantes. Berta K. Becker, geógrafa brasileira, trata-a por “movimento social”, colocando-a entre “importantes e inovadoras relações” que se processam nas fronteiras brasileiras em favor da “integração continental”, do “desenvolvimento” e da “proteção ambiental” (BECKER, 2007, p. 64-65; BECKER, 2009, p. 408).

Por ser essa uma área de fronteira trinacional e envolver dois departamentos e um estado, os dirigentes da Iniciativa MAP a denominam como “Região MAP” (**M**adre de Dios/Peru, **A**cre/Brasil e **P**ando/Bolívia) (ver a Figura da página 42). Eles alegam um conjunto de fatores na defesa dessa ideia. Dizem que a área formada pela união dessas unidades políticas conta com uma população estimada em 700.000 habitantes e com 307.000 km<sup>2</sup> de extensão (MELO, 2006, p. 110).

Ainda segundo os coordenadores da Iniciativa, os três (o estado e os departamentos) têm em comum “una vocación amazónica similar”. Daí então veio a concepção primeira do MAP, cunhada no ano de 2000: “Região MAP”. Essa é, sem dúvida nenhuma, uma clara referência ao espaço geográfico ou, mais acertadamente, a seus aspectos físicos naturais. Mas não aos Estados nacionais e suas fronteiras. Estes são, em certo sentido, “ignorados”.

A questão da fronteira, se não é completamente rechaçada, pelo menos é relegada à categoria de fator secundário e, às vezes, à de fator inconveniente a ser “superado”. A ideia de “superação” está posta de forma implícita já que se parte do pressuposto de que o meio ambiente é de valor universal e, portanto, é do interesse e dever de todos o cuidado para com ele.

A bem da verdade, naturalização, despolitização e desnacionalização são pressupostos e efeitos da atuação da Iniciativa. Ao enfatizar os aspectos naturais na conformação da região, a Iniciativa pretende despolitizar e desnacionalizar essas paragens, minando o domínio simbólico e material que os

Estados nacionais e as populações locais têm sobre elas. Por esse prisma, se comparadas aos aspectos físicos naturais, as fronteiras nacionais seriam artificiais, injustificáveis e até perniciosas.

Isso pode ser muito claramente percebido ao longo de seus diversos encontros. Para apreender de forma mais clara o sentido dos encontros dos Fóruns MAPs ocorridos até aqui, é importante observar a influência do MAP III sobre os demais encontros, cujo resultado está contido na Carta de Cobija. Isso porque, segundo seus dirigentes, esse é um documento conjunto que

contiene los resultados de la reunión proyectando, al mismo tiempo, distintas líneas de acción hacia futuro en el marco del desarrollo sostenible. Esto pronunciamiento se convirtió en una suerte de norma o guía para los siguientes encuentros anuales (CHÁVEZ et al., 2005, p. 50-51).

Foi precisamente nesse terceiro encontro que aconteceu uma mudança muito significativa. Nele, “ocorreu a transformação da concepção do processo de sua acepção inicial de ‘Região MAP’ - que enfatizava a noção de ‘espaço ou lugar geográfico’ - para um novo significado mais próximo da noção de ‘fórum’, quer dizer: encontro, diálogo, intercâmbio, debate, participação...” (CHÁVEZ et al., 2005, p. 54).

A própria concepção de “Região MAP” é já “desenhada” tomando como referência outros fatores que não o território como elemento constituinte das unidades políticas que dela fazem parte. Essa ideia é radicalizada ainda mais com a concepção

de “Fórum”, que possibilita, por meio de termos sinônimos - ou quase isso -, uma noção mais “flexível” de território.

Isso sugeriria uma cooperação para além ou apesar das fronteiras. Se, até então, a ideia era implícita, agora se torna explícita. Para confirmar esse fato, basta verificar, confrontando com os dois primeiros encontros, o título dos eventos a partir do MAP III cujo título é *De fronteras de separación a fronteras de cooperación*; MAP IV: *IV Fórum trinacional: construyendo una historia de cooperación el desarrollo sostenible de la región MAP*; MAP V: *La educación sin fronteras al servicio de la integración y al desarrollo sostenible de la región MAP*; MAP VI: *Fortaleciendo las raíces de un futuro común en la Región MAP* etc...

Podemos dizer, assim, que “naturalizando” a região e as questões regionais - o que significa, em primeira e última instância, a tentativa de esvaziar os processos sociais de seu conteúdo político-conflitivo -, a Iniciativa MAP se propõe a tarefa de “redesenhar” esse território, tanto no imaginário/compreensão da população local como no sentido de intervir/orientar as políticas públicas de uso/gestão/apropriação desse chão/recursos.

Com isso, a referência já não seriam os Estados nacionais e as populações locais. Valendo-nos dos ensinamentos de Haesbaert, podemos dizer que, para esses, o resultado disso é

[...] instabilidade ou fragilização territorial [...] impossibilidade de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT, 2006, p. 313).

## **Razões políticas de um “apoliticismo” e genealogia da Iniciativa MAP**

Nesse cenário, torna-se relevante uma das principais funções da Iniciativa: construir, entre os grupos subalternos e outros grupos, o consenso em torno do “desenvolvimento sustentável” e das parcerias que este requereria para sua consecução. Esta função não é nada desprezível, se entendermos os vaticínios de Altvater, para quem

conflitos sociais e lutas teóricas não se concentram só ao redor da estrutura de classe, o conflito das classes e os interesses das classes em uma sociedade capitalista, mas também ao redor da relação entre homem e natureza, o meio ambiente construído, as condições gerais de produção, a questão da qualidade e da quantidade de provisão de bens públicos (ALTVATER, 2005, p. 181).

Quanto mais gozar de legitimidade entre esses grupos, mais a “Iniciativa” será exitosa em desempenhar essa função. E essa legitimidade está intimamente relacionada a como a Iniciativa se apresenta e é percebida. Podemos compreender, por esse caminho, porque em sua página ([www.map-amazonia.net](http://www.map-amazonia.net)), seus dirigentes mostram grande preocupação em colocá-la “fora” ou “acima” da política: Que não é o MAP?: 1) Não é um movimento institucional; 2) Não é um movimento político; 3) Não busca converter-se em uma instituição; e 4) Não busca substituir nem desprezar as organizações existentes.

Apesar disso, esse pretense “apoliticismo” guarda pretensões nada diminutas ou ingênuas. É objetivo dos dirigentes da Iniciativa que ela seja vista como um movimento social transfronteiriço e extrair daí a legitimidade correspondente. Nisso eles têm sido exitosos. Acriticamente, além de Beta K. Becker (2007 e 2009), outros autores (MELO, p. 2006; PEREIRA, 2007; LIMA, 2008) têm-na interpretado como um “movimento social transfronteiriço” cuja atuação tem por foco a “integração” e o “desenvolvimento sustentável”, reproduzindo e assumindo como suas as opiniões das lideranças da Iniciativa.

Em um dos documentos da Iniciativa (Carta Brasileira/Epitaciolândia), encontramos sua caracterização como um “movimento social transfronteiriço” que entende que só “via colaboração e integração de vários segmentos de sociedades locais, regionais, nacionais e global é possível alcançar as aspirações para um desenvolvimento da Amazônia Sul-Ocidental que pode se sustentar para as próximas décadas e além do ano 2100”. Por seu turno, Cora van Oosten, analisando as origens do MAP, chega a afirmar que ele

[...] es un ejemplo de integración regional desde a bajo. No es un acuerdo entre gobiernos nacionales. Los acuerdos políticos están. Pero el MAP representa una integración a la base, una iniciativa local, en lo cual todos actores locales están involucrados. Representan los ciudadanos que dan una propia forma a la integración regional, digamos una integración que surge al nivel local, y que está subiendo a niveles políticos más altos. Es un ejemplo de una población que no esta frustrada,

pero esta activamente buscando como aprovecharse de la regionalización<sup>8</sup>.

Essas colocações feitas pelos dirigentes da MAP e pesquisadores quanto às suas origens históricas acabam por ocultar sua verdadeira “genealogia” e, portanto, impedem ou tornam confusa a compreensão das implicações de suas atuações para os Estados nacionais e populações locais da região.

Com efeito, o surgimento da Iniciativa se dá num momento de abertura à atuação de agências multilaterais na região e de “fragilização” da soberania dos Estados nacionais que a compõem. Das várias instituições que exercem influência na região, duas ganham relevo: o Banco Mundial (BM) e o Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA).

A função do BM - embotar soberanias nacionais e assegurar a ingerência dos EUA nas mais diversas latitudes - não é segredo. Como assevera Mészáros,

Os recursos investidos pelo Banco Mundial e por outras organizações dominadas pelos Estados Unidos na tentativa de aprimorar o “local” à custa do nacional, de arregimentar o apoio das elites acadêmicas e outras elites intelectuais por meio de conferências e projetos de pesquisas bem patrocinados (especialmente, mas não exclusivamente no “Terceiro Mundo”), indicam o propósito de criar um “governo global” que contorne efetivamente os processos de decisão potencialmente problemáticos do nível intermediário nacional, com sua inevitável recalcitrância, e legitimar a escandalosamente autoritária dominação da vida por

---

<sup>8</sup> Trecho extraído do texto “Cooperação internacional e o Processo MAP”, apresentado no MAP V.

um “governo global” implacavelmente imposto de cima em nome de uma “democracia” fictícia, sinônimo da pretensa “ação local” dos “coletores regulares de lixo” (MÉSZÁROS, 2007, p. 102).

Além disso, o BM segue construindo-difundindo a lógica mercadológica e as estratégias de apropriação dos bens naturais dos países periféricos por parte dos centrais. Com isso, sua atuação é, a um só tempo, colonialista e mercantilista. Para Coronil,

Um sintoma revelador do crescente domínio da racionalidade do mercado é a tendência não só a tratar todas as formas de riqueza como capital na prática, mas a conceitualizá-las como tais na teoria [...] O Banco Mundial propõe que esta reconceitualização seja vista como uma mudança paradigmática na medição da riqueza das nações e na definição dos objetivos de desenvolvimento [...] Ironicamente, na medida em que a natureza está sendo privatizada e passa a um número menor de donos, está sendo redefinida como “capital natural” de nações desnacionalizadas, governadas pela racionalidade do mercado global (CORONIL, 2005, p. 119-120).

O tratamento mercadológico (prático e conceitual) dispensado à natureza e “a tentativa de aprimorar o ‘local’ à custa do nacional” também se fazem presentes no seio da Iniciativa MAP. Para alguns de seus dirigentes,

a prioridade pandina no cenário MAP é consolidar a legalidade da atividade madeireira, incentivando, por exemplo, os planos de manejo e a comercialização de madeira certificada (CHÁVEZ et al., 2005, p. 145. Tradução livre).

Para o diretor de Investigação Científica e Tecnológica da Universidade Amazônica de Pando (UAP) e organizador do MAP III, Rioja Ballivián (2005), a proposta de desenvolvimento da Iniciativa MAP tem influência de duas visões: a holística e a indígena/campesina. A visão holística é aquela que emerge da interação entre os autores que denunciam a vulnerabilidade do planeta e propõem a prática sistemática de desenvolvimento sustentável para todas as formas de vida do planeta. A visão indígena/campesina, por seu turno, é aquela segundo a qual o ponto central do desenvolvimento não está no crescimento econômico, mas no desenvolvimento humano integral e harmônico.

Nesta perspectiva última, a qualidade deveria ser cada vez melhor nos níveis local e global. Ela deveria, em suma, compreender os aspectos econômico, social e cultural, com uma concepção mais democrática e mais justa (RIOJA BALLIVIÁN, 2005, p. 4-5. Tradução livre). Porém, com essa estrutura organizacional, a Iniciativa reproduz e legitima as concepções e diretrizes que orientam a atuação coordenada pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BM na Amazônia continental.

Isto pode ser observado no fato de que, além da visão mercantilizada da natureza, tanto na orientação discursiva quanto na sua estrutura operacional, a Iniciativa dissocia desenvolvimento econômico de meio ambiente e, sobretudo, da dimensão social (PAULA, 2005a). Esta última é tratada à parte, no tema da “equidade social”<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A partir do terceiro encontro, a Iniciativa passou a dividir os trabalhos em quatro mesas distintas ou Mini-MAPs: Conservação Ambiental, Desenvolvimento Econômico, Equidade Social e Políticas Públicas.

De modo que Chávez, Aguilar e Tirina podem até afirmar que na história dos Fóruns MAPs

y sus perspectivas actuales se pueden rastrear los signos que conducen a una nova versión de un debate central e ineludible: Preservación o desarrollo? Algo que desde la página na web ([www.map-amazonia.net](http://www.map-amazonia.net)) del MAP prefiere plantearse en término de desafio puesto que la puesta de esta iniciativa es, precisamente, resolver el dilema apostando por un modelo fundamentado en una inversión econômica que respete la conservación de la naturaleza [...] (CHAVEZ et al., 2005, p. 58).

Porém, afirmamos com Paula (2005, 12) que o que ocorre é um deslocamento da controvérsia fundamental. Isto é, já não se trata mais de opor exploração econômica *versus* preservação, mas sim de definir escolhas entre alternativas de desenvolvimento capazes de compatibilizar interesses econômicos com a conservação ambiental.

O BM exerce influência na região ainda através de sua atuação via PPG7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, criado em 1992 e conduzido sob sua coordenação. Alguns dos objetivos principais desse programa são:

demonstrar a compatibilidade do desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, proteger a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono e criar um novo modelo de cooperação institucional para resolver um problema ambiental global (PAULA, 2007, p. 4).

As parcerias institucionais que daí resultam envolvem os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), ONGs, setor privado, agências de cooperação técnica e financeira bi e multilaterais. A participação das ONGs nos chamados “Programas Demonstrativos” é coordenada pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), uma rede que agregava até o ano de 2005 aproximadamente 500 organizações diversas que atuam na Amazônia: sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de pequenos agricultores, organizações indígenas, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) etc.

No campo da pesquisa científica, o Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) sobressai cumprindo exitosamente os objetivos reservados a uma “instituição de pesquisa internacional” para uma ingerência sistemática na região. Ele agrega cerca de 40 organizações e instituições brasileiras, 25 dos demais países amazônicos, instituições de oito países europeus e dos EUA, com destaque para a participação da Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos EUA (NASA).

Criado no Brasil em 1998, o LBA desenvolve mais de 100 estudos em 7 temas: física do clima, ciclo de carbono, queima da atmosfera, hidrologia, biogeoquímica, uso da terra e dimensões humanas. Os custos das pesquisas para o período de seis anos estão previstos em US\$80 milhões. 50% desses custos são financiados pelos EUA e 20% pela Europa. O Brasil se responsabiliza por parte do custeio direto. Sua grande

contribuição, entretanto, é a manutenção de todas as áreas de experimento e dos pesquisadores e técnicos brasileiros participantes (PAULA, 2005a). Somente entre 1998 e 2004, o LBA desenvolveu 120 projetos, com a participação de 1.689 investigadores, 640 estudantes e 245 instituições.

A Secretaria de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) agrupou em uma mesma coordenação o LBA, o Subprograma de Ciência e Tecnologia do PPG7 e o Projeto Jacarandá. Este último, financiado pelo Japão, associou-se ao PPG7 em 1999. O seu objetivo principal é contribuir para a criação de um modelo de manejo da floresta natural por meio de tecnologias que possam harmonizar conservação ambiental e desenvolvimento sustentado.

Além do que vimos, o LBA desempenha ainda um papel sumamente estratégico: estender projetos dessa natureza a outros países e regiões. Podemos perceber nisso sua influência na “administração regional”:

Durante la ejecución de los múltiples estudios ejecutados en el marco de LBA, se llegó a la convicción central de que para lograr cambios realmente sostenibles e eficaces en las áreas de intervención era necesaria una acción que sobrepasaba los límites nacionales e que debía involucrar, necesariamente, una perspectiva “Panamazónica”. De esta manera se inició la coordinación, reflexión e intercambio de información del Brasil con académicos y científicos peruanos y bolivianos con el propósito de comprender, de manera global, el funcionamiento vital de la Amazonia (CHAVÉZ et al., 2005, p. 48).

A ideia de “homogeneização/naturalização” da região defendida pela Iniciativa MAP é, portanto, oriunda do LBA, e não de sujeitos da própria região. Aliás, essa é uma das capacidades atribuídas às “redes” por Haesbaert (2006, p. 300). Elas estão sempre, diz o autor, “desenhando materialmente territórios, novos territórios com uma carga muito maior de imaterialidade, é verdade, mas nem por isso ‘não-materiais’”.

Essa ideia de “Região MAP” reflete, na verdade, a intenção de redesenhar esse território, tendo por base não mais as referências das unidades políticas nacionais (Estados) e suas populações locais, e sim o “universalismo” ecológico e/ou cientificista.

Sendo orientado por essa ótica “panamazônica”, esse “Experimento” foi desenvolvendo seus projetos em uma área cada vez mais extensa. Hoje, seus projetos são desenvolvidos em 16 grandes áreas amazônicas. É nesse contexto que se pode apreender a “criação” da Iniciativa MAP. De fato, podemos afirmar que

La gestación del MAP está vinculada, específicamente, con la actividad científica del LBA en el área del Rio Branco (capital del Estado de Acre), ubicada en el occidente amazónico e fronteriza con la región Madre de Dios (Perú) e con el departamento de Pando (Bolivia). Rio Branco es, en los fatos, el epicentro histórico y geográfico del proceso MAP. [...] Un epicentro desde el que se há ido extendiendo el área de influencia de acuerdo con la coordinación que exigía la investigación propuesta por el LBA [...] (CHÁVEZ et al., 2005, p. 50-51).

Contribuiu para esse feito a relação que os dirigentes (acadêmicos e pesquisadores) da MAP têm com o LBA.

Na verdade, esse grupo esteve vinculado em diferentes momentos aos projetos de capacitação e investigação do LBA e ao Parque Zoobotânico (PZ) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Essas duas instituições são centrais para o MAP (CHÁVEZ et al., 2005, p. 63. Tradução livre).

Percebemos, assim, duas coisas que caminham juntas em sua gênese e importância: 1) a criação da “Iniciativa” e da ideia de “Região MAP” se dão de forma simultânea e orgânica; e 2) ambas vêm “por cima” e não “por baixo”.

### **“Sociedade civil realmente existente” e os “Leviatãs do ambientalismo”**

Segundo seus dirigentes, dois princípios favoreceriam o prestígio do MAP: 1) a participação da “sociedade civil” nos processos decisórios e 2) o acesso à informação:

los dos elementos centrales que pueden explicar el creciente interes y la consolidación de la convocatoria son el derecho a acceder a información pertinente y relevante sobre cuestiones vinculadas con el desarrollo sostenible y el derecho a participar en las decisiones coletivas (CHÁVEZ et al., 2005, p. 56).

De fato, como vimos, “el MAP III congregó a 160 participantes de los tres países, representando a 43 instituciones (Brasil 14, Perú 16 y Bolívia 13), entre las que se cuentan: 14 instituciones estatales, 8 Universidades, 11 ONGs y 10 organizaciones internacionales” (Carta de Cobija

sobre desenvolvimento sustentável da Região MAP (Madre de Dios-Peru, Acre-Brasil, Pando-Bolívia), Amazônia Sul-Occidental). O encontro MAP IV, por sua vez, “congregou mais de 600 participantes de nove países, representados por 164 instituições (sendo 92 do Brasil, 47 do Peru e 25 da Bolívia), assim subdivididas: 76 instituições estatais, 14 universidades, 74 ONGs e organizações internacionais” (Carta de Brasília - Epiaciolândia - Acre, 15 a 18 de agosto de 2003).

“O encontro MAP V congregou mais de 1200 participantes inscritos, representando cerca de 227 instituições, sendo 152 do Peru, 51 do Brasil, 17 da Bolívia e 7 de outros países, dos quais 85 pertencem a instituições públicas, 13 a universidades, 62 a ONGs e organizações internacionais” (Declaração de Puerto Maldonado). “El VI Foro MAP congregó a más de 600 participantes inscritos, representando a 167 instituciones, de las cuales 7 fueron organizaciones internacionales, 60 de Perú, 46 de Brasil y 47 de Bolívia. De estas, 49 pertenecen a instituciones gubernamentales, 29 a organizaciones no gubernamentales y 65 a otras instituciones, como movimientos sociales, universidades, federaciones, asociaciones de sindicatos rurales y representantes de pueblos indígenas” (Declaração de Cobija).

Realizado em 2007 nas cidades brasileiras de Brasília e Epiaciolândia, o MAP VII contou com 645 participantes, representando 235 instituições de oito países, 58 do Peru, 131 do Brasil, 38 da Bolívia e oito de outros países. Dos participantes, 116 pertenciam a instituições públicas, 17 a universidades, 102 a ONGs, empresas privadas e organizações internacionais.

O MAP VIII ocorreu em Porto Maldonado (Peru), em setembro de 2009. Infelizmente, as informações referentes ao número de participantes e instituições ainda não foram disponibilizadas.

Os números acima demonstram inegável participação da “sociedade civil” nos encontros. Sobretudo, após o terceiro encontro<sup>10</sup>. Mas só uma maior participação da “sociedade civil” é o suficiente para resolver os problemas que assolam a região como a pobreza, a fome, as enfermidades, o analfabetismo e a contínua degradação dos ecossistemas?

As coisas não são assim tão simples e, se elas estão sendo postas nesses termos, cremos que isso se deve a uma visão hostil para com o Estado, e “deslumbrada” para com a “sociedade civil”. Convém, assim, uma reflexão sobre a “sociedade civil”. Cabe também acrescentar àquela pergunta duas outras: a) Que tipo de participação é essa? b) Que função ela desempenha no processo?

Rioja Ballivián, citando Vargas Hernández, afirma que a sociedade civil é a forma mais natural de auto-organização social.

Essas organizações primárias ou “de base” criam em seu agir redes de solidariedade com um sentido de confiança e benefício mútuos e diferentes graus de coordenação. Em contraste com as organizações hierarquizadas, as redes de solidariedades não requerem regras explícitas nem aparatos burocráticos (Tradução livre) (BALLIVIÁN, 2005, p. 10).

---

<sup>10</sup> O primeiro e o segundo encontros tiveram 25 e 70 participantes, respectivamente.

Não é raridade, entretanto, as formulações teóricas acríicas desse tipo tropeçarem nas pedras da realidade e do poder, e as relações presentes na “sociedade civil realmente existente” se mostrarem mais próximas do “estado de natureza” hobbesiano - em que impera a “luta de todos contra todos” e “o homem é lobo do homem” - do que desse paraíso “de solidariedades e de sentido de confiança e benefício mútuos”. Em relação à MAP, Paula afirma que

[...] em uma Carta assinada por representativos porta-vozes do MAP, enviada em fevereiro de 2005 à Embaixada dos Países Baixos na Bolívia e ao Consórcio WWF-SNV-TNS-TBI-CARE, fica evidenciada de forma contundente a natureza das “parcerias” e da “cooperação internacional” em curso na região. A finalidade dessa Carta foi a de “sugerir a reformulação do projeto Conservação e Desenvolvimento Sustentável na Região MAP”, no valor de aproximadamente U\$1,5 milhão, financiado pela referida Embaixada e administrado pelo Consórcio citado. Além de informar que o consórcio é composto por três das maiores organizações de conservação do planeta (WWF, SNV e CARE), cujos orçamentos anuais conjuntos somam “várias centenas de milhões de dólares”, denuncia, entre outros: 1) o fato de que nenhuma organização local ou regional faz parte do Consórcio; 2) a inexistência de participação local na elaboração do projeto, só se tomou conhecimento dele depois de pronto; 3) extrema centralização de informações e de poder na estrutura de comando do Consórcio [...] (PAULA, 2005a).

Esse “cenário hobbesiano” nos autoriza a tomar essas grandes ONGs sob a rubrica de “Leviatãs do ambientalismo”.

Mas, para ser justo com o teórico inglês, é preciso estabelecer uma diferença nada desprezível entre o papel que desempenham esses “novos Leviatãs”<sup>11</sup> e aquele sobre o qual Hobbes teorizara. Estamos falando do fato de que o Leviatã, em Hobbes, surge com o intuito de pôr fim ao terror e à “guerra de todos contra todos” que caracterizam o “estado de natureza”. Por seu turno, os Leviatãs do ambientalismo surgem não para superá-lo, mas para produzi-lo e reproduzi-lo sob o manto da “cooperação”, do ecologismo, do “desenvolvimento sustentável” e da democracia.

Diante disso, é compreensível que movimentos sociais tenham lançado documentos repudiando as ações arbitrárias dessas ONGs na implantação de suas agendas conservacionistas sem consultá-los. No seminário *Estratégias para o Século XXI para reduzir a pobreza e conservar a natureza na Amazônia Sul-Occidental: rumo a modelos de gestão*, dentre outras coisas, os Movimentos Sociais manifestavam insatisfação com: 1) Falta de participação da população nas decisões políticas, devido à inexistência de mecanismos concretos de participação e controle social para uma verdadeira democratização do poder; 2) Falta de integração e colaboração efetiva com instituições não governamentais, devido aos seguintes fatores: movimentos sociais funcionando

---

<sup>11</sup> Ao leitor interessado em saber mais sobre os novos Leviatãs, recomendamos o belo e pertinente texto “Os novos Leviatãs e a polis democrática” do argentino Atilio A. Boron. Nesse texto, o autor usará o termo para designar as corporações e megaempresas transnacionais sustentado no fato de algumas delas terem se tornado maiores que alguns Estados nacionais. Ainda que abordemos “objetos” diferentes do que abordou o argentino, registramos aqui a importância de sua contribuição para nosso trabalho.

como mão de obra barata para as grandes instituições não governamentais e de cooperação internacional; inexistência de respeito, atenção e reconhecimento às iniciativas locais; não retorno dos resultados de pesquisas e projetos para as sociedades; o não fortalecimento das capacidades locais<sup>12</sup>.

Vê-se com isso que, para os movimentos sociais, as ONGs estavam transformando o processo de participação e de decisão em mero “faz de conta”, sem força de decisão sobre coisas já previamente decididas. De sorte que a participação que aí se tem é “engessada” e sua principal função é dar legitimidade a um processo viciado, em que as decisões seriam tomadas de forma claramente antidemocrática.

Onde ficaria a solidariedade nessa relação? Na realidade, essas “redes de solidariedade” de que nos fala Rioja Ballivián estão mais para produzir “aglomerados de exclusão” e desconfiança do que propriamente solidariedade e confiança e benefícios mútuos. Invocando os ensinamentos de Haesbaert (2006, p. 316), podemos dizer que “é como se tivéssemos não tanto os grupos sociais sendo excluídos (ou precariamente incluídos) no território, mas o próprio ‘território’, definido ‘de fora para dentro’ (uma espécie de ‘natureza territorializada’), sendo ‘excluído’ da sociedade [...]”.

Salutar é lembrar que o controle sobre o território e seus recursos foi um dos elementos indispensáveis na formação

---

<sup>12</sup> Essas informações são extraídas do documento da reunião de organização do referido seminário. O encontro, que envolveu representantes do Brasil e do Peru, ocorreu em Assis Brasil, Centro Paz e Bem, em 22 de setembro de 2005.

dos Estados nacionais e, portanto, também de sua soberania. Rioja Ballivián (2005, p. 6) sugere que, na verdade, através do “controle cultural”, as “redes” deveriam possibilitar isso mesmo, isto é, controle sobre os territórios. A despeito disso, pelo que vemos, suas atuações têm resultado em algo inverso. Elas têm resultado num processo de “desterritorialização”.

É importante, assim, não perder de vista que as “redes”, como os demais elementos constituintes da “sociedade civil”, jamais “são completamente desmaterializadas”. E, sempre segundo Haesbaert (2006, p. 298-299), se entendidas “como componentes dos territórios, as redes podem assim estar a serviço tanto de processos sociais que estruturam quanto de processos que desestruturam territórios”. Seu papel é, portanto, ambivalente. Elas podem tanto levar a um maior controle sobre o território quanto trabalhar no sentido de transferir esse controle a seu país sede (das “redes”). A fragilidade da soberania que daí poderia advir é, sem dúvida, tremenda. Não é preciso grande esforço para percebê-la já, diante dos olhos.

Mesmo para os sujeitos sociais a quem Rioja Ballivián dedica sua análise (campesinos e indígenas), a MAP não parece significar grandes mudanças em relação às outras instituições no tocante à construção de um processo democrático que pudesse redundar em controle sobre o território e os processos que este encerra. Perceberemos a validade dessa afirmação ao tomar conhecimento das críticas destes sujeitos que o próprio autor reproduz em seu texto:

- Nosotros los campesinos e indígenas necesitamos tener espacios para hablar por nosotros mismos. Somos los verdaderos actores, pues vivimos en el bosque y no encontramos una abertura en MAP para colocar nuestras propuestas y nuestras ideas efectivamente. Nos gustaría ser respetados, de la misma forma que nosotros respetamos a los representantes de las instituciones y a las autoridades. Queremos tener voz en la toma de decisiones.
- Tiene que salir un resultado concreto para los campesinos e indígenas y para el desarrollo sostenible de la región. **Que la propuesta de desarrollo sostenible pase a ser construida en conjunto con las bases. El MAP es un espacio excelente, pero no nos están dando el espacio para intervenir. Nosotros tenemos la capacidad de diseñar el desarrollo sustentable que queremos.**
- Las instituciones deben dar el soporte técnico para que podamos actuar de forma efectiva en el desarrollo sustentable. **Las autoridades deben asegurar que se cumplan las decisiones de los campesinos e indígenas.**
- Que se cree un MAP productivo, donde se pueda discutir procesos de producción agro-extractivista para los tres países y también pueda ser definida una política de precios mínimos de los productos.
- **Para mejorar la participación de los campesinos e indígenas queremos tener espacios para hablar en todos los momentos. Queremos ser expositores en las mesas y participar en los grupos de trabajo, con más tiempo para discusiones y abierto a cambios** (grifos nossos) (RIOJA BALLIVIÁN, 2005, p. 9).

Vale observar que: 1) essas reivindicações estão no documento do IV MAP, ou seja, datam do ano de 2003. E, ainda, nesse ano e nesse encontro esses sujeitos reclamam de não ter abertura para colocarem suas ideias e propostas efetivamente, pelo menos não o suficiente; 2) as propostas de

“desenvolvimento sustentável” não estão sendo construídas com as “bases”; 3) esses sujeitos reclamam de suas ausências nas mesas e de certa rigidez na condução dos trabalhos; e 4) que eles têm desconfiança quanto à observância do que ali pode ser acordado.

Mesmo diante dessas reivindicações, Rioja Ballivián faz um balanço positivo da atuação da MAP porque, de certa forma, “inclui” e permite aos indígenas e camponeses fazerem uso da palavra.

La iniciativa MAP ha logrado al momento”, prossegue o autor, “a través del proceso *pensar/actuar*, crear los espacios necesarios para que estos actores logren manifestar sus demandas en ámbitos amplios de discusión y que sean escuchados por los otros miembros de la *colectividad* (RIOJA BALLIVIÁN, 2005, p. 9. Grifo do autor).

Além da legitimidade que essa “inclusão” pode dar a esse processo, vale ressaltar que aquilo que Haesbaert denomina “aglomerados de exclusão” contempla uma espécie de inclusão, a inclusão precária ou precarizada. “Os aglomerados de exclusão”, diz o autor,

mais do que espaços à parte, claramente identificáveis, são fruto de uma condição social extremamente precarizada, onde a construção de territórios “sob controle” (termo redundante) ou “autônomos” se torna muito difícil, ou completamente subordinada a interesses alheios à população que ali se reproduz (HAESBAERT, 2006, p. 327)

Mas é preciso ponderar sobre essa “inclusão” de que nos fala Rioja Ballivián. Seu otimismo, por exemplo, não é partilhado por Chávez (et al., 2005, p. 176-177), autor também entusiasta e dirigente da MAP. Para este, “a participação dos indígenas e dos camponeses é uma espécie de calcanhar de Aquiles da Iniciativa MAP”. Uma participação que ele mesmo considera “irregular e pouco proporcional”, de tal maneira que se pode afirmar que as questões referidas ao indígena e ao camponês têm incidido mais formalmente do que de forma prática na agenda do MAP (CHÁVEZ et al., 2005, p. 176-177. Tradução livre).

Tais problemas persistiram. No documento final do MAP VII, lamenta-se que em 2007 não tenham sido realizados os Mini-MAPs indígena e camponeses - também não foram realizados os de educação, infância e gênero.

Por ocasião do *II Encontro de povos indígenas da Amazônia Sul-Occidental (Brasil-Peru-Bolívia)*<sup>13</sup>, conversávamos com algumas lideranças indígenas a respeito da Iniciativa MAP. Perguntávamos sobre sua participação na Iniciativa e se o encontro guardava algum vínculo com ela, pois que é também trinacional. Uma liderança falava que o encontro visava construir a união dos povos indígenas da região e, a partir daí, buscar a autonomia destes diante de outros sujeitos e dos governos da região. Quanto à MAP, ele foi muito incisivo: “Lá quem manda são as ONGs”. Suas palavras mostram muito claramente o sentimento de quem não se sente representado pela

---

<sup>13</sup> Esse encontro se deu no Teatro Hélio Melo, em Rio Branco-Acre, de 17 a 20 de julho de 2007.

Iniciativa. Talvez esteja aí a principal explicação para o fato de as lideranças indígenas não tomarem parte nela de forma tão ativa.

Quanto ao princípio do acesso à informação, a centralização (*falta, escassez ou déficit*, como chamam os eufemistas) joga por terra a pretensão do segundo fator de prestígio e sucesso da Iniciativa. Quando, em 2007, entramos em contato com *muitos* participantes ativos na busca de saber sobre todas as instituições que dela faziam parte e as que a financiavam, quase a totalidade deles, de forma gentil e atenciosa, recomendou-nos consultar Foster Brown<sup>14</sup>, um de seus dirigentes. Foster Brown, geoquímico, é membro da *Woods Hole Research Center* (WHRC) e, sem dúvida nenhuma, o maior entusiasta e articulador do MAP.

Quando perguntado por que na página da Iniciativa não constam os nomes das instituições estrangeiras que dela fazem parte e a financiam, mas apenas as instituições da região, Foster Brown assegurou que isso é uma questão de “debilidade” que dentro em breve seria superada - porém o problema persiste até os dias atuais: as informações referentes ao MAP VIII ainda não foram disponibilizadas.

Foster mesmo reconheceu a importância de disponibilizar essas informações. Disse, entretanto, não saber

---

<sup>14</sup> Radicado no Brasil há vários anos, Brown foi personagem chave na construção de parcerias trinacionais em pesquisa e desenvolvimento na região e ajudou a organizar o foro regional inicial de suas universidades em 1999. É o pesquisador principal para LBA no Acre e atualmente dirige o projeto Mudanças de Cobertura da Terra na área Trifronteiriça do Brasil, Bolívia e Peru: *Implicações para o Uso Sustentável da Terra no Sudoeste da Amazônia*, financiado pela NASA dos EUA. Ele trabalhou também no Comitê Brasileiro da LBA para Treinamento e Educação.

dessas instituições (participantes e financiadoras, sobretudo, as estrangeiras). Mas se Foster não sabe, quem poderá sabê-lo? Com efeito, diante desse cenário, o que obstaria que se interpretasse isso como um sinal de centralização e/ou ocultação de informações, seja dentro da própria Iniciativa seja desta para a sociedade?

Como se viu, a constatação da centralização de informações e a forma antidemocrática com que são tomadas as decisões em seu âmbito deixam sem consistência toda a afirmação de que “seu vigor se deve à ausência de hierarquia estabelecida e na adoção de um esquema institucional sumamente flexível e aberto” (CHAVEZ et al., 2005, p. 56. Tradução livre).

Sob esse prisma, nada há que nos autorize a afirmativa de que estamos a assistir iniciativas inovadoras em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento que pudessem significar uma espécie de “redenção regional” sustentada sobre os ombros de uma democracia efetiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como procuramos mostrar, o envolvimento da “sociedade civil” local no enfrentamento dos problemas de ordem socioambiental na região analisada foi naturalizado como “panaceia para todos os males”. A Iniciativa MAP não só tem concorrido para essa “naturalização”, como também para difundir a crença na “virtú” de uma “cooperação internacional” mediada, sobretudo, na esfera da “sociedade civil internacional” por ONGs e ANGs “comprometidas” com

o ambientalismo. Contudo, em que pese ao seu relativo êxito no envolvimento de atores sociais diversos nesse processo, vem enfrentando conflitos crescentes no seu cotidiano, o que é bastante compreensível.

Em um cenário marcado pelo aprofundamento da exploração do trabalho e das riquezas naturais também na Amazônia, as promessas de “bem-estar” geral ficam cada vez mais distantes. Longe de apontar para a satisfação das principais demandas dos segmentos sociais subalternos, os apelos à participação da “sociedade civil” têm concorrido efetivamente para legitimar os interesses das classes dominantes locais subordinadas ao domínio imperialista na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento na região.

Nesse sentido, a atuação da Iniciativa MAP tem contribuído eficazmente para reduzir ou anular o protagonismo dos sujeitos sociais constituídos nas lutas de resistência, colocando-os sob a tutela de agências e organizações não governamentais que, via de regra, estão comprometidas com a espoliação capitalista imperialista.

Enfim, ao analisarmos os mecanismos que orientam o funcionamento da “sociedade civil realmente existente”, constatamos a enorme distância que a separa das idealizações que têm norteado o discurso hegemônico. Desse modo, o exercício da contra-hegemonia passa, necessariamente, pela superação dessa visão liberal fetichista e pelo entendimento de que, ao contrário de um “sujeito” ou “espaço” “esterilizado”, a “sociedade civil” em âmbito planetário materializa e reproduz as contradições de classes

e as assimetrias nas relações de poder Norte/Sul também em escala global. Isto é, ao invés de suscitar a “pacificação dos conflitos” em torno de uma suposta “cooperação e solidariedade”, a “sociedade civil realmente existente” tem se assemelhado ao “estado de natureza hobbesiano”, onde impera “a luta de todos contra todos”. Nela, até o momento, têm reinado os Leviatãs do ambientalismo.

Carnaval de mau gosto, esse em que o imperialismo busca vestir-se de verde e confundir-se entre os populares...

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARBEX JR., José. “Terra sem povo”, crime sem castigo. Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia: In TORRES, M. **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

ALTVATER, Elmar. A teoria marxista e os limites do crescimento: In PROCÓPIO, A. **Relações internacionais**: os excluídos da arca de Noé. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Gamond 2007.

BECKER, B. K. Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia: In Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Um projeto para a Amazônia no século XXI**: desafios e contribuições. Brasília, 2009.

BORON, Atilio A. **A coruja de Minerva**: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CHÁVEZ, A. R. et al. **Pensando la Amazônia desde Pando**: El MAP, una iniciativa trinacional de desarrollo. La Paz: FUNDACIÓN PIEB, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo: In LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO. Bueno Aires, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Editora Martin Claret, 2003.

LIMA, Mirian Késia Labs de. **Movimento social MAP como Emergente Paradigma Transfronteiriço na Amazônia Sul Ocidental**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federa de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MELO, João de Jesus S. **Desenvolvimento e Meio Ambiente na fronteira trinacional Amazônica**: um estudo da atuação do MAP (Madre de Deus – Acre – Pando). Rio Branco: UFAC. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais da Universidade Federal do Acre), 2006.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. EDUFAC. (Séries Dissertações e Teses - 7). Rio Branco, 2005.

\_\_\_\_\_. **Internacionalização da Amazônia sob a Hegemonia Estadunidense**. Texto publicado nos Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 7ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Conservatória-RJ: 2005a.

\_\_\_\_\_. **Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia**. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/media/uploads/ElderPaula.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2008.

PEREIRA, Márcia Regina de Souza. **Iniciativa MAP: um emergente movimento social transfronteiriço e sua gestão no desenvolvimento sustentável na região da Amazônia Sul Ocidental**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federa de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RIOJA BALLIVIÁN, Guilherme. Antropología de frontera: investigación em region Trinacional MAP: In **Revista de Antropologia Iberoamericana**, nº 43, 2005.

SILVA, Silvio Simione. Tempos da violência, espaços da resistência: In PAULA, Elder Andrade de e SILVA, Silvio Simione (orgs.). **Trajatória da luta camponesa na Amazônia-acreana**. EDUFAC. Rio Branco, 2006.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-Ocidental**: um olhar sobre a “Iniciativa MAP”. Universidade Federal do Acre. Dissertação de Mestrado. Rio Branco, 2007.

\_\_\_\_\_. **Amazônia e hegemônias mundiais**. Texto apresentado no I Simpósio de Desenvolvimento Regional da UFAC/Brasil, 2007a.

SOUZA, Israel Pereira Dias de; PAULA, Elder Andrade de. **Ambientalismo, Territorialização/Desterritorialização na Fronteira Trinacional Amazônica** (Peru, Brasil e Bolívia). Texto apresentado no IV encontro da ANPPAS: “Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate”, em Brasília, 2008,).

\_\_\_\_\_. **Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA)**: “Cooperação Internacional” e/ou “Ecoimperialismo”? Texto apresentado no IV encontro da ANPPAS: “Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate”, em Brasília, 2008a.

TILIO NETO, P. de. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira**. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado), 2003.

**“COOPERAÇÃO INTERNACIONAL”,  
“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” E CONTROLE  
DOS “RECURSOS NATURAIS” NA AMAZÔNIA:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE A INICIATIVA PARA A  
CONSERVAÇÃO DA BACIA AMAZÔNICA (ICBA)<sup>15</sup>**

Difundindo a suposta “incapacidade” de os Estados nacionais que compõem a Amazônia continental assegurarem a “conservação da natureza”, a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) lançou, em 2006, o Programa Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica - ICBA. Tal programa tem aporte inicial de 65 milhões de dólares destinados a financiar cinco consórcios institucionais para atuar em áreas consideradas estratégicas em toda a Bacia Amazônica.

Seu objetivo principal é “promover a conservação e o desenvolvimento sustentável em nível transnacional e por toda uma complexa combinação de áreas protegidas, terras indígenas, reservas de uso sustentável e terras particulares”. A magnitude dos objetivos e ambições faz do referido Programa uma peça imprescindível na análise das disputas pelo domínio das riquezas naturais na Amazônia continental e das estratégias utilizadas nesse intuito.

---

<sup>15</sup> Artigo elaborado em parceria com Elder Andrade de Paula. Trata-se de uma versão, um pouco modificada, do texto **Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA): “Cooperação Internacional” e/ou “Ecoimperialismo”?**, apresentado no IV encontro da ANPPAS: “Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate”, em Brasília (2008).

A orientação do Programa está claramente voltada para o estabelecimento do domínio do governo dos Estados Unidos da América sobre extensas faixas territoriais dessa região. Não obstante, procuram-se dissimular esses interesses recorrendo à atualização do discurso da “cooperação internacional” que passa a incluir a proteção do meio ambiente e a defender o “desenvolvimento sustentável”. O envolvimento de instituições de pesquisas locais, ONGs e diversas outras organizações representativas da “sociedade civil”, figura como uma espécie de garantia de soberania e democracia popular.

### **Considerações sobre Estado e desenvolvimento na Amazônia em período recente**

Como sabemos, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-85), as políticas e estratégias de desenvolvimento para a Amazônia foram centradas no Estado, no sentido restrito, isto é, na “sociedade política”. Ancorados nos fundamentos do Estado como indutor do desenvolvimento e na doutrina de “segurança nacional”, os governos militares colocaram em marcha um conjunto de políticas voltadas para a “integração da Amazônia” ao novo processo de acumulação capitalista em curso no país.

Em primeira e última instância, cabia ao Estado promover o desenvolvimento da região e “protegê-la”, mesmo que isso significasse (como significou) degradação ambiental, expulsão ou extermínio de frações nada desprezíveis das

populações que a ocupavam. Não por acaso, derivaram daí severas críticas e resistência por parte de movimentos sociais e ambientalistas.

Em função dos impactos sociais e ambientais e das críticas que tal política suscitou, a apropriação das riquezas naturais na Amazônia encontrou, desde então, obstáculos e resistências diversos. Para o capital, o cenário ficou ainda pior quando a preocupação com o esgotamento dos “recursos naturais” e com os problemas ambientais - nos cenários nacional e internacional - passou a orientar o debate sobre a Amazônia.

Arbex Jr. (2005, p. 39) lembra que, em razão disso, duas pautas organizaram o encontro da Eco-92 no Brasil: o “desenvolvimento sustentável” e a “internacionalização da Amazônia”. Em verdade, para muitos, o “desenvolvimento sustentável”, além de assegurar a preservação ambiental através *do* ou *com* crescimento econômico, seria uma espécie de “antídoto” ao perigo da internacionalização da Amazônia.

Assim, para esses sujeitos - que defendem, ou alegam defender, um desenvolvimento nacional, soberano e de coloração ambiental - as duas pautas referidas por Arbex Jr. formariam uma antítese. Uma, a negação da outra. Por isso, embora nem sempre fiéis ao espírito nacional que alegam defender, guardam reservas quanto às ideias de “cooperação internacional”.

Para outros, no entanto, o maior perigo que a Amazônia corre não é o do domínio estrangeiro, e sim o da devastação. Para esses, o perigo não é geopolítico. É ambiental. Aproximando-se daqueles, entendem que o “desenvolvimento sustentável”

é a única maneira de “salvar a Amazônia”. Mas defendem, por seu lado, que o único modo de assegurar o “desenvolvimento sustentável” é através das “cooperações”. Em tal perspectiva, as duas pautas referidas por Arbex Jr. formariam não uma antítese, e sim um par, em que o primeiro elemento (“desenvolvimento sustentável”) depende e é resultado do segundo (“cooperações”).

Projetos orientados nesta direção mostram que a defesa desse tipo de desenvolvimento tem, na verdade, dado sustentação à internacionalização da Amazônia. Como? Acobertando-a sob o manto das “cooperações” em favor da preservação ambiental.

Para justificar a suposta necessidade das “cooperações”, a equação é bem simples. A Amazônia é de importância não regional, mas global. Todos os países têm, por conseguinte, interesse em sua conservação. Ela estaria exposta a ameaças transnacionais e os Estados que a compõem são incapazes de, sozinhos, protegê-la. Todos os países têm, portanto, o dever de conservá-la.

Os pressupostos das “cooperações” (“ajudas” ou “parcerias”, como também são tratadas) trazem consigo a possibilidade de transformá-las em imposição aos “parceiros” ou “sócios” minoritários da região. Através desses expedientes, implicitamente ou explicitamente, as “cooperações” criam e alimentam as ideias de “soberania relativa”, “gestão” ou “conservação partilhada” da Amazônia.

As “cooperações” podem ser bilaterais ou multilaterais. Podem envolver agentes governamentais e não governamentais; agentes locais, regionais e internacionais; agentes técnicos,

científicos, financeiros etc. Dessa forma, os Estados nacionais periféricos podem e devem participar. Mas, dados os seus interesses e a sua “incapacidade” - irreparável e egoisticamente nacionais -, eles desempenham um papel de sócios minoritários diante dos países centrais. É assim que a ideia de “cooperações” tem servido de trincheira, por trás da qual agentes internacionais têm agido exitosamente, deitando raízes e “flexibilizando” a já opaca soberania dos países da Amazônia continental.

### **USAID e “Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica” (ICBA)<sup>16</sup>**

Nas últimas décadas - marcadas pela preocupação com a conservação ambiental e pela sugestão das “cooperações” como forma eficaz de garanti-la -, as ONGs, principalmente na Amazônia, passaram gradativamente de coadjuvantes a «atores principais» nas políticas e estratégias de desenvolvimento focadas na questão ambiental. Elas passaram a executar projetos de «interesse comunitário» e aos poucos foram assumindo o lugar da «representação» ante às instituições governamentais, agências e organismos financeiros internacionais.

Essa estratégia, todavia, já começa a dar sinais de esgotamentos, seja pela redução do volume de financiamento externo, que propiciou a proliferação prodigiosa dessas organizações, seja por não apresentarem desempenho à altura das expectativas geradas inicialmente. Assim, começam a

---

<sup>16</sup> Para uma análise mais completa sobre o tema, recomendamos Souza, 2007.

experimentar por iniciativa de agências internacionais, como a estadunidense USAID, uma nova estratégia de atuação. Dessa vez, atuando em conjunto na forma de consórcios, no intuito de coordenar a execução de determinados projetos de caráter ambientalista em diversas localidades da Amazônia continental.

Diferentemente do período anterior (momento em que as demandas sociais interferiam na definição dos objetivos a serem alcançados pelas diferentes comunidades), esses projetos são fortemente orientados para o cumprimento de objetivos previamente determinados pelo agente financiador e são definidos de “fora para dentro”.

Esse é o caso de um programa financiado pela agência supracitada e projetado para toda a Bacia Amazônica: Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica<sup>17</sup>.

Essa Iniciativa conta com cinco consórcios, 26 ONGs, organizações dos povos indígenas e “tradicionais”, universidades, agências de governo e instituições de pesquisa.

A agência propõe “construir grupos de interesse efetivos para conservação em vários países com o estabelecimento e fortalecimento de redes institucionais em toda a Bacia Amazônica”. E, sempre em tom de “terrorismo” (ora velado ora explícito), a USAID justifica e assenta a proposta de criação da referida Iniciativa sobre um conjunto de ameaças “impossíveis” de serem contidas pelos países da região. É assim que se pretende justificar também a intervenção de fora sob a rubrica de “parcerias” ou “cooperações”: “Novos investimentos e

---

<sup>17</sup> ICBA, se a sigla é da tradução do nome em português; e ABCI, se é do inglês.

novas estratégias são necessárias para enfrentar essas ameaças e aproveitar as oportunidades promissoras, bem como replicar ou ampliar as estratégias comprovadas a partir da própria região amazônica ou desde fora desta (USAID, 2006)”.

É o que sugere, no mesmo rastro, a própria concepção de conservação da Iniciativa.

No entendimento da ICBA, a conservação é um processo inerentemente social baseado nas decisões humanas múltiplas e complexas e nas ações empreendidas por indivíduos e grupos nas florestas e vias hidrográficas amazônicas, em órgãos do governo, em escritórios não governamentais e comerciais, bem como outros locais e contextos nos países da Bacia Amazônica e no mundo inteiro (USAID, 2006).

Portanto, pode-se decidir o que se entende por conservação para a Amazônia fora de suas fronteiras.

As pretensões anunciadas pela Iniciativa são tão abrangentes e capilares quanto claras no sentido de tomar o lugar dos Estados e das populações da região na formulação de “políticas de conservação” para seus territórios. “A ICBA promoverá a conservação e o desenvolvimento sustentável”, diz o documento, “em nível transnacional e por toda uma complexa combinação de áreas protegidas, terras indígenas, reservas de uso sustentável e terras particulares” (USAID, 2006).

Uma das respostas mais abrangentes aos problemas “detectados” pela USAID seria a proteção e gestão das áreas de conservação e uso especial sob controle de comunidades indígenas, tradicionais e outros atores locais interessados. Essas

áreas protegidas habitadas, sobretudo em zonas fronteiriças, diz o documento (USAID, 2006), representam uma oportunidade para que a USAID apoie atividades de conservação. Dentre outras coisas, isso significa que, a partir das “redes”, a ICBA funcionaria como um braço articulador que estabeleceria os contatos necessários para “preparar o terreno”, tornando-o mais propício para a consecução dos objetivos da USAID e de seu país sede: os EUA.

Dessa forma, as ameaças daí advindas se fazem sentir tanto para a soberania dos Estados nacionais da região como para as populações locais no tocante ao uso e gestão de seus territórios. O documento ousa ser mais claro, afirmando que a ICBA poderá apoiar consórcios que: 1) Aperfeiçoem a conservação e gestão de áreas indígenas, áreas públicas ou particulares ou áreas protegidas em zona(s) selecionada(s) em toda a Bacia; 2) Promovam e sustentem processos transparentes de planejamento dos principais corredores rodoviários, vias fluviais ou zonas de infraestrutura; ou 3) Criem e apoiem uma rede de usuários comunitários de recursos naturais para tratar de questões comuns.

A Iniciativa atingiria seus objetivos por dois componentes complementares: 1) Consórcios para tratar das questões críticas de conservação na escala da sub-bacia; e 2) Um esforço ao longo de toda a Bacia para apoiar a gestão programática e facilitar a colaboração regional para a conservação.

O primeiro componente explica o fato de que, recebendo em seus primeiros cinco anos (2006-2011) o apoio

de \$50 milhões da USAID e mais \$15 milhões de organizações associadas, seriam dedicados 75% dos recursos aos consórcios. A partir deles, a Iniciativa “complementará iniciativas atuais de conservação na Bacia Amazônica através da capacitação das instituições locais para tratar das ameaças e das oportunidades de conservação em escalas maiores”.

As “parcerias desenvolvidas entre os membros de consórcios, entre consórcios, e com outras redes regionais, fornecerão a fundação institucional para construir parcerias para a conservação” e terão “o papel de auxiliar na implementação do objetivo da USAID de consolidar a ICBA em um programa abrangente com impacto em toda a Bacia”. A partir de um enfoque total no ecossistema da Bacia, “este componente da ICBA apoiará intervenções em múltiplas escalas, as quais são necessárias para promover reações abrangentes às ameaças transnacionais, tais como extração ilegal de madeira, tráfico de animais silvestres, incêndios [...]”.

O componente regional serviria aos “objetivos conservacionistas” da Iniciativa, “desenvolvendo atividades de treinamento e apoio técnico, reforçando a gestão e o desempenho das redes ou alianças de conservação, e promovendo o diálogo em torno das questões e oportunidades compartilhadas sobre conservação, para além das fronteiras ou no contexto de espaços-chave nacionais para conservação”.

Uma estratégia importante do programa regional seria trabalhar com as “redes” e as organizações regionais já existentes, para aumentar o impacto da conservação e do desenvolvimento

em toda a região, bem como promover uma maior participação e alavancagem dos atores interessados do setor privado. É objetivo da USAID ainda, através desse componente, estimular o interesse de atores governamentais, da sociedade civil e do setor privado para “políticas públicas voltadas a questões compartilhadas sobre conservação”.

Além disso, para se alcançar o segundo componente, as ações dos diversos consórcios serão monitoradas e coordenadas pelo Secretariado, grupo de pessoas e instituições responsáveis por dar organicidade aos diversos projetos da ICBA ao longo da Bacia Amazônica. Os responsáveis do Secretariado são: Anthony Anderson (radicado em Brasília), Diretor do Secretariado da ABCI (IRG); Jéssica Hidalgo (radicada em Lima), Diretora Adjunta do Secretariado da ABCI (SPDA); e Doug Pool (radicado nos EUA), Coordenador de Programa da ABCI (IRG).

## **Consórcio “Governança Ambiental na Região MAP”**

Mesmo cômicos de que são cinco os consórcios membros da Iniciativa (ver quadro abaixo), deter-nos-emos naquele cuja atuação está situada na fronteira trinacional que envolve o departamento de Madre de Dios/Peru, o estado do Acre/Brasil e o departamento de Pando/Bolívia. Trata-se do “Consórcio Governança Ambiental na Região MAP” ou “Governança Ambiental (G-MAP)” ou simplesmente “G-MAP”,

como alguns da “Iniciativa MAP”<sup>18</sup> o chamam. Como vimos alhures, esta última é uma “rede”<sup>19</sup> formada em 1999 e coordenada por pesquisadores de instituições internacionais e nacionais diversas e ONGs atuantes na Amazônia Sul-Occidental.

Para escolher os consórcios, a USAID se valeu de uma análise “muito criteriosa”, apoiando os consórcios “interessados para lidar com as ameaças e oportunidades prioritárias para a ICBA [...]”. Aqui a mensagem é muito clara. O que está sendo posto em pauta não é o que poderia ser prioritário para os Estados e sujeitos da região, mas sim o que é prioritário, antes e acima de tudo, para a ICBA. Em outras palavras, a pauta dos consórcios já está previamente decidida. Donde se infere sua “passividade”.

A esse respeito, é muito ilustrativa a conversa que tivemos com um professor da Universidade Federal do Acre (UFAC) sobre o referido projeto. Dizia ele que um dos dirigentes, insistentemente, o convidavam a tomar parte no programa. O professor, por seu turno, argumentava que essa empreitada requeria, além de tempo, pesquisadores bolsistas e verba para pagá-los.

Ao tomar conhecimento do valor da bolsa (300 reais) a ser paga, o dirigente recuou, silenciou, e, por fim, disse: “Olha, eu não quero muita coisa de vocês, não. Eu quero só os dados. ‘Me

---

<sup>18</sup> Para uma análise mais ampla e detalhada sobre o tema ver Chávez et al. (2005), Rioja Ballivián (2005), Melo (2006), Paula (2005a) e Souza (2007).

<sup>19</sup> Seguindo os passos de Paula (2005), entenderemos as “redes” aqui como “aparelhos privados de hegemonia” pertencentes à esfera da “sociedade civil” e, portanto, como constituintes do “Estado ampliado”.

<b>Consórcio</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Foco Geográfico</b>	<b>Instituições</b>
Desafiando o Avanço do Desmatamento na Amazônia Brasileira	Fortalecer governança ambiental, apoiar atores locais para lidar com problemas socioambientais associados ao desmatamento	Sudoeste da Amazônia Brasileira (Estado do Amazonas)	Quatro ONGs lideradas pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil
Conservando a Paisagem de Madidi-Manu da Bolívia e Peru	Melhorar planejamento da paisagem e sua implementação, desenvolver ecoempreendimentos comunitários e construir governança ambiental	Sudoeste da Amazônia: Peru e Bolívia	Cinco ONGs lideradas pela <i>Wildlife Conservation Society</i>
Paisagens Indígenas: Fortalecendo Organizações Indígenas da Bacia Amazônica	Fortalecer manejo ambiental de terras indígenas construindo a capacidade de organizações indígenas e parceiras, de planejar, manejar e proteger estas terras	Quatro locais em escala de paisagem - dois no Brasil, um no Peru e um no Equador	Cinco ONGs lideradas por <i>The Nature Conservancy</i>
Governança Ambiental na Região MAP	Reduzir a perda de biodiversidade e serviços ambientais, e servir como um exemplo para colaboração internacional em assuntos transfronteiriços relacionados na Bacia Amazônica	Sudoeste da Amazônia: Peru, Bolívia, Brasil	Quatro universidades, quatro ONGs e uma agência governamental lideradas pela Universidade da Flórida
Meios de Vida Sustentáveis na Amazônia Ocidental	Reduzir a degradação ambiental e melhorar os meios de vida comunitários, aumentando o volume de vendas e a renda de madeira certificada e produtos não madeireiros, da agricultura e do turismo	Amazônia Ocidental: Colômbia, Equador, Peru, Bolívia	Três ONG's lideradas pela <i>Rainforest Alliance</i>

deem' só os dados". Traduzindo em linguagem límpida: Vocês não precisam pensar, apenas operar. Sejam "ideologicamente passivos", mas "efetivamente operativos".

Isso significa que, para ser aceito e receber as doações, o consórcio teria que "compartilhar" (de boa vontade ou não)

da tese das “ameaças” e, por conseguinte, das debilidades dos Estados regionais para resolvê-las. Uma vez detectado o “mal”, terá que lançar mão dos “remédios” recomendados pela própria ICBA.

Tutelados dessa forma, então, “cada consórcio estará concentrado em determinado tema ou área geográfica da Bacia. Grupos que optem por tratar de um tema específico também terão de identificar locais específicos para investir em atividades in loco”.

Com base nisso, podem-se caracterizar os consórcios como: 1) “ideologicamente passivos”; 2) efetivamente operativos; e 3) geograficamente estratégicos, de modo que alcancem toda a região. Eles funcionariam, por assim dizer, como “reprodutores ideológicos intermediários” ou “correias de transmissão” entre os grupos de base e, através da Iniciativa e do Secretariado, a própria USAID. Sua função, além de operativa, é também sumamente estratégica no sentido da construção do consenso e de se estabelecerem como lideranças entre os sujeitos e instituições locais.

Percebe-se, assim, que os consórcios guardam passividade ideológica unicamente para com a ICBA, mas não para com os grupos de base. Em relação a estes, os consórcios têm que ser bastante ativos no sentido da reprodução das orientações ideológicas de sua matriz. Veja-se, por exemplo, a defesa da ideia de “governança ambiental” e, portanto, da ingerência privada e estrangeira na região a que esta pode se prestar.

Vejamos a respeito desse ponto as seguintes recomendações da Carta de Cobija<sup>20</sup>: 1. Acelerar o processo de integração trinacional das instituições governamentais e não governamentais, através de acordos de longo prazo que promovam a capacitação recíproca de pessoal e o desenvolvimento de projetos conjuntos; [...] 5. Fortalecer a capacidade de gestão das instituições que administram os recursos naturais e o meio ambiente da Região MAP, com ênfase para o gerenciamento do uso da terra; [...] 9. Fortalecer, ou estabelecer, políticas de Estado que permitam uma maior participação dos atores sociais na tomada de decisões para a gestão de seu território e recursos naturais, e apoiem o desenvolvimento da educação e a saúde; [...] 13. Garantir a presença efetiva de autoridades que resguardem a ordem e os recursos naturais, na Região fronteira MAP.

Quanto a esta última recomendação, poderíamos perguntar: Ela se refere a garantir a presença de autoridades como a USAID na região? Claro que, da mesma forma, podemos responder que não necessariamente. A pergunta é um tanto forçada, embora não de toda infundada. Mas é importante observar que essa recomendação põe às claras a harmonia que há entre a visão que a Iniciativa MAP e a USAID têm quanto à capacidade dos Estados nacionais da região em “cuidar” da riqueza que eles têm em seus territórios.

---

<sup>20</sup> Documento seminal da Iniciativa MAP. Segundo os dirigentes da Iniciativa, este é “um documento conjunto que contiene los resultados de la reunión proyectando, al mismo tiempo, distintas líneas de acción hacia futuro en el marco del desarrollo sostenible. Esto pronunciamiento se convirtió en una suerte de norma o guía para los siguientes encuentros anuales” (CHÁVEZ et al., p. 50-51).

Vale destacar ainda a localização geoestratégica em que atuaria o G-MAP, de forma que ele possa “servir como um exemplo de “colaboração internacional” em assuntos transfronteiriços na Bacia Amazônica.” (USAID, 2007).

O conjunto de tudo isso permitirá uma extraordinária ingerência estrangeira na região. É clara a intenção de espriar o projeto por meio da ampliação da “rede”. De modo que o objetivo da atuação do “G-MAP” é, seguindo as orientações da USAID, consolidar o consenso em torno da questão ambiental e, com isso, envolver desde o cidadão comum, cientistas e universidades, ONGs, governos e a iniciativa privada. Tudo isso, diga-se, alicerçando-se numa compreensão para além, ou melhor, apesar das fronteiras das unidades políticas envolvidas.

## **Instituições componentes do Consórcio e relações assimétricas**

A essa altura, convém registrar aqui o nome das instituições componentes do Consórcio e refletir sobre as relações que elas mantêm entre si e suas estratégias de atuação na região. Dentre elas, encontramos 4 universidades, 4 ONGs e 1 agência governamental. Antes de elencá-las, ressaltamos, para efeito de esclarecimento, que os consórcios não são formados somente por elementos da “sociedade civil”.

Com base nos pressupostos dos termos “governança” e “governança ambiental”, a sociedade política não precisa ficar necessariamente fora das “cooperações”. Basta que fique em

lugar “secundário” e a “sociedade civil” e o meio ambiente sejam entendidos como isentos e/ou acima das contradições de classes e nacionais. Esse fato torna tanto mais necessária e eficiente uma reflexão que leve na devida conta os papéis desempenhados pela “sociedade civil” e pela sociedade política (Estado em sentido restrito) nas relações de poder, donde, então, nos valermos da formulação de Gramsci sobre “Estado ampliado”.

Essas são as instituições: Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Amazônica de Pando (UAP), Universidade Nacional Amazônica de Madre de Dios (UNAMAD), Woods Hole Research Center (WHRC), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), SOS Amazônia, Herencia, Instituto Nacional de Desenvolvimento (INADE) - B Projeto Especial de Madre de Dios (PEMD) e, por último, Universidade da Flórida (UF). Não por coincidência, foi a esta última que coube o papel de líder no Consórcio.

É preciso que se diga que, entre as instituições de nível superior dos Estados Unidos, a UF é a que reúne o maior número de estudiosos da Amazônia. Ela atua a serviço dos interesses estadunidenses “coordenando” projetos de pesquisas, acumulando conhecimentos sobre a região e exercendo papel de liderança entre outras instituições locais e regionais. Através do programa Tropical Conservation and Development (TCD) (Conservação e Desenvolvimento Tropical), ela tem desenvolvido programas regionais de pesquisa e educação que envolvem centenas de estudantes de graduação dos países da Bacia Amazônica e dos Estados Unidos.

A UF tem incentivado a formação de ONGs em diversos pontos estratégicos da Amazônia para atuar em pesquisa e extensão, como é o caso do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE). Criada no final da década de 1980 em “parceria” com a UFAC, essa ONG passou a influenciar a formação de uma articulação de instituições locais de pesquisa “dedicada a investigar alternativas de uso sustentável de recursos naturais no estado brasileiro do Acre”. Ela tem também mantido acordos de longo prazo para “capacitação de recursos humanos”, treinamento e pesquisa “colaborativa” com diversas instituições regionais. Através do Programa “Working Forest in the Tropics”, ela executa pesquisa no setor florestal, treina alunos de graduação, incentiva e apoia os “mais destacados” a fazerem Pós-Graduação na UF, promove conferências periódicas que reúnem “atores” chave de toda a Bacia Amazônica e de outras regiões tropicais.

Por se tratar de uma instituição atuante já há algum tempo na região, com significativas relações pessoais e institucionais e por ficar responsável pela gestão do “G-MAP”, a UF fez com que este parecesse apenas mais um “projeto” dentre outros. Desse modo, parece não ter despertado desconfiança entre seus diversos “parceiros”, como é o caso dos professores da UFAC envolvidos no programa, com os quais conversamos sobre o objeto da presente pesquisa.

Todos eles, sem exceção, encararam o projeto com muita naturalidade e até com certo entusiasmo. Isso se explica, segundo conversa com alguns dos professores, pelo fato de que

eles não sabiam que o “programa” da USAID tinha a pretensão de se desenvolver e se estabelecer em toda a Bacia Amazônica. Esse fato só foi descoberto algum tempo depois. É lícito aventar a possibilidade de que a ocultação das verdadeiras dimensões do programa tenha sido um ato intencional por parte da agência.

Para alguns desses professores, isso só ficou claro depois da intervenção do Itamaraty no sentido da suspensão do programa em território brasileiro (abordaremos isso mais adiante). Assim, para eles, o Consórcio “G-MAP” era o único envolvido no “programa”, aparentemente pontual.

Além do mais, devido à quase inexistência de investimentos por parte do governo brasileiro destinados à área de pesquisa, alguns deles viram no programa “a chance de realizar alguns projetos de pesquisas acalentados há tempos”, disse um dos professores entrevistados.

O G-MAP, entretanto, não goza de unanimidade nem na região nem no seio da própria Iniciativa MAP. Segundo um dos professores entrevistados, que também é liderança do MAP, não se pode dizer que o Consórcio “G-MAP” seja obra da Iniciativa MAP. Para ele, o Consórcio é um projeto paralelo à Iniciativa, “que é muito maior que ele”. Apenas algumas pessoas que dela participam se uniram e fizeram o projeto e o apresentaram à USAID. De nossa parte, porém, parece não haver dúvidas: o G-MAP é um desdobramento, em dimensões mais ambiciosas e profundas, do experimento em curso denominado “Iniciativa MAP”.

Aliás, é sintomático como se deu a escolha do nome para o Consórcio. Uma das pessoas entrevistadas, representante

da UFAC no Comitê Gestor do Consórcio (no qual tinham lugar representantes das nove instituições), afirmava que alguns defendiam que o Consórcio deveria ficar com o nome “Consórcio MAP” (esse foi o primeiro nome proposto). Em outras palavras, ele deveria se apropriar da Iniciativa MAP, de seu prestígio. O problema se torna tanto maior quando se sabe que havia uma grande resistência por parte de seus dirigentes em divulgar na página eletrônica da Iniciativa a aprovação do G-MAP como consórcio a ser financiado pela USAID. Com muita insistência, dizia uma pessoa entrevistada, a notícia foi dada um mês depois, e numa diminuta nota.

Entre as instituições que defendiam o nome “Consórcio MAP”, a pessoa entrevistada destaca SOS Amazônia, Herencia e um membro do Parque Zoobotânico (PZ) da UFAC. Os professores entrevistados são unânimes e categóricos ao falarem da relação difícil entre o PZ e a UFAC. Do PZ participa Foster Brown. Sem sombra de dúvida, este personagem é o maior entusiasta e articulador da Iniciativa MAP e também gerente do G-MAP.

Aqui fica patente como as “coordenações” são, cuidadosamente, postas em mãos forâneas, fora do alcance dos sujeitos da região: a coordenação da ICBA ficou nas mãos do Secretariado; a coordenação das instituições do consórcio ficou com a UF; a gerência do consórcio ficou com Foster Brown, cidadão estadunidense.

A distribuição desses cargos de mando mostra muito claramente a rigidez e a preocupação com que é pensada e estabelecida a hierarquia. Eis aí o mais fiel retrato do que se pode

entender por “cooperação”. Não é de se estranhar assim o fato de que o poder distribuído entre as instituições do Consórcio não seja o mesmo para todas. Outrossim, ocorre com os recursos oriundos do financiamento da USAID e as informações sobre o desenvolvimento do programa. Dos 7 milhões destinados ao G-MAP ao longo dos cinco anos de execução da ICBA, a UFAC ficaria com apenas 80 mil.

As grandes beneficiárias do projeto seriam as ONGs e a UF. Elas ficariam com a maior soma dos recursos e a parte executiva do projeto, e não aceitavam ingerência das outras instituições em suas ações. Isso quer dizer que, mesmo entre as nove instituições, não havia simetria nem transparência. As assimetrias, os privilégios das ONGs e a ausência total de autonomia dentro do Consórcio obrigaram as instituições de ensino superior da região (UFAC, UAP e UNAMAD) a ensaiarem a saída do programa. Seus representantes, em conjunto, chegaram a elaborar um documento oficializando seu desligamento. O referido documento continha as seguintes alegações:

**[...] nossa participação efetiva no Projeto Governança Ambiental na Região MAP tem sofrido muitos obstáculos** (grifo nosso). Por exemplo, a atribuição dos recursos do Projeto às universidades não é proporcional a suas contrapartes, assim como não se tem considerado uma porcentagem para os custos administrativos para a UNAMAD. Além disso, o componente 3 (fortalecimento regional para a governança ambiental) do Projeto, donde as universidades seriam organizações chave, é só um denominativo, pois no pressuposto técnico e econômico somente 15% dos recursos totais do componente serão manejados por elas. Assim, ao final **nossa participação**

**não é efetiva** (grifo nosso). [...] tivemos várias tentativas de diálogo com as outras organizações que compõem o Consórcio, poucos avanços obtivemos. A Universidade da Flórida (UF), instituição líder do projeto, ainda não manifestou nenhuma reação de apoio às universidades [...] (Posiciones de las universidades en el Proyecto G-MAP/USAID, 2007).

Quando interpelávamos Foster Brown sobre a alegação das universidades em relação à falta de autonomia e poucos recursos, ele argumentava que isso se deve unicamente às pessoas da Iniciativa MAP que redigiram o projeto do consórcio, e não à UF e nem à USAID. No entanto, Stephen Perz (professor da UF coordenador do G-MAP frente à USAID) nos dizia em conversa que o programa saiu dessa forma por conta das “grandes ONGs”. Segundo ele, principais responsáveis pela elaboração da ICBA, as “grandes ONGs” desenharam o programa para que “as atividades não ficassem nas mãos de pequenas organizações e instituições”.

Por fim, as universidades condicionaram sua permanência no consórcio à observância dos seguintes pontos: 1) a completa coordenação técnica do componente 3 do Projeto e de seu pressuposto econômico (1,5 milhão) pela UNAMAD, UAP e UFAC, incluindo a total autonomia para mudar (cambiar), incluir e/ou adequar atividades, metodologias e produtos; 2) integrar de forma mais real e objetiva os esforços de nossas instituições através de nossa participação mais ativa nos diferentes subprojetos, incluindo nossa assistência técnica, mais efetiva, no desenvolvimento e planificação dos outros

três componentes do Projeto; 3) além do controle de 100% do pressuposto econômico do componente, que sejam considerados como mínimo os 30% para gastos administrativos.

A UFAC realmente saiu do projeto, acompanhada posteriormente pela UAP. A UNAMAD permaneceu. Uma das pessoas entrevistadas atribuía a permanência à carência financeira da referida Universidade. Seja como for, sua permanência não implica que ela tenha conseguido mais autonomia. O projeto não foi “redesenhado” e, portanto, ele continua orientado para a consecução dos objetivos da agência financiadora.

## **Considerações sobre as interpretações a respeito do programa e sua suspensão**

Alertando sobre a interferência na “soberania nacional” de um programa claramente intervencionista como esse de autoria da USAID, o deputado federal Carlos Souza (PRB-AM) apresentou um requerimento à Câmara dos Deputados para ser encaminhado ao Ministério da Defesa. Nesse requerimento, solicitou que fossem

tomadas enérgicas providências que impeçam a USAID de criar os referidos consórcios, pois não teremos como controlar o fluxo de informações sobre a biodiversidade brasileira, coletadas pelas organizações não governamentais contratadas e pagas pela USAID para atuarem em terras brasileiras, com isso, ferindo de morte nossa soberania (<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/465175.pdf>). Acesso em: 02 nov. 2007).

Para o referido parlamentar, isso seria uma forma “velada de intervencionismo” na soberania brasileira, já que “desejam estabelecer áreas, dentro do território nacional, com restrições à implantação de importantes projetos de infraestrutura, e.g., a construção das hidrelétricas no Rio Madeira; a rodovia que faz a ligação da Amazônia com o Oceano Pacífico; a instalação do gasoduto Urucu-Porto Velho e a pavimentação de rodovias e outras obras na região”. “Minha preocupação”, concluía o requerimento do deputado, “reside no entendimento de que tal Iniciativa, levada a cabo, pode trazer no seu bojo a concretização do pesadelo que há anos paira sobre a Amazônia. Referimo-nos à ameaça de internacionalização. Tudo leva a crer que a Iniciativa submete a região amazônica aos interesses dos países ricos, que nunca tiraram seus cobiçosos olhos da Amazônia”.

O jornal *Correio Brasiliense*, por seu turno, dava-nos conta de que o secretário de Política, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério da Defesa, general Maynard Santa Rosa, enviaria ao Itamaraty e a outros ministérios responsáveis pela gestão da Região Norte um parecer recomendando a paralisação de qualquer iniciativa das ONGs no lado brasileiro: “O parecer será contrário à implementação porque ele contraria os interesses nacionais. Estamos elaborando um documento que será entregue a todos os ministérios envolvidos com o assunto”. Por fim, o Itamaraty exigiu que a agência suspendesse a execução do programa. Muito provavelmente, foi isso o que a fez tirar o texto do programa de seu endereço eletrônico.

Na entrevista concedida ao jornal, o militar deixava transparecer que sua principal preocupação eram as ONGs. Ele alegava que “existem mais de 100 mil ONGs de todos os tipos e interesses atuando sem que o Estado brasileiro tenha controle sobre elas [...]”. Como essas organizações atuam sob a proteção da Constituição, elas estão a salvo de declararem suas intenções e podem, por isso, defender “interesses ocultos das suas fontes de financiamento [...]”. Acredito até que elas agem intencionalmente para fragilizar o controle do Estado sobre o território”, concluía o militar, entendendo o papel político das organizações sob esse tipo de projeto.

A análise do militar a respeito das ONGs faz-se notar por duas coisas, intimamente ligadas entre si e que, em última instância, obstaculizam a compreensão da complexidade, da magnitude e dos sujeitos envolvidos na disputa territorial na Amazônia: 1) ela remonta a uma espécie de resgate da doutrina da “segurança nacional” para reafirmar a concepção de soberania das forças armadas brasileiras; e 2) talvez em razão da ideia “conspiracionista” e das generalizações (não raro infundadas) que marcam a referida doutrina, o militar não leva em consideração o grau de complexidade da atuação das ONGs.

Substituir os “comunistas” pelas ONGs como “ameaça” à “segurança nacional” não expressa somente falta de imaginação, mas também uma monumental simplificação do problema. O militar procede à maneira dos que “coam um mosquito, mas engolem um camelo”, para usar as palavras do “filho do carpinteiro”. Com efeito, essas generalizações levam

à criminalização dos movimentos sociais de reivindicações legítimas (portanto, verdadeiros interessados na soberania), dispensando a eles tratamento igual ao de certas ONGs (também nem todas elas iguais). Por sua vez, o foco na ilegalidade faz com que se “ignore” ou “menospreze” as práticas legais pelas quais se fere a soberania, e impede de se leve em consideração todas as funções que as ONGs desempenham nesse processo (SOUZA e PAULA, 2008, p. 9).

Ajudar na tarefa de apreender a complexidade desse processo é ter em conta que é através da “sociedade civil” (nacional e internacional) que as classes e os países dominantes buscam assegurar sua supremacia via “direção” sobre as classes, grupos e países subalternos. E para desempenhar a função de reprodutoras dessa “dominação ideológica”, as ONGs não precisam, necessariamente, se valer de recursos ilegais, à margem da lei ou às costas do Estado.

Aprendemos com Gramsci que é através da direção política, intelectual, moral e cultural que um grupo se torna hegemônico e mantém sua hegemonia, o que envolve a difusão de ideias, valores, consenso. Por isso, a hegemonia de um grupo se apresenta como algo que opera sobre a estrutura econômica, sobre a organização política da sociedade e também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978, p. 5).

A produção/reprodução do consenso não se dá somente através de ONGs, mas através de uma articulada e complexa rede de instituições (o que Gramsci chamará de “aparelhos

privados de hegemonia”), incluindo desde escolas a sindicatos; desde Igrejas, movimentos sociais até os jornais e os meios de comunicação. Esses aparelhos, como lembra Simionatto (2004, p. 44), “têm por finalidade inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente”.

Portanto, a “fragilização do controle do Estado sobre seu território”, para usar a expressão do militar, não precisa ocorrer na “clandestinidade”. Ao contrário. Ela tem sido tanto mais exitosa por se dar à luz do dia e aos olhos da sociedade e, em certa medida, com a colaboração significativa de parcelas suas.

No âmbito das relações internacionais, esse processo envolve, além de ONGs, “respeitadas” agências multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em que pesem essas agências fomentarem na região projetos claramente voltados aos interesses do país do Norte, elas contam com o apoio vindo tanto da “sociedade civil” quanto da sociedade política. E não se trata de aquiescência passiva apenas, mas também de apoio ativo.

É isso o que podemos compreender a partir de Arrighi (1996) e de seu conceito de “hegemonia mundial”. Para o referido autor, um “Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando o interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante”. Neste ponto em especial, através da “sociedade civil internacional”, as agências multilaterais ligadas ao país do norte têm conseguido

construir/consolidar sua hegemonia através do monopólio de pesquisas científicas relacionadas à biodiversidade. Por meio da coordenação de um conjunto de “redes” e “consórcios” envolvidos em projetos de cunho ambientalista, elas têm dilapidado a soberania dos Estados nacionais da região sobre seus territórios.

Através *de* e *com* a sociedade política, essas agências multilaterais têm levado a cabo uma extraordinária desregulamentação na legislação ambiental, intensificando a mercantilização e privatização das riquezas naturais e, dessa forma, facilitando o acesso dos capitais privados a elas. É preciso não desconsiderar que esse tipo de iniciativa (ICBA) conta não só com o apoio de ONGs, mas com muitos mais outros sujeitos da sociedade civil nacional e internacional. Além do mais, quanto a esse feito, a sociedade política também merece crédito. Vejamos a esse respeito dois exemplos específicos. O primeiro no cenário nacional, e o segundo no regional.

Num artigo intitulado “A USAID e a ‘governança mundial’ da Amazônia”, Nilder Costa interpreta a Lei de gestão de Florestas Públicas e a divisão do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), da qual surgiu o Instituto Chico Mendes, como uma espécie de sinal favorável à internacionalização da Amazônia. No referido artigo, o autor lembra que o presidente do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Tasso Azevedo, foi acusado de fazer proselitismo internacional colocando à venda boa parte da Floresta Amazônica. Azevedo é partidário da ideia de que a “conservação” da Floresta Amazônica é tarefa de várias nações,

tendo sugerido na 7ª Sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF), realizada em abril passado, que os “países desenvolvidos ajudem o Brasil a preservar a Amazônia”.

Numa reportagem publicada no jornal A Gazeta de 20 de julho/2007 (ONGs acrianas defendem financiamento de americano), Silvia Brillhante (representante da SOS Amazônia no Comitê Gestor do Consórcio G-MAP) dizia que antes de firmar a parceria com a agência estadunidense havia recebido apoio dos governos do Acre e do Peru. Os governos teriam afirmado que as ações propostas pela ICBA contribuiriam para o aumento das governanças pretendidas e auxiliariam “a mudar a tendência convencional de empobrecimento ambiental, considerando, assim, o projeto importante para a região. [...] Logo quando soubemos desses rumores de suspeitas por parte de algumas pessoas, quanto à seriedade do projeto”, continuava Silvia, “logo fomos procurar as pessoas que nos apoiaram. O secretário de Planejamento (do estado do Acre), Gilberto Siqueira, por exemplo, disse que, se fosse necessário, seria escrita uma nova carta afirmando que o projeto é importante para o Estado. Também o deputado federal Nilson Mourão (PT-AC) manifestou apoio a nossa iniciativa”.

Na tentativa de justificar o programa, Silvia alegava que o seu objetivo era “fortalecer as instituições governamentais e a sociedade civil para a governança ambiental na Região, para potencializar os benefícios e reduzir os impactos adversos destas mudanças”. Mesmo sabendo da suspensão (temporária?) do programa, nada indica que ele ou outro de mesmo teor venha

a se desenvolver por outras vias. Apesar do tom de justificativa apresentado acima, Sílvia não hesita em afirmar que, “se não for com recursos da USAID, vamos buscar outros parceiros para desenvolver essas ações. Nosso objetivo é preservar o meio ambiente”.

É isto que se pode depreender do estudo da ICBA. Ainda que esta reivindique uma “virtuosa cooperação” entre sujeitos regionais, nacionais e internacionais em favor da preservação ambiental e do “desenvolvimento sustentável”, sua atuação pode ser colocada sob a rubrica daquilo que Leff (2000, p. 329) denomina “ecoimperialismo”, isto é, uma estratégia que “explora o recurso da conservação como uma nova forma de protecionismo e que dá a países e consórcios o poder de apropriação de recursos do planeta. Assim, vai-se desenhando o rosto de um ‘ecofascismo’ que utiliza a causa ecológica para legitimar ações de subjugação das classes oprimidas [...]”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como exposto, procuramos colocar sob questionamento a afirmativa corrente de que, em determinados lugares da Amazônia, as “cooperações” representariam a construção de um desenvolvimento capaz de conjugar crescimento econômico, soberania (nacional e popular) e preservação ambiental. Parece não haver dúvidas sobre o fato de elas representarem iniciativas inovadoras, particularmente no que diz respeito à redefinição dos papéis reservados à “sociedade civil” e à “sociedade política”

na formulação e implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento.

Contudo, deve-se ter presente que as modificações na forma de atuar não implicam, necessariamente, alterações relevantes no conteúdo das relações de exploração que marcam historicamente o colonialismo na região amazônica.

Foi isso o que pudemos concluir a respeito da ICBA, que, sob o manto das “cooperações” em favor do “desenvolvimento sustentável”, tem contribuído para consolidação da hegemonia dos EUA na Amazônia continental, dilapidando a soberania dos Estados nacionais.

O colonialismo, assim, ganha nova forma sem perder o velho conteúdo. E ele se rejuvenesce e legitima sob a aparência de uma “cooperação virtuosa e necessária” e de um desenvolvimentismo supostamente verde e democrático.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARBEX JR., José. “Terra sem povo”, crime sem castigo. Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia: In TORRES, M. **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Contraponto/ Rio de Janeiro. Edunesp/ São Paulo, 1996.

CHÁVEZ, A. R. et al. **Pensando la Amazônia desde Pando**: El MAP, una iniciativa trinacional de desarrollo. La Paz: FUNDACIÓN PIEB: 2005.

COSTA, N. **AUSAID e a ‘governança mundial’ da Amazônia**, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 3.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2006.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenal: Ed. da FURB, 2000.

MELO, João de Jesus S. **Desenvolvimento e Meio Ambiente na fronteira trinacional Amazônica**: um estudo da atuação do MAP (Madre de Dios - Acre - Pando). Rio Branco: UFAC (Dissertação de Mestrado), 2006.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. EDUFAC. (Séries Dissertações e Teses - 7). Rio Branco, 2005.

\_\_\_\_\_. **Internacionalização da Amazônia sob a Hegemonia Estadunidense**. Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas, Conservatória-RJ, 2005a.

RIOJA BALLIVIÁN, Guilherme. Antropología de frontera: investigación em region Trinacional MAP: In **Revista de Antropología Iberoamericana**, nº 43, 2005.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 3. ed. - Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-Occidental**: um olhar sobre a Iniciativa MAP. Rio Branco: UFAC (Dissertação de Mestrado), 2007.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Amazônia e hegemonias mundiais**. Trabalho apresentado no I Simpósio de Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Acre-UFAC/Brasil, 2007a.

TILIO NETO, P. de. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira**. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado), 2003.

USAID. **Iniciativa de conservação da Bacia Amazônica**. Documento conceitual, 2006.

USAID. **Iniciativa de conservação da Bacia Amazônica**. Desenhos, atividades propostas e resultados esperados, 2007.

## **PARTE II**

### **A farsa fascinante, a tragédia facínora**



## PROMETEU, PANDORA E O DESENVOLVIMENTISMO<sup>21</sup>

Prometeu<sup>22</sup> rouba fogo do Olimpo e entrega ao homem. Um ato heroico de trágico fim. Por meio dessa narrativa mítica, os gregos explicavam o surgimento da tecnologia e da civilização - simbolizadas pelo fogo -, aquilo que daria ao homem poder e liberdade frente às forças divino-naturais<sup>23</sup>.

Irado com Prometeu, Zeus, o “tirano do Olimpo”, condenou-o a ficar acorrentado a um rochedo, “pelos tempos a fora”. Ali, todo dia, uma ave de rapina lhe vinha devorar o fígado.

### **Prometeu: aristocrático ou revolucionário?**

À sua maneira, genial e reacionária, Nietzsche via na sorte de Prometeu a “justificação do mal humano”. Para ele, “o abutre que devora o fígado do fautor prometeico da cultura” revela uma inarredável contradição. O que possibilitaria ao homem gozar da liberdade também impunha a ele uma realidade

---

<sup>21</sup> Originalmente, esse texto foi publicado em 22/08/2012, no Blog Insurgente Coletivo (<https://www.ecodebate.com.br/2012/08/22/prometeu-pandora-e-o-desenvolvimentismo-artigo-de-israel-souza/>). Aqui, ele segue com umas poucas modificações. Os mitos aqui tratados têm muitas versões, e são, como os outros, passíveis de interpretações várias. Dentre as versões, escolhemos uma e acrescentamos a ela um colorido particular. Ao leitor interessado em mais sobre o assunto, recomendamos Hesíodo (**Teogonia; Trabalho e dias**), Ésquilo (**Prometeu acorrentado**) e Thomas Bulfinch (**O livro da mitologia: histórias de deuses e heróis**). Para compreender o pensamento mítico grego, ainda são indispensáveis os clássicos atribuídos a Homero: **Ilíada e Odisseia**.

<sup>22</sup> Pró: antes + manthánein: saber/ver = prudente ou providente.

<sup>23</sup> Segundo Ésquilo, o fogo seria a “fonte de todas as artes”, de todo conhecimento, ciência, medicina, matemática, agricultura, indústria, etc.

de privação e escravidão. Em suas palavras: “a escravidão entra na essência da civilização”.

Mas, como lembra Domenico Losurdo em **Nietzsche: o rebelde aristocrata**: biografia intelectual e balanço crítico, essa maldição pesaria de modo diferenciado sobre os sujeitos: “a desventura dos homens que vivem de trabalho e de privação deve ser ainda aumentada, para tornar possível que um restrito número de homens olímpicos produzam o mundo da arte” (NIETZSCHE citado em LOSURDO, 2009, p. 60).

Mesmo sabendo do caráter inexorável da tragédia como entendida pelos gregos, não resta dúvida de que a leitura de algo fatalista que o pensador alemão empreende do Mito de Prometeu é motivada pelo combate que ele move contra as classes subalternas.

A exemplo de outros autores contemporâneos seus, também o filósofo do “eterno retorno” entendia que o que motivava a insurreição “dos de baixo” era o otimismo e a esperança na construção de um mundo justo. Por isso, ao otimismo e à esperança dos “escravos”, ele contrapunha a “visão trágica do mundo” e o “pessimismo alemão”.

É sobejamente sabido que a tragédia representa a impotência das vontades (quer dos homens, quer dos deuses) ante a onipotência do destino. Este segue inexoravelmente. Lembremos de **Édipo**, clássica obra de Sófocles. Pode-se argumentar que isso era já o suficiente para sustentar a leitura fatalista de Nietzsche, filólogo-filósofo profundo conhecedor da Antiguidade e da tragédia grega<sup>24</sup>. Mas importa destacar a

---

<sup>24</sup> Ver seu livro **O nascimento da tragédia**.

tensão entre opressão e liberdade, resignação e esperança latente e patente na tragédia esquiliana.

De um lado, quando o Coro pergunta a Prometeu se “Virá, um dia, o termo de teus males?”, este responde: “Nenhum fim, senão o que ele quiser”. De outro, quando perguntado por lo se Zeus “perderia seu império”, ele afirma, de maneira enfática, “Ele perdê-lo-á, fica certa”, e sua queda “será a mais rápida e mais vergonhosa”.

Dentre outras coisas, isso quer dizer que submetimento a um “destino inexorável” não significa submetimento ao despotismo e à tirania. Ignorar ou tentar subverter isso apenas mostra a fidelidade de Nietzsche a seu aristocratismo. Todavia, não faz jus ao caráter “aberto” que o espírito de Êsquilo imprimiu a Prometeu acorrentado. Previdente, não foi sem razão que o “benfeitor da humanidade” predisse o fim do império de Zeus e deu aos homens “uma esperança infinita no futuro”.

Vê-se, dessa forma, que não era sem causa a interpretação de Nietzsche, coisa de pura erudição filológica apenas. Afinal, como ressalta Jonh Bellamy Foster, Prometeu era o “maior herói cultural de todo o período romântico”. Na cultura ocidental, o semideus “representa não só a tecnologia, mas, ainda mais, a criatividade, a revolução e a revolta contra os deuses (contra a religião)” (FOSTER, 1999, p. 163).

Dado o caráter subversivo e plebeu do mito prometeico, o “rebelde aristocrata” - para usar a feliz expressão de Losurdo - entendeu que era preciso esvaziá-lo de seu conteúdo

revolucionário, transformando-o em seu contrário. Não a expressão da liberdade, mas da escravidão. Não a esperança, mas a resignação.

## **O verdadeiro prometeísmo de Marx**

Mais recentemente, mostrando-se insofismável e ameaçador o poder destrutivo das forças produtivas no capitalismo, o mito de Prometeu ganhou outra interpretação. Para muitos que defendem a causa ambiental, a figura do semideus - porque vinculada à tecnologia - expressa uma apologia ao produtivismo, independentemente dos custos ambiental e social.

Alguns defensores da causa ambiental (“os veres”), vendo em Marx e no marxismo a defesa de tal prometeísmo, distanciam-se das forças que lutam pelo socialismo (“os vermelhos”) ou declaram-lhes guerra sem trégua. Outros permanecem vinculados a essa tradição. São os chamados ecossocialistas (“verdes-vermelhos” ou “vermelhos-verdes”). Formam um movimento bastante diverso, plástico o suficiente para abarcar desde os “moderados” e “reformistas” à esquerda mais radical. Sinteticamente, procuram conjugar a luta pelo socialismo com a defesa da causa ambiental.

Há, em meio a eles, quem faça uma leitura deveras cuidadosa da obra de Marx, a fim de julgar e aproveitar o que ela pode dar de sustentação ao pensamento e à luta ecológicos. Destacam-se, entre estes, Michael Löwy (**Ecologia**

**e socialismo**), Jonh Bellamy Foster (**A ecologia de Marx: materialismo e natureza**), Elmar Altvater (**Existe um marxismo ecológico?** e **O fim do capitalismo como nós o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo**), apenas para citar alguns.

Há outros, entretanto, que entendem os fundadores do materialismo histórico como “adoradores da máquina”, apologetas do produtivismo e do domínio do homem sobre a natureza. Em perspectiva assim, Marx e muitos de seus seguidores bem teriam compreendido as nefastas implicações que o capitalismo teria para a “questão social”. Porém, o mesmo não ocorrera em relação à questão ambiental, completamente ignorada ou submetida à visão “prometeica” que subjaz ao materialismo histórico. Prometeu - e Marx com ele - é, sob esse prisma, convertido em uma ameaça à liberdade, à natureza e à vida em geral.

Todavia, Foster advoga que, na obra de Marx, “Prometeu é invocado com mais frequência como símbolo de revolução que de tecnologia” (FOSTER, 1999, p. 163). Em verdade, o pai do materialismo histórico sempre entendeu o mito de Prometeu numa perspectiva libertária, como eternizada na pungente e refinada poesia de Ésquilo.

Citando Ellen M. Wood, Foster lembra que, para Ésquilo, o semideus “é a personificação da oposição ateniense à servidão e às leis arbitrárias, ao resistir à tirania de Zeus e escarnecer do servilismo de Hermes, o mensageiro dos deuses” (FOSTER, 1999, p. 163).

*Fique certo de que não trocaria  
A minha triste sina pela tua servidão.  
Antes ser servo desta rocha  
Do que fiel servidor de Zeus.*

Assim Prometeu falou a Hermes na tragédia de Ésquilo. O que é louvado na versão que o referido trágico dá ao mito, prossegue outra vez Foster nos passos de Ellen M. Wood,

não é a tecnologia [...], mas a dádiva ao homem do trabalho, do artesanato e da criatividade - as artes práticas que sustentavam a democracia. Tão fundamental era o mito de Prometeu para a Atenas antiga que a oposição de classe entre cidadãos trabalhadores e seus adversários aristocráticos pode servir nos tratamentos radicalmente diferentes dados ao mito, conforme apresentados respectivamente pelo **Prometeu acorrentado** e o uso do mesmo mito por Platão na **República**. Compreendendo o caráter de classe revolucionário desse conflito na antiguidade, Marx identificou-se claramente com o Prometeu de Ésquilo, e não com o de Platão (WOOD citada em FOSTER, 1999, p. 163).

Na perspectiva marxiana, não há naquela narrativa nenhuma idolatria do fogo. O fogo não é um fim em si mesmo. Ele é, apenas, um meio, um instrumento através do qual o homem alcançaria liberdade ante as forças divino-naturais. Não caberia, por conseguinte, extrair dali uma defesa do produtivismo, do “acúmulo infinito” como sugere o “desenvolvimentismo” atualmente em voga.

Segundo Paulo Neto, Marx chega a falar de “produção pela produção” em sua obra **Teorias da mais-valia**, dando

razão a Ricardo. Todavia, para Marx, isso “significa apenas desenvolvimento das forças produtivas humanas, ou seja, *desenvolvimento da riqueza da natureza humana como um fim em si*” (destaques do original) (PAULO NETO, 2015, p. 173). Tal tipo de produção, portanto, seria voltado para o desenvolvimento humano, e não autorreferido como ocorre sob o sistema do capital.

## **Ontologia e ecologia**

Para ser franco, não é difícil encontrar na obra marxiana a expressão “domínio da natureza”, o que pode ensejar (e enseja) interpretações segundo as quais Marx teria uma visão meramente “utilitarista” da natureza. Porém, uma leitura atenta de sua obra nos dá outra visão.

Desde sua juventude, Marx ressalta a importância da natureza ao lado do trabalho. Nos afamados **Manuscritos econômico-filosóficos**, dirá o autor:

O trabalhador não pode criar nada sem a *natureza*, sem o *mundo sensível exterior*. Ela é o material no qual seu trabalho se realiza, no qual este é ativo, a partir do qual e por meio do qual este produz.

Porém, tal como a natureza fornece o *meio de vida* do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode *viver* sem objetos nos quais se exerce, assim a natureza fornece por outro lado também o *meio de vida* no sentido estrito; a saber, o meio da subsistência física do próprio *trabalhador* (grifos do autor) (MARX, 2015, p. 306).

Na passagem supracitada, a natureza figura: 1) como “objeto” de trabalho, como o “meio de vida do trabalho” e sem

o qual o “trabalhador” nada pode criar. E figura também como algo ainda maior: 2) como “o meio de subsistência física do trabalhador”. Este segundo sentido é mais amplo e profundo que o primeiro. Aqui a natureza não é mero “meio/objeto de/do trabalho/trabalhador. Ela é algo que lhe dá a subsistência física.

Páginas à frente, Marx aprofunda ainda mais este sentido. Ali dirá que “A natureza é o *corpo inorgânico* do homem” (grifos do autor) (MARX, 2015, p. 311). Como se vê, já não se trata do “trabalhador”, e sim do “homem”. Isso confere universalidade à abordagem, e a vai afastando significativamente das fronteiras estreitas da “Economia Política”, para lançá-la no campo muito mais vasto da ontologia, afirmando a “unidade” entre homem/sociedade/cultura/história e natureza.

Noutra passagem, o autor prossegue:

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem esteja em constante conexão com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é parte da natureza (grifos do autor) (MARX, 2015, p. 311).

Assim, ensaiando os primeiros passos de sua ontologia, Marx reafirma a “conexão” (unidade) homem-natureza, descartando qualquer visão “utilitarista” da natureza e dando base para uma ecologia, de profundas implicações anticapitalistas.

Em suas obras de maturidade, Marx conservará essa visão. É enfático em **Grundrisse**, ao dizer que “Toda produção é

apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediado por uma determinada forma de sociedade” (MARX, 2011, p. 43). Em **O capital**, conceituando trabalho, afirma que “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza” (MARX, 2006, p. 2011). No mesmo sentido, diz ainda que

O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra (MARX, 2006, p. 65).

Por esse período, de maturidade, nosso autor mantém a visão unitária de homem/trabalhador e natureza, destacando enfaticamente a proeminência ontológica desta sobre aquele. Para ele, a “primeira condição objetiva de trabalho”

apareceu como natureza, terra, seu corpo inorgânico; ele próprio (o trabalhador) não é só corpo orgânico, mas essa natureza inorgânica como sujeito. Tal condição não é seu produto, mas é encontrada pronta; como existência natural fora dele e que lhe é pressuposta (MARX, 2011, p. 400).

Engels comparte tais ideias. Em **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**, o autor destaca a “profunda unidade (dos homens) com a natureza”, e critica acidamente “a inconcebível, a absurda e antinatural ideia da antítese entre espírito e matéria, homem e natureza, alma e corpo”.

(ENGELS, 1990, p. 34). Mesmo quando fala de domínio do homem sobre a natureza, sublinhando aspectos positivos, não deixa de vaticinar, alertando que “não nos deixemos enganar apenas pelo fato de sermos vitoriosos em relação à natureza, pois a cada vitória assim conquistada a sábia natureza prepara sua vingança”.

Verdade é que, para Engels como para Marx,

o domínio da natureza pelo homem é bem diferente do domínio de um conquistador sobre o povo conquistado. Esse não é o domínio de alguém desligado da natureza, porque nossa carne, sangue, cérebro, pertencem à natureza (ENGELS, 1990, p. 33).

Desde essa base, Engels dirige sua crítica ao capitalismo e seus defensores.

A economia política clássica, a ciência social da burguesia, dá preferência às consequências sociais que constituem o objetivo imediato pelos atos realizados pelos homens na produção e na troca. Essa é a expressão fiel desse regime social, cuja fundamentação teórica é essa ciência. [...]. Se um industrial ou comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e alcança o lucro desejado, ele se dá por satisfeito e não se importa de jeito nenhum com o que possa acontecer mais tarde com essa mercadoria ou com seu comprador. O mesmo acontece com as consequências naturais dessas mesmas atividades. [...]. Essa forma atual de produção só dá prioridade aos resultados imediatos, os mais palpáveis, deixando de lado o que se refere às consequências naturais e sociais das atividades realizadas pelos homens (ENGELS, 1990, p. 36-37).

Ao elaborar sua “ontologia do ser social”, Lukács não descuidará de sua base, a natureza, pois, para ele,

não pode haver qualquer existente que não esteja de algum modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica. Na vida aparecem novas categorias, mas estas podem operar com eficácia ontológica somente sobre as bases das categorias gerais, em interação com elas. E as novas categorias do ser social relacionam-se do mesmo modo com as categorias da natureza orgânica e inorgânica (LUKÁCS, 2012, p. 27)<sup>25</sup>.

## **Desenvolvimentismo, nova caixa pandoriana**

Herdeiro e versão atualizada do “mito do progresso”, do “processo civilizatório” e da “modernização”, o “desenvolvimentismo” é hoje colado à figura de Prometeu. Em parte, porque promete domínio sobre a natureza, a superação das privações, a liberdade. E em parte, porque a maneira com que ele se concretiza - supostamente na busca de tais fins - tem em

---

<sup>25</sup> Também há autores não-marxistas que assumem a unidade-diferença entre natureza e sociedade. Em um instigante ensaio, Norbert Elias sublinha que “O conceito de ‘natureza’ é hoje determinado, em larga medida, pela forma e pela significação sociais que as ciências da natureza lhe conferiram. Mas essas ciências interessam-se apenas por um setor limitado do universo. Restringem-se a certos patamares de integração do universo físico e excluem de seu campo de investigação os patamares superiores, propriamente humanos, de integração, como se eles não pertencessem à ‘natureza’. Se quisermos compreender isso a que se chama ‘natureza’, entretanto, será preciso levarmos em conta o fato de que os seres humanos, que representam um nível altíssimo - talvez o mais alto - surgiram do universo físico. Numa palavra, teremos de incluir no conceito de natureza a capacidade de produzir, no curso de processos cegos, não apenas reatores de hélio ou desertos lunares, mas também seres humanos. [...]. O saber acadêmico, por sua especialização, sugere que o universo é cindido em ‘natureza’ e ‘sociedade’, ou, conforme o caso, em ‘natureza’ e ‘cultura’” (ELIAS, 1998, p. 12). Desde sua juventude, Lukács (2003) se insurge contra essa “especialização”, destacando a “totalidade” como uma das características principais do marxismo. O ponto máximo de compreensão só foi alcançado, porém, em sua obra de maturidade. Ver Lukács 2010, 2012, 2013.

verdade resultado em algo bastante diverso do que se anuncia, colocando sob ameaça a vida no planeta<sup>26</sup>.

No entanto, diversamente do que sugerem as interpretações hegemônicas, o “desenvolvimentismo” - de suas versões “industriosa” e “modernizadora” à do “desenvolvimento sustentável” - é mais próximo do Mito da caixa de Pandora<sup>27</sup> que do de Prometeu, tal como aqui o entendemos.

Como se sabe, no universo da mitologia grega, o Mito de Pandora é colocado em linha de continuidade (e de descontinuidade) com o de Prometeu. Querendo castigar os homens e vingar-se de Prometeu, os deuses deram uma caixa a Pandora, caixa cheia de males. Abrindo-a, Pandora permitiu que os males fugissem, restando ali guardada apenas a esperança. Isso resultou em ressubmetimento do homem.

Sem dar azo a certo entendimento machista a que se pode prestar o mito, não é arbitrário interpretar Pandora como um antiPrometeu. A caixa pandoriana é a antítese do fogo prometeico. Enquanto este, numa perspectiva plebeia e libertária, visava à emancipação, aquela visava à “desemancipação”.

---

<sup>26</sup> Não sem uma peculiar mistura de alarmismo e superficialidade, ambientalistas, cientistas e, sobretudo, a mídia têm continuamente alertado sobre isso. Entre as muitas frases que expressam este misto peculiar, destaca-se a que diz “Somos todos culpados pela ruína do planeta”. Com seu humor e refinamento de sempre, Eduardo Galeano (2006, p. 5-6) trata-a como uma das frases “que hacen crecer la nariz de Pinocho”. Todas as classes, grupos e nações agridem a natureza? Sim. Da mesma forma e na mesma magnitude? Não. Os níveis de consumo e exploração dos dominantes não encontram paralelo entre os subalternos. Ignorar ou encobrir esta responsabilidade “comum, porém, diferenciada” (ONU) é injustiça para com estes e favor servil para com aqueles. Partilham da mesma natureza mistificadora afirmações do tipo “o homem destrói a natureza”.

<sup>27</sup> Pan = todos + Dora: dons/presentes = “a que tem todos os dons”, “o presente de todos”.

Outrossim, não é arbitrário dizer que o “desenvolvimentismo” representa a mais completa negação dos elementos libertários do mito prometeico. Em certo sentido, o “desenvolvimentismo” é verdadeiramente um “presente de grego”, com o qual os países centrais “presentearam” os periféricos.

Como da caixa do mito, muitos são os males dele saídos. Como a caixa no relato mítico exerce poder de encanto, assim também o “desenvolvimentismo” na história mundial recente, apesar de décadas de fracassos e frustrações sem conta. Contudo, não se trata do encanto (admiração, espanto) de que, segundo Aristóteles, nascia o pensar filosófico. Trata-se de um encanto fetichista que põe em prejuízo a reflexão crítica. O que faz do “desenvolvimento” um “mito” ou uma “ilusão” (WALLERSTEIN, 2006).

Em virtude disso, o “desenvolvimento” transformou-se, ao lado da democracia, numa ideia-força a que a quase totalidade dos governos e das forças políticas - convictamente ou não - dizem perseguir.

O perigo que disso deriva é enorme. Isso porque a “sociedade burguesa” assemelha-se ao “feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais que pôs em movimento” (MARX e ENGELS, 2006, p. 90). Hoje, mais que ao tempo em que foi formulada (1848), essa assertiva de Marx e Engels se mostra verdadeira, atual e apocalipticamente ameaçadora.

A burguesia “criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto” (MARX e ENGELS, 2006, p. 89). Ainda que não para todos, em

seu período de ascendência histórica, o poder de produção do capital pôde ser traduzido “em potencialidade emancipadora” (MÉSZÁROS, 2006, p. 254). “No entanto”, faz notar Mészáros:

como esse progresso teria de ocorrer de forma alienada, sob o domínio de uma objetividade reificada - o capital - [...], o intercâmbio reprodutivo entre a humanidade e a natureza teve de se transformar no oposto (MÉSZÁROS, 2006, p. 254).

Desse modo, estimulada e apropriada para o acúmulo de capital, a contínua revolução a que estão submetidas as forças produtivas na sociedade burguesa trouxe-nos, por assim escrever, a uma espécie de “ponto de mutação”. Ou, para dizer com Mészáros (2006, p. 267), “passamos da prática de ‘destruição produtiva’ da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção *destrutiva* cada vez maior e mais irremediável” (destaques do autor).

Com efeito, alerta ainda o autor supracitado, as circunstâncias de nosso tempo têm como marca a “absolutização do relativo” (o capital e seu imperativo de acúmulo) e a “relativização do absoluto” (a base natural da própria vida). Tais circunstâncias “são muito piores do que jogar roleta russa”. Elas encerram

*a certeza absoluta* (destaque do autor) da autodestruição humana no caso de o corrente processo de reprodução sociometabólico do capital não ser levado a um fim definitivo no futuro próximo, enquanto ainda houver tempo para tal (MÉSZÁROS, 2007, p. 28).

As “personificações do capital” certamente preferem seguir ganhando algum, ignorando ou subestimando a situação. Todavia, é um fato incontornável: perseguir (encantadamente) ou submeter-se (resignadamente) ao “desenvolvimentismo” é atentar contra a própria vida. Ou pode essa caixa de Pandora encerrar ainda alguma esperança? Os problemas ambientais e as guerras imperialistas, marcantes neste alvorecer de terceiro milênio, parecem não deixar margem a dúvida.

Culpa da “razão instrumental” e da tecnologia antiecológicas e inumanas, dirão alguns. E outra vez a culpa recai sobre os ombros do “benfeitor da humanidade”, como se fosse possível uma “razão pura”, sem “condicionamentos sociais”, um saber fruto de geração espontânea e autorreferido.

Os críticos da tecnologia e da “razão instrumental” que assim procedem não são menos fetichistas em relação a elas do que seus adoradores. A estes é preciso retrucar, como Marx e Engels em a **Ideologia alemã** (2002, p. 24): “pesa uma maldição sobre o ‘espírito’, a de ser ‘maculado’ pela matéria” (destaques dos autores).

A bem da verdade,

a ciência e a tecnologia existentes estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção, por meio das quais o capital impõe à sociedade as condições necessárias de sua existência instável [...]. Em seu modo real de articulação e funcionamento, estão inteiramente implicadas num tipo de progresso *simultaneamente* produtivo e destrutivo (destaque do autor) (MÉSZÁROS, 2006, p. 265).

Malgrado nosso, “Esta condição não pode ser consertada separando-se o lado produtivo do lado destrutivo e seguir apenas o primeiro” (MÉSZÁROS, 2006, p. 265). Desse modo, é temerário atribuir à ciência e à tecnologia, isolando-as do contexto social em que são produzidas e apropriadas, a culpa pelo problema e a responsabilidade pela solução esperada e necessária. Nem Adão nem Cristo. Sozinhas, elas não geraram a queda (problema) e, da mesma maneira, sozinhas elas não serão capazes de trazer a redenção (solução).

Centrar toda a reflexão em questões como estas e na alegada “falta de consciência ambiental” é, no mínimo, pueril. Dentre outras coisas, importa levar em conta o sistema, sua lógica destrutiva que a tudo submete ao imperativo da reprodução ampliada orientada para o lucro, deixando pouca margem a que se possa dar ao conhecimento em geral usos nobres. Convém considerar também as desigualdades entre as classes, nações e regiões, às quais ele (o sistema) alimenta e pelas quais ele é alimentado.

Em suma, os problemas que enfrentamos envolvem as forças produtivas, sim, mas também as relações de produção, relações de subordinação e exploração. Por enquanto, Pandora vence Prometeu. E usurpando o fogo que nos poderia elevar ao Olimpo, o capital - um deus ainda mais déspota que Zeus - mergulhou-nos no Hades. Acorrentou-nos, como fizeram ao herói símbolo da democracia ateniense. E, tal qual ave de rapina de indômita fome, é ele próprio quem se alimenta de nossas vísceras.

## Iconoclastia

Os sonhos de libertação são demasiado antigos. Tão antigos quanto a própria falta de liberdade. Bem vimos isso no mito prometeico, que remete ao início dos tempos. Ocorre que grande e perigoso é nosso inimigo, e o tempo urge. Como disse acertadamente o compositor brasileiro:

*Nossos sonhos são os mesmos  
Há muito tempo  
Mas não há mais muito tempo  
Pra sonhar (Humberto Gessinger)*

Nesses dias em que o capital - o ídolo da morte - é idolatrado em suas mais variadas facetas, a iconoclastia é irmã da vida. Por isso, a esperança que nos move é aquela que nasce e se alimenta dos sonhos e das lutas daqueles que são sacrificados em seu altar.

Iconoclastia, sonhos de libertação,  
Sonhos sonhados em cordão  
E de “olhos abertos”<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> A expressão “sonhos de olhos abertos”, que claramente inspiram os versos acima, é do autor marxista Ernest Bloch.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In BORON, Atilio A., AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina (orgs). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **O fim do capitalismo como nós o conhecemos**: uma crítica radical do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BULFINCH, Thomas. **O livro da mitologia**: história de deuses e heróis. Martin Claret, 2006.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Global Editora: 1990.

ÉSQUILO. **Prometeu acorrentado**. Martin Claret, 2010.

FOSTER, Jonh Bellamy. Marx e o meio ambiente: In WOOD, Ellen M., e FOSTER, Jonh Bellamy (orgs.). **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GALEANO, Eduardo. **Úselo y tírelo**: El mundo visto desde una ecología latinoamericana. Buenos Aires: Booket, 2006.

HESÍODO. **Teogonia; Trabalhos e dias**. Martin Claret, 2010.

LOSURDO, Domenico. **Nietzsche, o rebelde aristocrata:** biografia intelectual e balanço crítico. Rio de Janeiro, Revan: 2009.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe:** ensaios sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Global Editora, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia.** São Paulo: Editora Rideel, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a ciência social**: os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Ideias & letras, 2006.

## PARA ALÉM DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”<sup>29</sup>

O Projeto de Lei Complementar 30/2011, a partir do qual se forja o Novo Código Florestal brasileiro, mobilizou poderosas forças políticas, dividiu opiniões, suscitou violência e resistências. Do lado dos que dirigem críticas ao projeto, destaca-se a atuação do *Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável*, responsável pela elaboração do *Manifesto em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável*, assinado por quase uma centena de organizações da “sociedade civil”. Algumas delas de grande peso, como CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), CONIC (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil), CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia), CUT (Central Única dos Trabalhadores) etc.

Trata-se de uma atitude corajosa, a do Comitê. Sobretudo nesse momento em que aqueles que alertam para os riscos do projeto de crescimento econômico do governo brasileiro são tratados como “agentes” a serviço de interesses estrangeiros. Alguns são “demonizados”, até.

Mas em nome de quê, a resistência? Qual o alicerce? É realmente uma alternativa?

A primeira pergunta é de fácil resposta. A resistência é em nome da defesa das florestas e do “desenvolvimento

---

<sup>29</sup> Esse texto foi publicado em 17/08/2011, na página do Instituto Humanitas Unisinos (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46436-para-alem-do-%60%60desenvolvimento-sustentavel%60%60>). Aqui, ele segue com umas poucas modificações.

sustentável”, como denota o nome do comitê. Por isso, consta no Manifesto: “É mais do que hora de o País atualizar sua visão de desenvolvimento para incorporar essa atitude e essa visão sustentável em todas as suas dimensões”. E ainda: “Devemos aproveitar a discussão do Código Florestal para avançar na construção do desenvolvimento sustentável”.

Salta aos olhos o fetiche de que é objeto o “desenvolvimento sustentável”, que, antes de ser “sustentável”, é “desenvolvimento” e é capitalista. Remendo novo em pano velho. Expressão de um sistema expansionista e dos interesses de uma classe que, por paradoxal que seja, guia-se pela perspectiva de curto prazo, mas projeta seus interesses no infinito.

Quando, na década de 1970, as mudanças climáticas e a depredação ambiental do “desenvolvimentismo” mostraram-se insofismáveis, foi posta em marcha uma “operação salvamento”. Naquele momento, em que afluía a “consciência ambiental”, a saída foi agregar o “sustentável” ao “desenvolvimento”. Dessa forma, o capitalismo ganhou uma ideologia poderosíssima<sup>30</sup>, passando a operar encoberto pelo manto da “sustentabilidade”.

Seguido pelo “sustentável”, o “desenvolvimento” passou a ser encarado não apenas como “ambientalmente correto”, mas como uma (para muitos, a única) força-projeto capaz de salvar a vida no planeta. Como que por força de uma “alquimia dos avessos”, o capital já não era a ameaça, e sim a salvação.

---

<sup>30</sup> Acrescentado dizer que “ideologia” aqui não é compreendida como mera mentira ou coisa sem repercussão nenhuma na realidade.

Empunhando a mesma “bandeira clorofilada”, os países centrais passaram a ditar aos países periféricos, por vias diversas, as políticas a serem adotadas no sentido de conservar a natureza. Lograram, assim, embotar a soberania destes sobre seus territórios e bens naturais. Em paralelo, intensificaram o processo de mercadificação da natureza e de espoliação das populações locais<sup>31</sup>.

De maneira um tanto controversa, o Comitê aqui em foco reproduz e alimenta esse estado de coisas. Cala sobre a natureza intrinsecamente predatória do sistema do capital e trata a tudo como se fosse, basicamente, uma questão de escolha entre “boas” e “más” “opções desenvolvimentistas”. Todavia, é mister dizer que o “desenvolvimento sustentável” não é senão capitalismo. Como tal, ele está voltado para a produção de “valores de troca” e, portanto, para as necessidades do sistema, e não das pessoas.

Como se pouco fosse postular a eternização do sistema, o Manifesto aqui citado chega a fazer apologia à concorrência capitalista: “o grande trunfo do Brasil para chegar a ser potência é a sua condição ambiental diferenciada”.

Ora, e a concorrência não foi a responsável pelas duas guerras mundiais que marcaram funda e dramaticamente a história da humanidade no século passado? E ela não é, em larga medida, responsável pelos problemas ambientais que hoje nos ameaçam? Como alerta Mészáros,

---

<sup>31</sup> Ver na **Parte I** do presente livro os artigos **“Cooperação internacional” e controle dos “recursos naturais” na Amazônia**: considerações sobre a Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA) e **Ambientalismo contra soberania na Amazônia Sul-Occidental**: uma análise da Iniciativa MAP.

Para as empresas que operam segundo a lógica do capital, a única forma de melhorar as oportunidades de controle é aumentar constantemente sua escala de operação - o que torna a expansão do capital uma exigência absoluta -, não importa o quanto sejam destrutivas em termos globais as consequências da utilização voraz dos recursos disponíveis [...]. Sua vantagem relativa é viável e eficaz (enquanto os limites absolutos não estiverem plenamente ativados) pelo aperfeiçoamento da racionalidade e da eficácia parciais de suas operações específicas - pela produção em massa destinada a um mercado global, pelo controle da maior fatia do mercado possível etc. - em conformidade com o imperativo da expansão do capital [...]. Assim, *quanto mais bem-sucedidas* (grifos do autor) forem as empresas particulares (como devem ser, para sobreviver e prosperar) em seus próprios termos de referência - ditados pela “racionalidade” e lógica interna de todo o sistema, que lhes impõe demandas fetichistas de eficiência econômica -, *tanto piores* (grifos do autor) serão as perspectivas de sobrevivência da humanidade nas condições hoje prevalentes (MÉSZÁROS, 2006, p. 258-9).

Para ser breve: da saúde do sistema (expressa na eficiência econômica de seus microcosmos, isto é, as empresas) resulta a enfermidade do planeta e, por conseguinte, nossa. Com efeito, já em seus dias de juventude, nas primeiras formulações do que viria a ser o materialismo histórico, Marx advertia que, na concorrência, “a consequência necessária é, então, a deterioração das mercadorias, a falsificação, a produção fraudulenta, o envenenamento universal, como é manifesto nas grandes cidades<sup>32</sup>” (MARX, 2015, p. 273).

---

<sup>32</sup> Sobre a “deterioração das mercadorias”, vale consultar na obra de Mézáros, **Para além do capital**, o conceito de “taxa decrescente de utilização das mercadorias”. Ressalte-se, aliás, que essa é umas das vantagens comerciais

É por causa da concorrência que os diversos países lançam mão de todos os meios a seu alcance para se afirmar diante dos outros. E não é pelo mesmo motivo que os maiores poluidores do mundo se negam a impor limites substanciais à atuação de suas indústrias, optando, quando muito, por “pagar pela poluição”<sup>33</sup>? Nos nossos dias, a poluição sufoca e envenena mais que as grandes cidades, abrangendo todo o planeta.

De volta ao Manifesto, parece tratar-se, como ali se vê, de deixar as questões de fundo, as que realmente interessam, intocáveis, impronunciáveis. Toma-se como quadro inelutável o atual sistema. E a natureza é, ainda que de forma sutil, tratada como lenha a ser queimada no forno da locomotiva da acumulação capitalista.

---

da China: inundar o mercado mundial com mercadorias, geralmente, de baixos custo e qualidade. Um único exemplo para ilustrar. Segundo Porto-Gonçalves (2010, p. 34), a lâmpada fluorescente foi inventada em 1937, com durabilidade de 10 mil horas, mas só chegou ao mercado quatro anos depois, com uma durabilidade de apenas mil horas. Portanto, demoraram um tempo preparando-a. Nesse tempo, ao invés de melhorada, ela foi piorada. Recentemente, o espanhol Benito Muros inventou uma lâmpada que, dentre outras vantagens em relação às outras, dura 100 anos (ou que não queima nunca). Resultado: os que se sentiram ameaçados com sua invenção ligaram para ele dizendo: “Senhor Muros, você não pode colocar seus sistemas de iluminação no mercado. Você e sua família serão aniquilados” (<http://thoth3126.com.br/nova-lampada-dura-mais-de-cem-anos-inventor-ameacado-de-morte/>). Acesso em: 25 mar. 2016).

<sup>33</sup> É o que se pode ver no caso do Protocolo de Kyoto. Através desse documento, vários países se comprometeram a reduzir suas emissões de CO<sub>2</sub>, a fim de barrar ou minimizar o “aquecimento global”. Mas, no fim das contas, preferiram asfixiar as populações, e não suas indústrias. Optaram por pagar pelas emissões, em vez de limitá-las. Com isso, não apenas compraram o direito de continuar poluindo, como abriram novas oportunidades lucrativas com o aberrante mercado de carbono.

Outra coisa digna de atenção no Manifesto é a crença no poder da ciência e da técnica. Em verdade, essa é a base em que ele se alicerça. Diz-se ali: “Tudo o que aqui foi dito pode ser resumido numa frase: vamos usar, sim, nossos recursos naturais, mas de maneira sustentável. Ou seja, com o conhecimento, os cuidados e as técnicas que evitam sua destruição pura e simples”.

É prova de ingenuidade depositar no “conhecimento técnico-científico” as esperanças de preservação das florestas. Não é preciso ir muito fundo para saber que o papel que ele desempenha em nossa sociedade é mais que ambíguo.

Com efeito, alguns chegam mesmo a atribuir ao progresso técnico-científico parte considerável - senão a totalidade - dos problemas ambientais. No entanto, importa ter presente que é temerário atribuir à ciência e à tecnologia, isolando-as do contexto social em que são produzidas e apropriadas, a culpa pelo problema e/ou a responsabilidade pela solução esperada e necessária. Nem Adão nem Cristo. Sozinhas elas não geraram a queda (problema) e, da mesma maneira, sozinhas elas não serão capazes de trazer a redenção (solução).

É louvável a resistência que, na defesa das florestas, o Comitê opõe ao Novo Código Florestal, congregando em torno de si dezenas de organizações. É lamentável, porém, que tal seja feito em nome do “desenvolvimento sustentável”. Isso atesta, eloquentemente, a fragilidade e a confusão que se abateram sobre as forças populares nos últimos anos.

A manutenção de qualquer uma das variantes do desenvolvimentismo (neo, sub, endógeno, exógeno, sustentável

etc.) é a manutenção do próprio capital. Ou seja: é a manutenção de um sistema que, por natureza, gera desequilíbrio nas mais variadas esferas da vida: política, social, econômica, ecológica etc. E assim é porque, tal como dissera Marx, o “capital [...] é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites” (MARX, 2011, p. 264).

A crise que hoje assombra a Europa e os EUA (e o mundo) bem mostra que os senhores do dinheiro preferem sacrificar nações inteiras a abrir mão do lucro. Nada indica que a natureza, mesmo sob o desenvolvimento dito “sustentável”, receberia tratamento diferenciado.

Muitos são os que têm alertado para a imprevisibilidade da crise em curso. O capitalismo parece realmente ferido de morte. Mas ameaça levar-nos a todos de roldão. Esse momento deve ser aproveitado não “para avançar na construção do desenvolvimento sustentável”, mas para buscar alternativas civilizacionais ao sistema vigente. Nesse sentido, é imperativo ir para além do “desenvolvimento sustentável”. Ou, para dizer com István Mészáros, é preciso ir “para além do capital”.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Por uma ecologia política crítica da Amazônia. **Margem Esquerda**: ensaios marxistas. São Paulo **São Paulo: Boitempo Editorial**, nº 14, v. 1, p. 36-42, maio. 2010.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2006.

THOTH. **Inventor ameaçado por criar lâmpada que dura mais de 100 anos**. <<http://thoth3126.com.br/nova-lampada-dura-mais-de-cem-anos-inventor-ameacado-de-morte/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

## “AUTONOMIAS” E CONFLITOS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA-BOLIVIANA - REFLEXÕES SOBRE O CASO DE PANDO<sup>34</sup>

### **Opressão, exploração e resistência na Bolívia: do colonialismo ao neoliberalismo**

Como os demais países da América Latina, a Bolívia foi, desde muito cedo, submetida a um severo colonialismo. Nas minas de Potosí e Oruru, os espanhóis exploraram o quanto puderam a prata boliviana. Sobre Potosí, Galeano lembra que havia quem dissesse que

até que as ferraduras dos cavalos eram de prata, no auge da cidade de Potosí. De prata eram os altares das Igrejas e as asas dos querubins das procissões; em 1658, para a celebração de Corpus Christi, as ruas da cidade foram desempedradas, da matriz até a Igreja de Recoletos, e totalmente recobertas com barras de prata. Em Potosí a prata levantou templos e palácios, mosteiros e cassinos, foi motivo de tragédia e de festa, derramou sangue e vinho, incendiou a cobiça e gerou desperdício e aventura (GALEANO, 2005, p. 37-38).

Vale ressaltar que, nesse quadro pintado por Galeano, a tragédia e o sangue derramado eram dos colonizados, e a festa e o vinho, dos colonizadores.

---

<sup>34</sup> Trata-se de uma versão, atualizada e aprofundada, de um trabalho anterior: **“Autonomias” na Bolívia**: um estudo sobre os conflitos em Pando. Artigo elaborado em parceria com Carlos César de Santana, que aqui assina como primeiro autor. Foi apresentado no II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, em 13-15/09/2010, Belém do Pará.

Mesmo após sua independência (1826), a Bolívia continuou submetida à exploração. Agora já não era mais a prata. Tratava-se do salitre, do estanho, do látex e do petróleo. Estas riquezas alimentariam os ciclos econômicos do primeiro século de vida republicana do país, porém sem desvincular-se do padrão vigente no período colonial. Explorados por empresas diretamente ligadas a setores estrangeiros, esses produtos abasteciam uma elite demograficamente restrita e com nítida filiação étnica.

A elite *criolla*, formada por gente nascida nas colônias e por descendentes de espanhóis, conservou a hegemonia política e econômica do país, e o conduziu a um sistema excludente, no qual a população indígena e *chola* (mestiços de classe média baixa) era mantida como mão de obra barata ou mesmo gratuita. Além disso, a exploração e a opressão não vinham apenas dos europeus. Entre seus vizinhos do continente, contam-se aqueles que, em guerras, tomaram-lhe parte do território, como o Brasil (Guerra do Acre) e o Chile (Guerra do Pacífico).

Somado à crise de 1929, esse histórico fará das primeiras décadas do Século XX décadas de ebulição política. Nesses anos são criados o *Partido Obrero Revolucionário* (POR), com tendência trotskista da Quarta Internacional. O POR terá grande relevância, nos anos 40, onde desempenha um papel fundamental na organização do proletariado mineiro; o *Partido da Izquierda Revolucionária* (PIR). Com forte influência stalinista, era o mais radical dos partidos, que buscava uma ditadura burocrática num regime de partido único; e o *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (MNR), partido que trará consigo um

forte sentimento de nacionalismo e que tinha como “objetivo” a reformulação da nação sobre bases mais abrangentes, reconhecendo-se, primeiramente, como uma nação mestiça.

Liderada pelos trabalhadores ligados à extração de estanho (conhecidos como *mineiros*), em julho de 1946, a classe operária estava disposta a marchar para dar um golpe de Estado. Mas, não tendo força suficiente para fazê-lo, aprova por unanimidade a tese histórica de Pulacayo (inspirado no líder do POR, Guillermo Lora). Com isso, formulava um programa de transição: a redução do tempo de trabalho sem redução dos salários, a ocupação das minas, o controle dos trabalhadores sobre a produção, a criação de uma poderosa Central Operária e da unidade revolucionária entre mineiros e camponeses. Em suma estava em curso na Bolívia, no nível da massa, o programa da revolução socialista, que colocou o proletariado mineiro na vanguarda não só na Bolívia, mas em toda a América Latina.

Em 1951, Victor Paz Estenssoro se candidata à Presidência da República pelo MNR. E é eleito. As classes e os grupos dominantes, preocupados em conservar a base de seu domínio e privilégios, não reconhecem os resultados das urnas. Isto causou uma onda de protesto por parte da classe operária e dos camponeses. E, em 1952, tem início a maior revolução social já registrada em território boliviano. Os proletários tomam o poder após três dias de luta.

Após a tomada do poder, o POR, cumprindo o que tinha sido estabelecido em 1946, na tese de Pulacayo, cria a *Central Obrera Boliviana* - COB. Essa central reunia vários sindicatos,

principalmente os ligados à mineração e demais setores da sociedade. Porém, decide governar o país junto com o *Movimento Nacionalista Revolucionário* - MNR de Estenssoro. O resultado de tal aliança foi desastroso para as classes e os grupos subalternos.

Segundo a aliança firmada, eram três os pontos que deviam nortear o governo do MNR: a nacionalização das minas, a reforma agrária e a independência frente aos Estados Unidos. O primeiro era uma tentativa de acabar definitivamente com o poder dos barões do estanho. Mas desde o início o MNR encontrou uma maneira de desviar o foco da nacionalização, adiando-a ao máximo com a criação de uma comissão para estudar o caso. Esperava-se que a demora resultasse numa mudança favorável no espírito revolucionário das massas.

Todavia, a pressão foi tal que o governo foi obrigado a nacionalizar as minas que pertenciam a *Patiño*, *Aramayo* e *Hochschild*. Com a nacionalização, essas empresas de mineração tornaram-se órgãos diretos do governo, porém sua produtividade e eficiência caíram para níveis sem precedentes, enquanto a situação dos trabalhadores não era mais a mesma. Havia piorado.

Com a Reforma Agrária, as coisas não foram mais exitosas. Entre os principais problemas, destacam-se falta de apoio técnico e financeiro aos novos proprietários, lentidão no processo de execução, desvio de recursos, transferência de gestão de crédito para as agências dos Estados Unidos etc. Em consequência disso, a situação no campo não foi alterada. Permaneceram intactos os métodos arcaicos de cultivo, e a baixa produtividade da agricultura manteve a indústria no estado de

vegetação. Em resumo, nem a nacionalização das minas nem a reforma agrária resultaram em mudanças nas relações sociais capitalistas (ALI, 2008).

Sobre o terceiro ponto, pode-se dizer que, mesmo após a Revolução de 9 de abril de 1952, a ingerência norte-americana continuou ostensiva na Bolívia. As autoridades estadunidenses compreendiam que a melhor alternativa para seus interesses era apoiar o MNR no poder. Caso contrário, a indiferença ou repressão norte-americana poderia resultar na possibilidade de que outros grupos, como “trotskistas ou stalinistas”, viessem a se sublevar no cenário político nacional e aglutinar os subalternos a seu favor.

Para garantir que a Bolívia continuasse dentro da esfera de sua influência, os Estados Unidos resolveram também dar um auxílio econômico. O que realmente importava para o imperialismo estadunidense era o restabelecimento e a manutenção da ordem burguesa, portanto, apoiar aqueles que pudessem garanti-la (AYALA y TAPIA, 2007). Por seu turno, o governo de Paz Estenssoro não mostrou interesse em atender às necessidades da classe proletária e dos camponeses, direcionando-se, antes e de forma servil, para os interesses da oligarquia *criolla* e dos grupos estrangeiros.

Na década de 1960, a Bolívia é marcada por uma onda de golpes de Estado e governos militares que se estendem até finais da década de 1980. Começa com o general René Barrientos. Este, apoiado pelo Comandante do Exército general Alfredo Ovando, depõe Paz Estenssoro.

Grosso modo, o resultado desses governos foi a supressão das conquistas que as classes e os grupos subalternos alcançaram nos anos anteriores: entrega de estatais ao empresariado mineiro, redução de direitos trabalhistas, repressão a sindicatos operários e limitação das liberdades políticas, massacre de mineiros e operários etc.

Com tanta repressão, já no início da década de 80, os governos militares davam claros e fortes sinais de esgotamento. Abre-se o regime pós-ditatorial, fruto da mobilização das classes e grupos populares. Em que pese às esperanças suscitadas, esse novo período aprofunda e acrescenta problemas aos já existentes na Bolívia.

Ao ser eleito, após a renúncia de Siles Zuaro, Paz Estenssoro volta ao governo e dá início à implantação das reformas neoliberais naquele país. Dentre outras coisas, destas resultaram o enfraquecimento dos movimentos sindicais, demissão em massa, decretação da livre contratação, privatização de estatais.

Anos mais tarde, Sanches Lozada (MNR), amplia as referidas reformas, incluindo entre elas as reformas da educação e da previdência. Neste novo cenário, a Bolívia transformou-se em um país extremamente atraente para o capital estrangeiro e dele dependente. As empresas transnacionais, com livre e barato acesso aos bens naturais, tinham aí um terreno seguro e lucrativo.

Nesse sentido, observa-se na Bolívia a tragédia já assinalada por Boron (1994) a respeito de todo o continente: a coincidência entre o fim das ditaduras e a implantação do

neoliberalismo. Este atualiza e aprofunda certos aspectos da secular colonização no continente. Esse processo será particularmente perverso no que diz respeito à privatização, considerada por Harvey (2004) o “braço armado do imperialismo”.

Dois exemplos mostram este último ponto de forma cabal: a “Guerra da Água” (2000) e a “Guerra do Gás” (2003). Como veremos, esses episódios estão também intimamente vinculados aos processos de insurgência das classes e grupos subalternos em defesa de seus territórios e bens naturais, por um lado, e ao abalo na legitimidade do neoliberalismo e do domínio das oligarquias, por outro.

Em 2000, Cochabamba, dando seguimento às políticas neoliberais, resolve privatizar a água (inclusive a água da chuva), deixando exploração e comercialização a cargo da empresa privada Águas de Tunari - nome dado à transnacional americana Betchel. Descontente com a decisão e profundamente revoltada com a morte de Victor Hogo Daz (17 anos), a população se organiza e cria a Coordenadoria de defesa da água e da vida. Inicia-se, então, uma mobilização no intuito de expulsar a transnacional do território boliviano.

Por meio desse acontecimento tem início um debate nacional sobre as formas de propriedade e o uso dos bens vitais como a água, gerando uma onda de protestos por parte das comunidades indígenas que, através da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia – CSUTCB, e de pessoas voluntárias, fizeram seminários nas comunidades, esclarecendo as propostas de privatização da água.

Una de las repercusiones más importantes de toda este labor, fue la apertura de una discusión politizada sobre un elemento necesario para la vida, que es gestionado por las comunidades através de comités de agua que se encargan de vigilar que el uso de los rios, lagunas, etc., sea equitativo para todos (AYALA y TAPIA, 2007 p.29).

A forte mobilização do movimento dos “cocaleros” contribuiu para acirrar ainda mais os conflitos no ano de 2000. Estes fecharam, por várias semanas, as principais rodovias do país em protestos às políticas de erradicação do cultivo da coca postas em prática pelo ditador Hugo Banzer, cumprindo exigências dos Estados Unidos.

Em 2003, ocorre a deflagração da “Guerra do Gás”. O ponto principal do conflito foi a exportação do gás natural para os Estados Unidos e México. A Bolívia iria exportar gás para esses países, a um preço abaixo da cotação de mercado, mas grande parte de sua população ainda cozinhava à lenha. Dessa vez, o processo de insurgência teve como um de seus resultados a queda do governo de Sanchez de Lozada (AYALA y TAPIA, 2007).

Vê-se então que, no processo de resistência, liderada pelos movimentos sociais com bases indígenas e campesinas, as classes e os grupos subalternos se articulam de forma consciente e consistente. Para Linera, desde a guerra federal de 1899, os índios não tinham tanta força de pressão contra o Estado:

Mientras el antiguo movimiento obrero tenía como centro la cohesión sindical por centro de trabajo en torno al cual se articulaban otras formas organizativas de tipo gremial urbanas, los actuales movimientos

sociales tienen como núcleo organizativo (CSUTCB, CIDOB, Colonizadores, CPESC, Regantes, Cocaleros) a la comunidad indígena-campesina en el área rural, y a las comunidades vecinales en el área urbana alrededor de la cual se aglutinan asociaciones laborales (maestros rurales), gremiales (transportistas, comerciantes de la zona), estudiantiles, etcétera (LINERA, 2008).

## **O Governo de Evo Morales: a centralidade da Reforma Agrária**

A perda de legitimidade do projeto neoliberal e das oligarquias, por um lado, e a organização e o fortalecimento das classes e dos grupos subalternos, por outro, deram a base para que Evo Morales fosse eleito como o primeiro presidente indígena da Bolívia, pelo MAS (Movimiento Al Socialismo).

Em 2006, Morales assume a presidência e a responsabilidade de reverter cinco séculos de opressão e exploração. Nisso, ele conta (não sem pressão) com o apoio dos “de baixo” e a oposição das elites:

El Gobierno asumía el poder con presiones que venían tanto desde los sectores populares, que aspiraban a políticas distributivas importantes y al cumplimiento de la agenda triunfante que había despertado expectativas de cambio; como desde los sectores empresariales opositores que buscaban boicotear al Gobierno y que se escudaban fundamentalmente en el tema de las autonomías, amenazando incluso con la escisión del país (AYALA y TAPIA, 2007, p. 173).

Dentre as principais medidas do novo governo, estão a nacionalização dos hidrocarbonetos, o reconhecimento dos

direitos sociais de índios e mestiços e a realização de uma Reforma Agrária. Todas essas medidas estavam dentro da proposta de uma nova Assembleia Constituinte, o que implicaria uma espécie de “refundação do Estado” (AYALA y TAPIA, 2007).

Aqui, o problema da nacionalização e do reconhecimento do caráter plurinacional do estado não se descola da Reforma Agrária, ou seja, do problema da terra. Aquilo que Mariátegui havia observado, no Peru do início do século XX, como sendo o problema do nativo, mostra sua pertinência e atualidade na Bolívia do início do século XXI: o problema da terra. Em torno dela, da terra, se confrontam a velha oligarquia e os grupos subalternos, hoje fortemente organizados.

Nesse sentido, compreende-se porque as oligarquias regionais reagiram tão violentamente à proposta de Reforma Agrária do governo Evo Morales. É que, grosso modo, ela outorga direitos e autonomia às populações nativas sobre seus territórios. Sem embargo, podem-se destacar os seguintes elementos da Reforma Agrária: 1) ela expressa um projeto de desenvolvimento nacional e, por conseguinte, anticolonial; 2) na medida em que possibilita que a maior parte da população indígena e campesina tenha acesso e autonomia sobre o território, ela representa um projeto de caráter democrático-popular e antioligárquico; 3) ela representa o reconhecimento, a inclusão e a valorização daqueles que, em razão de suas etnias, foram excluídos ou incluídos precária e subalternamente nas relações sociais.

As oligarquias, habituadas secularmente a se apropriarem dos bens naturais e a vendê-los a preço irrisório aos

estrangeiros, viram o fundamento de seus poderes e privilégios ameaçado. Em razão disso, a reação não se fez esperar.

## **Autonomias departamentais, a reação das oligarquias**

Uma vez perdido o governo central para as classes e os grupos subalternos, restou às oligarquias buscar formas de esquivar-se de sua influência. A partir daí, o confronto travado em torno da terra/bens naturais, seus usos e apropriação, se expressará através de propostas distintas de autonomia:

Al rededor del debate sobre autonomias, están en juego las estrategias de posicionamiento de cada una de las fuerzas sociales y políticas del país [...]. En sentido estricto, en torno a la agenda de la autonomía se están jugando temas de poder políticos de grupos, clases y facciones sociales (LINERA, 2008, p. 371).

À autonomia dos camponeses e indígenas sobre seus territórios, defendida pelo Governo Federal, as oligarquias contrapuseram as autonomias departamentais. Com isso, elas pretendiam que os departamentos gozassem de autonomia política e econômica. Não casualmente, a “Meia Lua”, região que reúne os departamentos mais ricos da Bolívia (Santa Cruz, Tarija, Pando, Beni e Chuquisaca), liderou a reação.

Essa era uma tarefa necessária, mas não fácil. Os conflitos não envolvem apenas classes e grupos diferentes ou antagônicos. Envolvem também maneiras diferentes de

perceber o território e propostas diversas sobre seu uso e apropriação.

## **Reação, contrarreação e acirramento dos conflitos em Pando**

Variando de caso a caso, a reação ganhou contornos dramáticos em Pando, departamento que faz parte da Amazônia boliviana. Como nas demais latitudes daquele país, no referido Departamento os “velhos donos do poder” pretendiam conservar suas relações subservientes com o capital internacional. Para tanto, era fundamental que os “de baixo” permanecessem fragilizados e submetidos.

Pando foi criado em 1938, pelo Tenente Coronel Germán Busch, então Presidente da República da Bolívia. O nome é uma homenagem ao General José Manuel Pando. O Departamento tem na extração de madeira, coleta de castanha, além da Zona de Livre Comércio (ZOFRA), sua principal fonte econômica. Possui cerca de 60.000 habitantes e um produto interno bruto de 80 milhões de dólares. Isto lhe permitiu atingir uma renda de U\$\$1.400 por habitante, superior ao resto do país. Não obstante, tem o maior índice de pobreza. 39% de seus habitantes vivem abaixo da linha da pobreza.

Na zona urbana, metade da população não dispõe do serviço de água e energia. Na zona rural, apenas 8,5% da população é atendida com este serviço. Quanto à alfabetização, o índice é superior ao resto do país. Depois de Santa Cruz,

Pando possui o maior índice de crescimento demográfico do país. Entre 1992 e 2000, sua população saiu de 38.000 habitantes para 60.000 (Pando y la Amazonia boliviana).

Entre sua população é forte a presença de indígenas. Estes se apresentam e se organizam em cinco grupos: Yaminahua, Machineri, Tacana, Ejja e Cavineno. Eles estão organizados pela *Central Indígena de Pueblos Originários de la AMamazonía de Pando* (CIPOAP) e se dividem em sete distritos. Com exceção dos Yaminahua, os outros seis estão localizados entre os rios Madre de Dios e Beni. Além desses, índios oriundos de outras regiões do país também compõem a população.

Em Pando, a oligarquia local estabeleceu ao longo dos anos uma sólida política clientelista. Nessa região, nada foge ao controle dos brancos. Ali, onde reina a visão mercantilista da terra, prevalecem a exploração, a comercialização e a apropriação privadas e monopolizadas dos bens naturais em função do mercado externo.

O agravamento da situação de penúria dos subalternos - indígenas e campesinos, sobretudo - é a tendência inelutável de tudo isso. É através de tal tendência que se pode entender o fato de o Departamento ter, ao mesmo tempo, o maior rendimento *per capita* e o maior índice de pobreza do país.

Ao lutar pela autonomia departamental, era esse estado de coisas que a oligarquia pandina, liderada por Leopoldo Fernandez, pretendia manter. Além do mais, ela se sentia duplamente ameaçada pela proposta de Reforma Agrária do Governo Federal. Este havia anunciado a meta de assentar 2.500

famílias de campesinos (coccaleros) oriundos do altiplano nos Departamentos de Beni e Pando. Destas, 750 famílias já haviam sido assentadas em 2009. Estimava-se que as demais o seriam até o final de 2010 ([movimientoordemvigilia.blogspot.com](http://movimientoordemvigilia.blogspot.com)). Com um único golpe, o Governo de Evo pretendia, portanto, distribuir terras (fundamento dos poderes e privilégios das oligarquias) e aumentar seu coeficiente eleitoral na votação da proposta de autonomia departamental de Pando.

Temerosa, a oligarquia pandina partiu para o ataque, radicalizando o conflito. Nisso, ela contou com o apoio prestativo de parte substancial da imprensa. Evo Morales foi pintado como perseguidor, reacionário, comunista, agente de Fidel Castro e Hugo Chávez.

Atentos a essa estratégia, os partidários de Evo agiram. Em 10 de setembro de 2008, os campesinos ligados ao Movimiento Al Socialismo resolveram marchar rumo à cidade de Cobija (capital de Pando). Pretendiam chegar no dia 11 e dissolver os protestos a favor da autonomia e exigir a renúncia do prefeito de oposição Leopoldo Fernandez.

Informado a esse respeito, o governador ordenou a construção de duas trincheiras em El Porvenir, a fim de barrar a marcha. Do confronto direto, resultou o massacre de campesinos partidários do Governo Evo. Diante disso, o Governo Federal interveio, decretou estado de sítio, prendeu Leopoldo Fernandez e colocou à frente do Departamento o contra-almirante da Marinha, Bandeira Arze. Isso neutralizou, em parte, as forças “autonomistas oligárquicas”.

Vice-presidente e intelectual marxista de primeira grandeza, Álvaro García Linera argumenta que, ao lançar mão da violência, a direita forçou o governo central a tomar uma atitude “contudente”, fornecendo-lhe, ao mesmo tempo, a justificativa moral para isso. Para o autor, este é o “primeiro estado de sítio na história boliviana ditado na defesa e na proteção da sociedade, encontrando o pleno apoio da população horrorizada pela ação dos golpistas”.

Em entrevista ao *Le Monde Diplomatique* da Bolívia (2009), Linera faz um balanço positivo daquela conjuntura de 2008: “em agosto se consolida a vitória eleitoral” (na votação do estatuto autonômico dos departamentos); “em setembro a vitória militar” (resposta à tentativa de golpe da direita); “e em outubro a vitória política” (aprovação congressual do referendo constitucional). Para ele, com isso, “fecha o ciclo constituinte e, a partir desse momento, inicia-se a estrutura da ordem unipolar da nova ordem estatal”.

“El MAS no tiene contricante opositor”, disse o vice-presidente boliviano em recente entrevista à *Tribuna Chilena* (2010). Otimista, ele auspícia para a Bolívia “tempos de grande estabilidade política, que nos vão permitir dedicar a maior parte da energia ao bem-estar, a gerar e distribuir riqueza. Vem a década de ouro para a Bolívia, é uma previsão objetiva” (tradução livre).

Sem oposição, o “evismo” reinaria absoluto. Ao lado da valorização dos povos de origem indígena-campesina, de suas tradições e modo de vida, este termo último (evismo) tem grandes implicações para a Amazônia boliviana. Isso porque,

dentre outras coisas, ele representa “propostas sensatas, razoáveis, que constroem uma nova ideia de globalização, mas em defesa da vida e da natureza” (tradução livre). A dimensão política de tal termo é notória, posto que no campo da questão ambiental o Governo Evo Morales pretende ser autoridade e liderança no continente e no mundo.

Governos (central, departamental (Pando) e de sua capital Cobija) que, sem oposição significativa, valorizam as populações nativas e seu modo de vida e que têm na preservação do meio ambiente uma de suas principais preocupações. O que poderia obstar que a Amazônia boliviana (e, de modo especial, a pandina) saísse de sob o domínio do capitalismo colonial predatório? Superados os conflitos, enfim reinará a visão que indígenas e campesinos têm sobre o território amazônico e seu uso? Diferentemente do que sugere o vice-presidente em seu otimismo, cremos que a questão não está fechada, mas aberta e será definida no campo da política.

### **Cisma na base de apoio do Governo Evo: razões e possíveis implicações para a Amazônia-pandina**

Com efeito, o Governo central cresceu em força política em todos os quadrantes do país. Sua aceitação passou de 54% para 67% do eleitorado. A direita perdeu as eleições. O MAS “fez” o governador de Pando, Lucho Flores, e a *Alcaldesa* (prefeita) da capital (Cobija), Ana Lúcia Reis Melena. Ao assumir, o novo governador prometeu trabalhar em função da autonomia

dos povos indígenas e camponeses, dando ênfase e mostrando fidelidade ao projeto do Governo central.

Contudo, o governo do MAS não deixou de passar por dificuldades. Dentre os Departamentos onde a proposta de autonomia departamental foi posta em votação, foi em Pando onde se registrou o maior índice de rejeição a Evo Morales, 66,9%. Quer queira, quer não, deve-se reconhecer que a prisão de Leopoldo Fernandez o elevou à categoria de símbolo das oligarquias. Em 2009, ele concorreu como vice-presidente na chapa encabeçada por Reyes Villa.

Dentre outras coisas, isso mostra que a oposição permanece viva. Debilitada, é verdade, mas viva. E, portanto, pode criar embaraços. Além do mais, deve-se tomar em consideração o recente cisma ocorrido na base de sustentação do Governo Evo. Não se trata apenas de um cisma na base de apoio do Governo central, com uma dimensão estritamente político-partidário-governamental. Trata-se, no fundo, de um abalo no bloco classes subalternas-camponeses-indígenas e no projeto nacional-popular.

No campo de sua base, as principais críticas ao Governo central partem do *Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo* (Fobomade), da *Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano* (Cidob) e do *Consejo Nacional de Ayllus y Marcas del Qullasuyu* (Conamaq). Sem embargo, pode-se dizer que o centro da celeuma é o desenvolvimentismo do governo massista.

Na já referida entrevista concedida à *Tribuna Chilena* (2010), Linera vincula a busca por desenvolvimento à afirmação

da soberania e à nacionalização dos recursos naturais; à industrialização e ao agregamento de valor aos produtos bolivianos; ao crescimento econômico (o maior da América Latina em 2009) e à universalização de serviços sociais. Tudo isso, diz o vice-presidente, fruto da “combinação virtuosa entre mercados externo e interno”.

Para os mais recentes críticos do governo, porém, isso tem resultado numa relação ambígua com as transnacionais, outrora duramente criticadas. Entre as transnacionais com que o governo mantém relações, destacam-se a Total da França, a Repsol da Espanha, a Vintage dos Estados Unidos, a BP da Gran-Bretanha e a Petrobrás do Brasil. Em sociedade com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) da Bolívia, essas empresas manteriam controle sobre a exploração e a comercialização de gás.

Em carta aberta ao Presidente Evo Morales, o Fobomade reconhece avanços do governo massista, que tem “logrado modificar la apropiación de los excedentes y regalías, que actualmente generan más ingresos al Estado para la distribución de bonos como el Juancito Pinto y la Renta Dignidad”. Todavia, adverte que isso deveria inspirar a busca de modelos alternativos de desenvolvimento.

Para os dirigentes do Fobomade, essa busca é indispensável na medida em que a “apuesta por un ritmo creciente de exportaciones de minerales y petróleo como motor del crecimiento económico” “significa que la visión del desarrollo continúa basada en la depredación de la Naturaleza y

la dependencia de los mercados internacionales manteniendo el rol de país proveedor de materias primas y el sometimiento a sus reglas y a sus instituciones comerciales globales que imponen las restricciones a los cambios que estamos esperando”.

Além do mais, o *Foro* reconhece que “este nuevo extractivismo”, base do “desenvolvimentismo massista”, está “apoyado en la Iniciativa para la Integración Regional Sudamericana (IIRSA)”, programa de dimensão continental liderado pelo “Brasil y los bancos multilaterales” cujo objetivo é “establecer corredores como tubos por donde se saquean los recursos naturales”.

A carta já referida acima prossegue afirmando que o governo tem “señalado que ya no son las transnacionales de la época de la capitalización las que están operando, sino empresas estatales, como la sociedad Petroandina, conformada por YPFB y PDVSA y que por tanto los beneficios serán para todos”. Mas isso, continua a carta, “demanda el sacrificio de los pocos pobladores indígenas que habitan en las TCOs, en sujeción al interés prioritario del Estado”. No fim das contas, “persiste el menosprecio a lo que pasa en regiones de la Bolivia interna, alejadas del eje central, como Pando o como la Amazonía en su conjunto”.

Essas críticas se estendem à representação política e à falta de consulta às populações sobre a exploração de recursos naturais em seus territórios. Quanto ao primeiro ponto, os críticos lembram que existem apenas sete (7) assembleias para mais de trinta (30) povos indígenas. No tocante ao segundo,

ele nega, na prática, aquilo que a Nova Constituição estabelece como lei e o governo trata como sua maior vitória: a autonomia.

A tensão entre a autonomia dos povos indígenas e camponeses sobre seus territórios e a preservação do seu modo de vida e do meio ambiente, por um lado, e o desenvolvimentismo do Governo massista, por outro, já havia sido assinalada por Linera em algumas ocasiões. Já em 2009, em entrevista ao *Le Monde Diplomatique da Bolívia*, Linera dizia: “E certamente haverá uma tensão lógica social-estatal de um uso sustentável da natureza e da necessidade social-estatal de gerar excedentes (lucros) económicos a cargo do Estado”. Dizia ser uma tensão “entre democratização do poder e monopólio de decisões (movimiento social/Estado)”. Seria “preciso viver com essa contradição vital da história. Não há receita, é obrigatório tirar gás e petróleo do norte amazônico de La Paz”.

Na mesma entrevista, o vice-presidente se pergunta se quem quer impedir a exploração de recursos são as comunidades indígenas, as ONGs ou outros países. Não resta dúvida de que há interesses de outros países na não exploração dos recursos. Nesse intuito, eles lançam mão do financiamento a ONGs para que, sob o pretexto da preservação ambiental, fragilizem a soberania dos países que compõe a Amazônia Continental sobre seus territórios. Foi exatamente em função disso que, recentemente, os prefeitos de Pando decidiram expulsar do Departamento a USAID, principal braço dos EUA na região<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Para mais sobre a atuação da USAID na Amazônia, ver Souza (2007) e Cameli (2009).

Mas mesmo denunciando a influência estrangeira em algumas reivindicações de caráter ambiental, o governo reconhece que elas provêm legitimamente também de indígenas e campesinos. Malgrado isso, Linera afirma que “junto ao direito à terra de um povo está o direito do Estado, do Estado conduzido pelo movimiento indígena-popular e camponês, de sobrepor o interesse coletivo maior de todos os povos. E assim vamos proceder daqui para frente”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como procuramos mostrar, desde o início, a Bolívia esteve submetida ao domínio colonial. Os colonizadores sempre contaram com oligarquias locais em seu intuito de exploração de bens naturais do país e submetimento das classes e grupos subalternos.

Nesse quadro, compreensível é o fato de em torno do território ocorrer um acirrado confronto entre oligarquias e classes e grupos subalternos. A manutenção dos poderes e privilégios daquelas dependia, em larga medida, de excluir estes últimos do acesso ao território. Com isso, o território foi, majoritariamente, concebido e tratado segundo a perspectiva privado-capitalista.

A eleição de Evo Morales colocou em perigo o fundamento do poder das oligarquias. Fortemente sustentado pelos movimentos indígenas e campesinos, o governo do primeiro presidente indígena da Bolívia propôs autonomia às

populações locais sobre seus territórios. A isso, as oligarquias responderam com a proposição das autonomias departamentais frente ao governo central.

Essa era uma tentativa de manter a velha relação subordinada com países centrais. O confronto foi inevitável e até dramático, como em Pando, onde ocorreu o Massacre de El Porvenir. Passado o acirramento do conflito, o MAS conseguiu eleger o novo Governador e Alcaldesa da capital desse Departamento componente da Amazônia boliviana.

Tudo parecia indicar que, enfim, a Amazônia pandina sairia do domínio do capitalismo colonial predatório. Parecia que, enfim, reinaria a visão indígena-campesina sobre o território amazônico e seu uso. Mas eis que, das fileiras amigas, surgem grupos denunciando e protestando contra o desenvolvimentismo do governo massista. O foco da crítica é a relação ambígua do governo com as transnacionais, a frágil representação política, o desrespeito à autonomia das populações indígenas sobre seus territórios, resultante da proposição governamental de exploração dos recursos naturais.

Isto faz de Pando chão em que se defrontam projetos e percepções distintos sobre o território/natureza/bens e seu uso. Quem sairá vitorioso? Não se sabe. Sabe-se, porém, que a direita tem se aproveitado e alimentado a tensão entre o governo massista e esses grupos que hoje lhe dirigem críticas.

Nesse sentido, é lícito perguntar: Ocorrerá um alinhamento, ainda que em princípio estratégico, entre os dissidentes e as oligarquias? Ou o cisma entre Governo central

e base será superado? Se sim, como? O Governo central recuará em seu desenvolvimentismo? Os dissidentes suspenderão ou flexibilizarão suas reivindicações por respeito ao meio ambiente, a seu modo de vida e representação política? Governo e dissidentes encontrarão um meio termo?

Apenas a história poderá responder a essas perguntas e ela, como o futuro da Amazônia pandina, segue aberta.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALI, Tariq. **Piratas do Caribe**: o eixo da esperança. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BORON, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CAMELI, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira**: um estudo sobre o caso do Acre. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 45. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LANDER, Edigardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

SANTANA, Carlos César de. **“Autonomias” na Bolívia**: um estudo sobre os conflitos políticos em Pando. Monografia. União Educacional do Norte - UNINORTE. Rio Branco, Acre, 2009.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-Occidental**: um olhar sobre a “Iniciativa MAP”. UFAC/Brasil. Dissertação de Mestrado, 2007.

SOUZA, Israel Pereira Dias de; PAULA, Elder Andrade de. **Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA)**: “Cooperação Internacional” e/ou “Ecoimperialismo”? Texto apresentado no IV encontro da ANPPAS: “Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate”, em Brasília, 2008.

## DESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA: A PERSISTÊNCIA DE UMA ILUSÃO FASCINANTE E FACÍNORA<sup>36</sup>

Grosso modo, pode-se definir a trajetória do desenvolvimentismo na América Latina da seguinte maneira: iniciado sob os governos populistas, robustecido e esgotado sob os governos militares. Nascido sob os impactos da Crise de 1929 e das duas grandes guerras. Sepultado sob os impactos da crise dos anos 1970. Uma crise como parteira. Outra como coveira.

Ao desmoralizar o Estado como indutor do desenvolvimento e ao fragilizar as fronteiras nacionais, a crise da dívida e as políticas de “livre comércio” dos anos 1980-90 pareciam apenas dar ao desenvolvimentismo o golpe de misericórdia, sacrificando-o no altar da “globalização”. Aumentando, porém, as desigualdades sociais, as políticas neoliberais viraram ao avesso a sorte dos governos a elas associados. Uns caíram. Outros não se reelegeram ou não elegeram seus sucessores.

Se nos anos 1990 assistimos à hegemonia neoliberal, nos anos 2000 vimos sua contestação. Governos vinculados à esquerda e a movimentos sociais diversos foram eleitos. Embora com certo exagero, não foi sem motivo que alguns analistas começaram a falar em um período “pós-neoliberal” para a

---

<sup>36</sup> Esse texto foi publicado em 04/09/2011, na página do Diário Liberdade ([http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19181:desenvolvimento-na-america-latina-a-persistencia-de-uma-ilusao-fascinante-e-facinora&catid=247:batalha-de-ideias&Itemid=156](http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=19181:desenvolvimento-na-america-latina-a-persistencia-de-uma-ilusao-fascinante-e-facinora&catid=247:batalha-de-ideias&Itemid=156)). Aqui, ele segue com umas poucas modificações.

América Latina. Além das esperanças focadas mais estritamente na questão social, alguns desses governos trouxeram também grandes expectativas em relação à questão ambiental, caso de Brasil, Bolívia e Equador.

O governo Lula criou o *Programa Amazônia Sustentável*, e muito se esforçou para que o Brasil fosse visto, lá fora, como referência no campo da preservação ambiental. A *Convenção do Clima em Copenhague* foi seu grande palco. Depois, é Dilma quem bem quererá aparecer na Rio+20 - *Conferência das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável* marcada para 2012, no Rio de Janeiro.

Sob Evo Morales e Rafael Correa, Bolívia e Equador reconheceram-se Estados plurinacionais e inscreveram em suas constituições o “Bem-viver”. De maneira um tanto simples, pode-se dizer que esse é um ideal societário que, calcado nas práticas-saberes dos povos originários, inspira a construção de uma sociedade em que sejam respeitados os direitos dos povos e da natureza.

Em que pesem às esperanças suscitadas pelos governos acima referidos, eles acabaram por legitimar o sistema que eles mesmos ajudaram a deslegitimar. Ressuscitaram e reabilitaram o desenvolvimentismo, incorporando-o a seus programas. Reputaram-no imprescindível para a inclusão social e mesmo para o respeito aos povos e à natureza. Dessa forma, o que parecia definitivamente enterrado ganhou novo sopro de vida. Em decorrência, os processos emancipatórios no continente deparam hoje com não poucos nem pequenos problemas.

No Brasil, eles podem ser vistos no caso das hidrelétricas (dos rios Madeira e Xingu) cujo caráter genocida é amplamente denunciado. Sob o fogo das críticas, o presidente do *Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis* (IBAMA), Curt Trennepohl, afirmou que há de autorizar a hidrelétrica de Belo Monte (no Pará), e que seu trabalho não é cuidar do meio ambiente, e sim “minimizar impactos ambientais”. No mesmo tom intransigente, sugeriu que os afetados pela barragem deveriam receber tratamento igual ao que os “aborígenes” receberam na Austrália. Embora assombrosamente perversas, tais palavras não receberam retificação de nenhum de seus superiores. O silêncio parece dizer que ou não veem nelas nenhum problema ou então a endossam.

Na Bolívia, os conflitos em torno da rodovia que ligará Cochabamba a Santa Cruz mostram que lá as coisas não se passam de modo muito diverso<sup>37</sup>. A rodovia terá 306 km. Um de seus trechos está projetado para atravessar o *Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure* (Tipnis)<sup>38</sup>, uma reserva de 1.091 milhão de hectares onde vivem entre 10 mil e 12 mil nativos. O valor estimado da construção é de US\$ 415 milhões. Destes, US\$ 322 milhões seriam do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* (BNDES), através do qual o governo brasileiro

---

<sup>37</sup> Ver **Conflitos e disputas territoriais na Amazônia-boliviana** - reflexões sobre o caso de Pando.

<sup>38</sup> O conflito persistiu no tempo. Infelizmente, Evo Morales retirou a proteção deste território para a construção da rodovia. Ver Evo Morales retira la protección a un territorio indígena para construir una carretera. Disponível em <[https://elpais.com/internacional/2017/08/05/america/1501893823\\_386095.html](https://elpais.com/internacional/2017/08/05/america/1501893823_386095.html)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

procura submeter financeiramente alguns de seus vizinhos, favorecendo, por meio de dinheiro público, um punhado de empresas sediadas no Brasil.

Os habitantes da região a ser afetada pela estrada alertam para problemas ambientais, temem a possível chegada de plantadores de coca, de colonizadores em busca de madeira e de outros bens naturais. A eles, que reclamam ainda da falta de consulta, Evo Morales chamou “inimigos da pátria”, “agentes a serviço da USAID” (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional). Para o presidente que já foi considerado “Herói Mundial da Mãe Terra”, a estrada sai, “queiram ou não”.

De seu lado, Rafael Correa tem dispensado tratamento similar àqueles que em seu país são contrários a projetos de impactos sociais e ambientais sabidamente danosos. Nesse espírito, o governo decidiu convocar licitação para exploração petroleira do “Campo Armadillo”<sup>39</sup>, situado na província amazônica de Orellana e onde foram encontrados vestígios dos povos isolados Tagaeri e Taromenane.

Com isso, o presidente não apenas contradiz sua política de proteção aos povos isolados, mas pode ser responsável pelo genocídio de tais povos. Aos que a isso se opõem, ele chamou

---

<sup>39</sup> Por fim, parece que a pressão para a exploração de petróleo na região amazônica do Equador venceu. Ver Equador desiste de impedir exploração de petróleo em área amazônica. Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130816\\_equador\\_exploracao\\_amazonica\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130816_equador_exploracao_amazonica_fn)>. Ver também No Equador, o petróleo contra os índios. Disponível em <<https://outraspalavras.net/blog/2016/02/26/no-equador-o-petroleo-contra-os-indios/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

“terroristas”, termo amplamente invocado para justificar a implantação de um “estado de exceção permanente” e a violação dos direitos humanos.

Ter inscrito o ideal do “Bem-viver” em suas constituições foi inegável ato de força e coragem por parte dos governantes do Equador e da Bolívia e daqueles que lhes deram sustentação. Todavia, isso está longe de, por si só, assegurar respeito à natureza e aos povos. Agregado e/ou subordinado ao desenvolvimentismo, tal ideal tem sido usado para legitimar projetos outros e para desqualificar e criminalizar e até para desumanizar os insubmissos.

Liderando o processo de integração continental através do BNDES e do projeto da *Iniciativa para a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americana* (IIRSA), o governo brasileiro exporta para seus vizinhos as misérias que ele tem semeado também em solo pátrio. Vê-se por esse prisma que, mesmo nas mãos de governantes saídos das fileiras da esquerda, o desenvolvimentismo tem servido para mover guerra aos de “baixo” e à natureza.

Ante tal quadro, é oportuno perguntar: seria esse o tipo de integração que os governos da região pretendem aprofundar para se proteger dos efeitos da atual crise? Os resistentes conseguirão vergar seus governos, fazê-los flexibilizar ou suspender as políticas genocidas? Ao “Bem-viver” estará reservada sorte idêntica à do “desenvolvimento sustentável”, isto é, a de se converter em ideologia do sistema ou, talvez, num projeto só válido para microexperiências incapazes de mudar

seu entorno e de se sustentar para além do curto prazo? Será esse outro capítulo histórico a compungir os que ainda acreditamos no socialismo?

Sobram-nos as dúvidas. Soçobram-nos as certezas. Entre estas poucas está a de que, apesar dos pesares, o desenvolvimentismo persiste na América Latina como uma ilusão a um só tempo fascinante e facínora.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BBC BRASIL. **Equador desiste de impedir exploração de petróleo em área amazônica.** Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130816\\_equador\\_exploracao\\_amazonica\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130816_equador_exploracao_amazonica_fn)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

GHIROTO, Marina e CASTRO, Luísa de. **No Equador, o petróleo contra os índios.** Disponível em <<https://outraspalavras.net/blog/2016/02/26/no-equador-o-petroleo-contra-os-indios/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

MOLINA, Fernando. **Evo Morales retira la protección a un territorio indígena para construir una carretera.** Disponível em <[https://elpais.com/internacional/2017/08/05/america/1501893823\\_386095.html](https://elpais.com/internacional/2017/08/05/america/1501893823_386095.html)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

## **RIO+20: CENÁRIO GEOECONÔMICO E TENDÊNCIAS<sup>40</sup>**

*A Rio+20. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* se aproxima, atraindo atenções, suscitando esperanças e críticas. Mas o que podemos esperar da Cúpula das Nações Unidas que há de girar em torno da “economia verde”?

Procuramos responder a essa pergunta considerando o cenário geoeconômico-mundial que serve de quadro à Cúpula, destacando suas tendências, e o papel que a China e os “governos progressistas” na América Latina aí desempenham.

### **A geoeconomia mundial, a China e a América Latina**

O atual cenário geoeconômico é marcado por um misto de crise, conflitos e esperanças. O que se convencionou chamar “primavera árabe” sacode o Oriente Médio e o Norte da África. Nos EUA e na Europa, a crise se faz acompanhar por movimentos que, embora tenham aí suas raízes, começam a ganhar o mundo, como “Ocupe Wall Street” e os “indignados”.

De outra banda, os BRICs<sup>41</sup> vão crescendo em força política e econômica. Tomando o segundo lugar do Japão na economia mundial, a China vai se afirmando como grande

---

<sup>40</sup> Originalmente, esse texto foi publicado em 28/01/2012, na página da Editora Boitempo (<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/news/view/1640>).

<sup>41</sup> Grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China. Agora acrescido de África do Sul.

potência. Seu ascenso é visto por alguns como uma possibilidade de superar, a um só tempo, a hegemonia mundial dos EUA e o sistema capitalista. Entre estes, destacam-se Giovanni Arrighi, André Gunder Frank, Wallerstein e, mais próximos de nós, Carlos Eduardo Martins.

Grande investidora em mecanismos da “economia verde”, a China é vista também como promotora de uma economia que respeita o meio ambiente (ver Villamar, 2011, p. 14-19). Como o primeiro, este ponto é, no mínimo, controverso.

Como Harvey argumentou, “setenta por cento da atividade econômica dos EUA dependem do consumismo” (HARVEY, 2011, p. 92), isto é, de um tipo de consumo ambientalmente destrutivo. É assaz conhecido o fato de a China ser um dos grandes financiadores da potência do Norte. Dentre outras coisas, tal investimento se justifica no fato de que esse mercado é extremamente importante para seus produtos que, por força de seus baixos custos e qualidade, são praticamente descartáveis.

Por outro lado, a China vai solidificando sua presença no Oriente Médio, mantendo relações com Paquistão e Irã, procurando garantir seu suprimento de petróleo. Sua demanda na economia mundial atuou como importante fator de sustentação da arquitetura macroeconômica latino-americana, contribuindo para o estabelecimento de uma conjuntura de expansão econômica.

Martins lembra que, entre 2000 e 2010, o volume do comércio entre China e América Latina cresceu mais de dez vezes

(MARTINS, 2011, p. 314; p. 320). Mas como destacou recente relatório da CEPAL (2011), “90 por cento das importações da China à América Latina correspondem a matérias-primas”.

Num cenário de reprimarização da economia latino-americana, as relações comerciais do gigante asiático com a região visam, preponderantemente, a riquezas naturais. Trazendo os produtos primários de volta ao primeiro plano na economia da região, isso aumentou ainda mais a pressão para explorar os bens naturais. Assim, a relação com a China segue aprofundando tendências suscitadas no neoliberalismo, propiciando uma espécie de volta ao paradigma ricardiano das “vantagens comparativas”. Perversos são os impactos que daí derivam para a natureza.

Importa sublinhar que a “proporção de bosques na superfície da América Latina caiu de 51,9% para 47,2% entre 1990 e 2010 e no Brasil de 69% para 62,4%”. Para Martins, a grande responsável por parte desse processo de desflorestamento é a expansão da cultura da soja, “que passou a ocupar 35% das terras aráveis das terras brasileiras e 52% das argentinas em 2008, frente aos 22% e 18,5% que ocupava, respectivamente, em 1990” (MARTINS, 2011, p. 340).

Hoje, o saldo comercial brasileiro depende inteiramente do obtido pelo agronegócio. Entre 2000 e 2009, este saltou de US\$ 20,3 bilhões para US\$ 54,9 bilhões (MARTINS, 2011, p. 340). Desse modo, além da força política da bancada ruralista, o agronegócio tem ainda a força econômica a pesar em seu favor e em desfavor da questão ambiental.

Não apenas do agronegócio vinculado à monocultura. De modo geral, o Brasil depende hoje da venda de bens primários. Entre janeiro e maio de 2011, as *commodities* chegaram a representar 71% do valor total exportado pelo país. No mesmo período de 2010, a participação das *commodities* foi de 67%. As exportações desse tipo de produto avançaram mais celeremente que as de manufaturados. Nos primeiros cinco meses de 2011, a exportação de *commodities* cresceu 39,1% em relação a igual período de 2010, enquanto os embarques de manufaturados subiram 15,1% (<http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/o-peso-das-commodities-nas-exportacoes>). Acesso em: 29 jun. 2011).

Dependente da venda de *commodities* para o balanço positivo de suas relações comerciais, o Brasil depende também da China. Não apenas por ser grande compradora do país, mas porque é a demanda chinesa (o “efeito China”, como dizem) que mantém os preços das *commodities* em alta (<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-depende-da-china-para-evitar-crise,80062e>). Acesso em: 13 ago. 2011).

E mesmo os investimentos diretos da China em solo brasileiro não representam algo diferente neste quadro de pressão pela exploração de bens naturais e, por conseguinte, de depredação ambiental. Tendo aumentado 14.000% somente em 2010, os investimentos chineses no Brasil “se concentrarão na produção de *commodities* e em infraestrutura, priorizando os setores de mineração petrolífero, siderurgia, plantio, transmissão de energia e transportes” (MARTINS, 2011, p. 324).

Para Mészáros, “o fracasso da modernização do ‘Terceiro Mundo’, apesar de todos os esforços nela investidos durante as décadas de expansão do pós-guerra, chama nossa atenção para um defeito estrutural fundamental de todo o sistema” (MÉSZÁROS, 2007, p. 92). Tais observações apontam para um problema maior que uma “conjuntura desfavorável”. Dentre outras coisas, podemos ver isso no fato de: 1) as indústrias latino-americanas ou estarem fragilizadas e/ou em mãos forâneas<sup>42</sup>; e 2) os bens primários pesarem tão decididamente nas balanças comerciais. Ante tal quadro, configura-se um anacronismo os governos da região lançarem mão do ideário desenvolvimentista, ainda que dando a ele colorações e feições outras.

Em verdade, há um misto de farsa e tragédia nisso. A farsa fica por conta dos de cima. Enquanto a tragédia pesa sobre os de baixo e sobre a natureza. Ninguém pode vedar aos países da região a busca do crescimento econômico, a fim de (internamente) melhorar a condição de vida de suas populações e (externamente) afirmar sua soberania. No entanto, o cenário é inimigo e os meios escolhidos, inadequados para levar aos fins propagandeados. O máximo que se há de conseguir assim é aquilo que Reinaldo Gonçalves (2013), tratando do caso brasileiro, definiu como “desenvolvimento às avessas”. A China dá sustentação às economias latino-americanas, mas ao preço de aprofundar o cenário de reprimarização. E nada obsta que o gigante asiático tome o lugar dos EUA na decisão dos destinos da região.

---

<sup>42</sup> Ver artigo **IIRSA e o “subimperialismo brasileiro”** logo a seguir.

Isso nos permite postular: quer o epicentro econômico-histórico permaneça no Ocidente, quer se desloque em direção ao Oriente, permanecendo sob os ditames do capital, o sistema continuará orientado para a reprodução ampliada do capital e, portanto, calcado na exploração do trabalho e da natureza. E como assevera Mészáros:

A degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico (do capital), em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior (MÉSZÁROS, 2006, p. 253).

Assim, numa ou noutra perspectiva, a economia continuará voltada para a produção de valores de troca e para as necessidades do sistema, e não para a produção de valores de uso e para as necessidades das pessoas.

Ainda que seja, como destaca Villamar, o país que mais gaste em “estímulos verdes” e o que faz “uso del 25% del total mundial de licencias de patentes de Tecnologías Energéticas Limpas” (VILLAMAR, 2011, p. 17-18), a China depende e estimula a chamada “economia marrom”. Sua pungente indústria não pode prescindir daquilo que alimenta seu crescimento. E, dada a importância deste para a economia mundial nesse tempo de crise, os EUA, mesmo se sentido ameaçados, dificilmente quererão a estagnação ou o decréscimo da economia chinesa. Afinal, daí vem parte significativa de seu financiamento.

Por esse prisma, entre os gigantes da economia mundial, nada há que indique cenário favorável à construção de uma

economia alternativa que, verdadeiramente, respeite a natureza. Isso vale também para os países “emergentes”. É nesse quadro que vêm crescendo e dificilmente abrirão mão daquilo que lhes têm proporcionado crescimento.

## **Ameaça às Amazônias e aos povos originários**

Como ou mais que a China, também os “governos progressistas” da América Latina suscitam muitas esperanças quanto à reorientação da economia. As propostas do “socialismo do século XXI” na Venezuela e as do “Bem-viver” vindas da Bolívia e do Equador despertaram muito entusiasmo. Olhados de perto, agora tais governos inspiram cautela.

Optaram pela integração regional como caminho para sair da crise, fugir à influência estadunidense e gerar divisas que pudessem ser investidas em inclusão social. Lamentavelmente, eles o fazem ainda sob o ideário desenvolvimentista que, na regressiva conjuntura atual, está assentado basicamente na exploração dos bens naturais.

Os casos das hidrelétricas no Brasil, do TIPNIS na Bolívia, de Cajamarca no Peru (agora sob Humala) e da exploração petrolífera no Equador são emblemáticos quanto a isso. Além de explicitar o caráter controverso de suas políticas, isso coloca sob ameaça a natureza e conquistas importantes, como as autonomias, o Bem-viver, as consultas prévias etc.

As Amazônias e os povos originários sentem as ameaças de tais políticas de modo dobrado. Como destaca Alain Muñoz,

a existência dos indígenas amazônicos depende de riquezas naturais, abundantes e de boa qualidade. Por isso eles requerem usufruto exclusivo de seus territórios. Apenas alguns poucos territórios estão reconhecidos, “pero son, al mismo tiempo, los mejor conservados y más amenazados. Suman casi 2 millones de km<sup>2</sup>, una cuarta parte de la Amazonía. Albergan más de millón y medio de personas, de casi 450 pueblos indígenas diferentes” (<http://intercambioclimatico.com/es/inicio/itemlist/category/44-biodiversidad.html>). Acesso em: 18 jan. 2012).

Valendo-se de dados da Red Amazónica de Información Socio-ambiental Georeferenciada (RAISG), Muñoz ressalta que

En Venezuela, sólo 40 comunidades recibieron títulos de sus tierras. Esto beneficia únicamente al 3% de indígenas amazónicos. En Bolivia, casi la mitad (45%) de las solicitudes no se atendieron. [...] En Brasil, 99 de 412 territorios indígenas reconocidos están permanentemente amenazados. Más de la mitad de ellos (55) por expansión de la frontera agrícola. El resto (44) por la explotación ilegal de diferentes recursos naturales (<http://intercambioclimatico.com/es/inicio/itemlist/category/44-biodiversidad.html>). Acesso em: 18 jan. 2012).

Não é por casualidade que, no Brasil, os povos originários estão sendo lesados em seus direitos (<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6030>). Acesso em: 22 dez. 2011 e <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/11/09/indigenas-reclamam-de-invasao-de-terras-demarcadas-e-criticam-governo>). Acesso em: 09 nov.

2011), suas lideranças assassinadas, e suas crianças mortas por desassistência no Acre (<<http://lindomarpadilha.blogspot.com.br/2012/01/o-governo-brasileiro-e-as-mortes-de.html> >. Acesso em: 21 jan. 2012).

Elaborado pela equipe do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o quadro a seguir mostra, a partir do Orçamento Federal, a distância entre o que o Governo planejou fazer pelos povos originários em 2011 e o que ele realmente fez ou, melhor dizendo, o que ele deixou de fazer. A atuação do governo é o que liga a desassistência numa ponta e a violência na outra. E o genocídio é o resultado inelutável de uma e outra coisa.

## **Orçamento Geral da União para as ações e serviços junto aos povos indígenas**

<b>Ação</b>	<b>Dotação autorizada</b>	<b>Liquidado</b>	<b>%</b>
Proteção Social dos Povos Indígenas	23.733.900	7.946.350	33,48
Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas	100.000	0,00	0
Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas	13.826.000	3.793.191	27,44
Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	23.866.000	412.491	1,73
Demarcação e Regularização de Terras Indígenas	18.955.706	10.538.348	55,59
Gestão e Disseminação das Informações acerca da Temática Indígena	320.000	20.943	6,54
Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	326.621.000	207.742.953	63,60
Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Agravos	40.150.000	1.354.183	3,37
Fomento a Projetos direcionados a Cultura dos Povos Indígenas	900.000	89.992	10,00

**Fonte:** Cimi, 22/12/2011, Informe nº 995: Política indigenista do Governo Federal gera legado de sofrimento e morte em 2011. Disponível em: <[https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/21257\\_20120103\\_172433.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/21257_20120103_172433.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2011.

Assim, que liderança poderá exercer o Brasil na Rio+20? Olhar o papel que ele hoje cumpre na América do Sul, as empresas e os projetos que (interna e externamente) está a favorecer pode ser muito instrutivo a esse respeito.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

CEPAL. **La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial**. Santiago de Chile: 2011.

FRANK, André Gunder. Tigre de papel, dragão de fogo: In SANTOS, Theotonio dos (org.). **Os impasses da globalização**. São Paulo: Loyola, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LCT, 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

IEBGOTT, Roberto Antônio. **Política indigenista do Governo Federal gera legado de sofrimento e morte em 2011**. Disponível em <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6030>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

LANDIN, Raquel. **Brasil depende da China para evitar crise.** Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-depende-da-china-para-evitar-crise,80062e>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

LIEBGOTT, Roberto Antônio. **O governo brasileiro e as mortes de crianças indígenas no Acre.** Disponível em <<http://lindomarpadilha.blogspot.com.br/2012/01/o-governo-brasileiro-e-as-mortes-de.html>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MUÑOZ, Alain. **Territorios exclusivos: imprescindibles para indígenas amazônicos.** Disponível em <<http://intercambioclimatico.com/es/inicio/itemlist/category/44-biodiversidad.html>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

NASSIF, Luís. **Commodities já representam 71% das exportações do país.** Disponível em <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-peso-das-commodities-nas-exportacoes>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

SANTIESTEBAN, Gustavo Soto. Uma mira macroscópica al conflicto Del TIPNIS: In **Agência latinoamericana de Informação.** El cuento de La economía verde. Ecuador, 2011.

SENADO NOTÍCIAS. **Indígenas reclamam de invasão de terras demarcadas e criticam governo.** Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/11/09/indigenas-reclamam-de-invasao-de-terras-demarcadas-e-criticam-governo>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

VILLAMAR, Alejandro. La disputa por la justicia climática es de valores no de colores: In **Agência latinoamerica de Informação.** El cuento de La economia verde. Ecuador, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. Geopolítica, política de classes e a atual desordem mundial. In SANTOS, Theotonio dos (org.). **Os impasses da globalização.** São Paulo: Loyola, 2003.

## IIRSA E O “SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO”<sup>43</sup>

Depois de algumas considerações sobre o cenário geoeconômico que servirá de quadro à Rio+20, concluíamos o texto (Rio+20: cenário geoeconômico e tendências) que abriu a reflexão a que damos seguimento aqui com a seguinte indagação: Que liderança o Brasil poderá exercer na Rio+20? Vanguarda na transição rumo a uma economia que respeite os limites da natureza?

Sinalizávamos que observar o papel que o país hoje cumpre na América do Sul, os grupos econômicos e os projetos que (interna e externamente) está a favorecer poderia ser muito instrutivo a esse respeito. Propomo-nos fazer isso por meio de sucinta análise da liderança brasileira no âmbito da *Iniciativa para a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americana* (IIRSA).

### **Integração sul-americana e atração de fluxos de capital**

David Harvey (2005 e 2011) vem convincentemente argumentando que um dos principais motivos das crises capitalistas é a falta de oportunidades de investimento lucrativo, sem as quais o fluxo de capitais é interrompido. Tais oportunidades precisam representar segurança, a certeza (ou o que disso se aproximar) de menor custo e maior retorno.

---

<sup>43</sup> Originalmente, esse texto foi publicado em 16/02/2012, no Blog Insurgente Coletivo (<http://insurgente coletivo.blogspot.com.br/2012/02/iirsa-e-o-subimperialismo-brasileiro.html>).

Elas podem se concretizar em gastos sociais, projetos de longo prazo, abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho ou um misto disso tudo (HARVEY, 2005, p. 93-94).

A região que reunir essas condições - ou pelo menos algumas delas - torna-se importante polo de atração de capital. É obvio que condições assim não se criam do nada. Para isso concorre uma complexa e robusta articulação entre sistema financeiro, instituições de crédito e Estado.

Ora, a atuação “subimperialista” do Brasil na América do Sul (e para além dela) mostra que o país está a fazer da região um polo atraente para fluxos de capitais, garantindo a eles favoráveis condições econômicas e políticas.

Dentre outras coisas, é o que se pode depreender do projeto de integração regional através da IIRSA. Nesse âmbito, a liderança política brasileira e o financiamento público (via BNDES) têm garantido a implementação de obras de perversos impactos ambientais e sociais, bem como o favorecimento a grandes grupos econômicos.

Além de pretender integrar toda a América do Sul, essa Iniciativa também conta com obras que possibilitam a integração desse continente e da Amazônia Continental - através do Pacífico - com o Leste Asiático. Portanto, o projeto visa a integrar mais que a região sul-americana, com impactos danosos em toda a Pan-Amazônia.

Para Ana Esther Ceceña, a IIRSA está “localizada na região do mundo que possui as maiores riquezas em termos

de biodiversidade, água e oxigênio, e com enormes reservas de recursos energéticos e de quase todos os minerais” (CECENÑA, 2009, p. 18). A pesquisadora mexicana não hesita em considerá-la o projeto “mais ambicioso de ordenamento do território que se está desenvolvendo no mundo” (CECENÑA, 2007).

Conjugando-se com a reprimarização da economia já discutida alhures<sup>44</sup>, a amplitude do projeto e a variada e abundante riqueza natural fazem da região algo demasiado atraente para os bancos e para as frações “marrons” e “verdes” do capital. Atraente também para aquelas frações do capital que funcionam como uma espécie de intersecção entre estas e aquelas. Frações que chamamos “marrons-verdes”, dado que procuram se reproduzir ampliadamente valendo-se de ambos os padrões de acumulação.

Lançada em 2000, a IIRSA foi planejada em 10 *Eixos de Integração e Desenvolvimento* (EIDs), criando, segundo potencialidades e interesses econômicos, sub-regiões dentro da América do Sul. Há, ao lado disso, a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), responsável pela integração entre os diversos mercados da região. O conceito de “regionalismo aberto”, um dos mais importantes pilares da Iniciativa, aponta para um cenário em que todas as barreiras (físicas, comerciais, político-nacionais etc.) seriam derrubadas, dando ao capital acesso irrestrito a tudo quanto possa significar oportunidade de lucro, dos mercados formados ou em formação aos bens naturais.

---

<sup>44</sup> Ver **Rio+20**: cenário geoeconômico e tendências.

## **A centralidade do BNDES e os favorecidos**

Desde os primeiros anos deste século, a influência estadunidense vem sofrendo resistência na América do Sul. Tanto da parte de “governos progressistas” (“sociedade política”) quanto da parte de movimentos sociais (“sociedade civil”). Somado ao “relativo declínio” (FIORI, 2008, p. 21) dos EUA no cenário mais geral, isso representou um recuo de sua influência na região.

O Brasil aproveitou o favorável momento e avançou no recuo da potência do norte. Isolando os opositores mais radicais e cativando apoio interno (dos agronegócios, de gigantes da construção civil, de bancos, de organizações representativas das classes e dos grupos subalternos, dos setores mais pauperizados da população etc.) e externo (de governos de outros países, do capital financeiro, de organismos multilaterais etc.), Lula foi consolidando e ampliando a influência do país em toda a região sul-americana. Para o que contou, além da liderança política, com a atuação do BNDES.

Saltando de 2,6 bilhões, em 2001, para 6,7 bilhões, em 2008, o volume de seus investimentos superou o do BID na América do Sul (BADIN, 2009, p. 22). Em 2010, a carteira de crédito do BNDES foi de “162 billones de reales, 100 billones de dólares estadounidenses, más que la CAF, el BID y el Banco Mundial juntos” (SANTIESTEBAN, 2011, p. 45).

Em geral, os investimentos do BNDES em outros países se dão na forma de empréstimos. Além de submeter financeiramente

os tomadores de empréstimos, o governo brasileiro consegue, por essa via, influenciá-los a contratarem empresas “brasileiras”. Isso é o que alguns chamam de “condicionalidades”. O banco estipula, diz-nos matéria de Patrícia Campos Melo, “que 85% dos produtos e serviços do projeto precisam vir do Brasil” (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/500982-com-apoio-do-bndes-presenca-de-empreiteiras-brasileiras-se-multiplicam-no-exterior>). Acesso em 20 set. 2011).

As empreiteiras têm sido bondosamente favorecidas por esses investimentos externos. Sobretudo, pelos investimentos em infraestrutura. Segundo dados de Patrícia Campos Melo, o financiamento do BNDES para obras de empreiteiras “brasileiras” (as aspas são nossas) no exterior aumentou 1.185% entre 2001 e 2010, passando de US\$ 72,897 milhões para US\$ 937,084 milhões. Havia previsão de que, em 2011, os investimentos do banco em infraestrutura chegassem a US\$ 1,3 bilhão. Isso representaria, no que toca ao favorecimento a empreiteiras, uma alta de 38% em relação a 2010.

Entre as empreiteiras eleitas, destacam-se Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa. Ainda segundo dados de Patrícia Campos Melo, somente entre 2009 e 2010, entre serviços e bens acoplados, sem incluir as construções, a Odebrecht exportou US\$ 2 bilhões. Hoje, 58% da receita da Odebrecht Engenharia e Construção vêm do exterior (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/501025-vendas-de-obras-de-empreiteiras-ao-exterior-sao-feitas-em-pacote-e-inclui-o-financiamento-do-bndes->). Acesso em: 20 set. 2011).

## **O “subimperialismo brasileiro”**

Tal quadro parece concretizar uma espécie de variante da Doutrina Monroe: “América do Sul para os brasileiros”. Não resta dúvida sobre a força do Brasil e do BNDES na América do Sul e na Pan-Amazônia, onde, em razão dos interesses de certos grupos econômicos, submetem natureza, povos e Estados. Não resta dúvida também sobre a centralidade da IIRSA (e do PAC: Programa de Aceleração do Crescimento) na consecução desses interesses antiecológicos, antidemocráticos e colonialistas. As polêmicas envolvendo empresas “brasileiras” na Bolívia (Petrobras e, mais recentemente, a OAS) e no Equador (Odebrecht) bem o demonstram.

Diferentemente do que alguns sugerem, porém, isso está longe de significar a superação do domínio estadunidense no continente e a promoção de interesses genuinamente brasileiros. Interessa considerar que as empresas que hoje são um paradigma do êxito econômico do Brasil não são brasileiras. São empresas com capital brasileiro. Mas, como destaca Ceceña, que se nutriram de capital estrangeiro através das bolsas de valores internacionais. A entrada de capitais forâneos, muitos deles estadunidenses, coincidiu com a ampliação das atividades dessas empresas, colocando-as em um melhor lugar no mercado mundial (CECEÑA, 2009, p. 19). Mesmo o BNDES tem se empenhado em captar recursos estrangeiros.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o que está em curso é um desdobramento da desnacionalização-internacionalização

à qual a economia brasileira ficou mais fortemente sujeita com a abertura do regime pós-ditatorial.

A liberalização comercial e as privatizações bem expressaram essa realidade. Nas privatizações e fusões ocorridas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre um quinto e um quarto do PIB do Brasil “mudou de mãos” (BIONDI, 2003 e 2003a), “valor nunca alcançado mesmo se comparado à época da República Velha, quando o capital privado estrangeiro predominava nos transportes ferroviários e urbanos e na eletricidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 31).

Durante esse período, “a parte do PIB brasileiro sob controle das multinacionais é da ordem de 50% a 60% [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 31). Destacando a “relação entre os processos de desnacionalização e privatização”, Gonçalves ressalta que “A participação média das estatais nas vendas totais das 500 maiores empresas caiu de 28,7% em 1980-1994, para 20,6% no período de 1995-2002” (GONÇALVES, 2006, p. 219).

Por outro lado, “A participação das transnacionais no total das vendas das 500 maiores empresas (capital produtivo) aumentou cerca de 31% em 1992, para 45,3% dez anos depois” (GONÇALVES, 2006, p. 218). E “Nesse mesmo período”, prossegue o autor, “a participação relativa das empresas privadas nacionais reduziu de 42,4%, para 37,3%”.

Como no quadro geral da economia brasileira, há também, no seio da IIRSA, um tenso e complexo entrelaçamento entre interesses de elites forâneas e elites

nacionais-regionais-locais. Interesses que se chocam em alguns pontos, harmonizando-se em outros, mas sempre amparados pelo mesmo benfeitor Estado brasileiro. Bem compreendendo a natureza desse entrelaçamento, Ceceña afirma com segurança:

[...] é certo que o Brasil melhorou suas condições de negociação e sua margem de manobra. Isso não significa, entretanto, que um megaprojeto como a IIRSA não responda a um desenho estratégico desde os centros de poder hegemônicos (nos Estados Unidos). Mas, sim, é evidente que um projeto de tal envergadura favorece os interesses econômicos locais. Os interesses estratégicos na IIRSA, evidentemente, provêm das cabeças pensantes dos Departamentos de Defesa e de Estado e da cúpula empresarial dos Estados Unidos, mas o projeto despertou grande interesse entre as classes dominantes locais. Por isso, foi assumido por elas como próprio e lançado ao mundo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (CECENA, 2009, p. 19).

Há quem diga que tal entrelaçamento de interesses, sob liderança brasileira, é estratégico para a região sul-americana; que, num mundo globalizado, não poderia ser de outro jeito. Abrir-se-iam dessa forma importantes oportunidades para a economia nacional e para as classes subalternas.

É oportuno, contudo, dar ouvidos a Ana Saggiaro Garcia, pesquisadora do Instituto Rosa Luxemburgo, para quem não há ainda estudos que possam averiguar com dados qual é o retorno dos investimentos externos para a economia brasileira como um todo, principalmente para a classe

trabalhadora. Para ela, o direcionamento dos recursos públicos do banco resulta, em grande medida, na concentração de certos setores da economia brasileira, e não em uma distribuição de renda (<http://www.brasildefato.com.br/node/8644>). Acesso em: 19 jan. 2012).

A Plataforma BNDES tem contundentemente denunciado que, à revelia da transparência com os gastos públicos, o governo brasileiro segue favorecendo, no exterior e em solo pátrio, grandes conglomerados empresariais e financeiros, nos setores de mineração e siderurgia, papel e celulose, agropecuária, petróleo e gás, hidroelétrico e etanol, com intensos e extensos impactos sociais e ambientais.

Em que pese a tudo isso, a liderança brasileira tem sido exitosa em aglutinar em torno da IIRSA até mesmo governos que muito teriam a contribuir com a promoção de outra civilização. Não sem razão, Santiesteban ressalta que, desde que a IIRSA foi lançada, o governo que “ha dado mayor impulso a la IIRSA es el de Evo Morales Ayma, cuyo Programa de gobierno 2010-2015 inscribe como suyo todo el paquete de proyectos IIRSA” (SANTIESTEBAN, 2011, p. 45).

Em razão disso, é possível caracterizar a liderança brasileira na América do Sul como equivalente daquilo que Ruy Mauro Marini (1977) chamava “subimperialismo”, através do qual o Brasil se afirma como *hegemon* regional, voltado para a promoção dos interesses de frações as mais diversas do grande capital, criando na região o clima econômico e político favorável aos negócios.

## **A Amazônia em tal quadro**

Na Amazônia, região com abundantes e variadas riquezas ainda pouco ou nada exploradas, a IIRSA e o PAC, para favorecer uns poucos, resultarão em destruição ambiental, miséria e morte para muitos. Em 2011 havia a previsão de que, até 2020, os investimentos, focando os agronegócios, geração de energia, transporte e mineração, chegassem a R\$ 212 bilhões (<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/991426-amazonia-vira-motor-de-desenvolvimento.shtml>). Acesso em 16 out. 2011).

Como dito antes, os agronegócios cresceram em peso econômico e força política nos últimos anos. Tal força foi potencializada com a liberação da plantação dos transgênicos. Em 2011, o Brasil, pelo terceiro ano consecutivo, foi líder na “expansão do cultivo mundial de lavouras geneticamente modificadas”.

Em matéria publicada no jornal Valor, Gerson Freitas Jr. aponta que no ano passado a área ocupada com transgênicos no país somou 30,3 milhões de hectares, um aumento de quase 20% ou 4,9 milhões de hectares em relação à safra anterior. Em 2011, o país plantou cerca de 69 milhões de hectares com soja, milho, algodão, canola, abóbora, papaia, alfafa e beterraba geneticamente modificados (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506336-produtoresbrasileirospuxamavancoglobaldocultivodetransgenicos>) Acesso em: 08 fev. 2012).

A Amazônia tem servido a essa expansão. E, chegando à região, com as mazelas sociais e ambientais já bem conhecidas

de todos, os senhores do agronegócio reclamam infraestrutura para exportar a produção.

Os projetos estatais para a região procuram atender à reclamação supra através de rodovias, ferrovias e hidrovias. Estas últimas estão casadas com as hidrelétricas, cuja produção de energia está voltada, quase em sua totalidade, para outras regiões do Brasil e para indústrias eletro-intensivas. Algumas dessas indústrias são estrangeiras, abrem poucos postos de trabalho, consomem muita energia e provocam verdadeiras catástrofes ambientais. É com razão que encontram cenário desfavorável para atuarem em seus países sede.

Terra abundante, fenomenal potencial energético, estratégica via de acesso ao Pacífico e ao mercado asiático, riquezas naturais abundantes e variadas; vasta região com pouca infraestrutura e, portanto, passível de receber investimento em obras de grande porte, ainda que inúteis e/ou ameaçadoras para a maior parcela dos sujeitos que nela habitam e para a paisagem natural. Tudo isso faz da Amazônia algo economicamente atraente para o fluxo do capital em suas variadas frações.

## **Legislação sob ataque**

Mudanças na legislação - já ocorridas ou em curso - expressam a tendência a deixar as coisas ainda mais favoráveis aos negócios. Destaques: a “lei da grilagem de terras”, a liberação dos transgênicos, o Novo Código Florestal, a fragilização de órgãos fiscalizadores (como o Ibama), aceleração nas licenças

ambientais para construção de obras e projetos de exploração, a tentativa de fazer com que a homologação de terras indígenas e quilombolas passe pelo aval do Congresso, a abertura de terras indígenas à mineração.

Nesse cenário, a segurança do capital significa insegurança, violência e até morte para aqueles que ocupam os territórios desejados pelos senhores do dinheiro.

### **A farsa fascinante e a tragédia facínora**

Como vimos, desde a última década, o Brasil vem se afirmando como *hegemon* regional na América do Sul. No projeto de integração regional, o país tem usado sua liderança política e o poder do BNDES para fazer da região um polo de atração de fluxos de capitais os mais diversos. O resultado tem sido o favorecimento a grandes grupos e setores econômicos cujas práticas são sabidamente danosas à natureza e àqueles cuja sobrevivência depende mais diretamente de seus bens.

O que já foi executado e o que se planeja executar no âmbito da IIRSA (BID, 2011) mostram que seria ingenuidade crer que, na Rio+20, o Brasil possa assumir compromissos que apontem noutra direção. Infelizmente, sua influência se fará sentir sobre a América do Sul, mesmo sobre governos que poderiam contribuir com a promoção de outro tipo de civilização. Os desacordos e conflitos entre movimentos sociais e governos na Bolívia, no Equador e no Peru, pelo menos por enquanto, apenas reforçam a observação. Propostas como a Unasul (União

das Nações Sul-Americanas) e a Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribe), no pé em que estão, parecem insuficientes para alterar substancialmente tal quadro.

Enganar-se-á, porém, aquele que achar que o Brasil não haverá de endossar a tal “economia verde”. O mesmo se pode dizer daquele que considera a referida economia como mero discurso, algo que somente encobre a velha prática predatória de sempre. Como Paula (2013) tem argumentado, a adoção da “economia verde” abre novos mercados e consolida outro “padrão de acumulação”, paralelo em alguns pontos à “economia marrom”, e complementar, em outros.

Pressionando no sentido da ampliação e do aprofundamento da mercantilização da natureza e da vida, o capital ganhará quando exposto na mais desabrida perseguição do puro crescimento ou quando encoberto nas políticas conservacionistas. Para a Amazônia, numa ou noutra perspectiva, o resultado será o recrudescimento do “colonialismo interno” (CASANOVA, 2007) e do “estado de exceção” (AGAMBEN, 2004) a que a região está secularmente submetida.

E assim farsa e tragédia se desenrolam num mesmo cenário. A farsa dos de cima. A tragédia dos de baixo... e da natureza. A farsa fascinante e a tragédia facínora.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BADIN, Luciana. **BNDES**: exportando desigualdade. In Rede Brasil. *Contra Corrente*, Novembro, 2009.

BID. **IIRSA 10 años después**: sus logros y desafíos. Buenos Aires. BID-INTAL: 2011.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo, Perseu Abramo: 2003.

\_\_\_\_\_. **O Brasil privatizado II**: o assalto das privatizações continua. São Paulo, Perseu Abramo: 2003a.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição): In BORON, Atilio A. et al. (orgs). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

CECEÑA, Ana Esther. et al. **Territorialidade de La dominación**: la Integración de la Infraestructura Regional Suldamericana (IIRSA), 2007.

\_\_\_\_\_. Hegemonia X Utopia: In Rede Brasil. **Contra Corrente**, Novembro, 2009.

FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In FIORI, José Luís et al. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FREITAS JR., Gerson. **Produtores brasileiros puxam avanço global do cultivo de transgênicos**. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506336-produtoresbrasileirospuxamavancoglobaldocultivodetransgenicos>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil: In BASUALDO, Eduardo A. e ARCEO, Enrique (comp.). **Neoliberalismo y setores dominantes**: tendências globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises capitalistas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

LIMA, Eduardo Sales de. **Parceria público-privada por hegemonia regional**. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/8644>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y El subimperialismo**. Disponível em <[http://www.marini-escritos.unam.mx/052\\_acumulacion\\_subimperialismo.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

MELLO, Patrícia Campos. **Com apoio do BNDES presença de empreiteiras brasileiras se multiplicam no exterior**. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/500982-com-apoio-do-bndes-presenca-de-empreiteiras-brasileiras-se-multiplicam-no-exterior>>. Acesso em: 20 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Vendas de obras de empreiteiras ao exterior são feitas em pacote, e inclui o financiamento do BNDES**. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/501025-vendas-de-obras-de-empreiteiras-ao-exterior-sao-feitas-em-pacote-e-inclui-o-financiamento-do-bndes->>. Acesso em: 20 set. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. A era da indeterminação: In OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PAULA, Elder Andrade de. **Capitalismo verde e transgressões: a Amazônia no espelho de Caliban**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

SANTIESTEBAN, Gustavo Soto. Uma mira macroscópica al conflicto Del TIPNIS: In **Agência latinoamerica de Informação**. El cuento de La economia verde. Ecuador, 2011.

WIZIACK, Júlio, e BRITO, Agnaldo. **Amazônia vira motor de desenvolvimento**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/991426-amazonia-vira-motor-de-desenvolvimento.shtml>>. Acesso em: 16 out. 2011.

**AS PALAVRAS E AS COISAS:  
DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA  
NO 27º ANO DA MORTE DE CHICO MENDES<sup>45</sup>**

**As palavras certas para nossa luta**

Em levantamento recente (início de dezembro de 2015), a ONG *Global Witness* apontou que 78 “ambientalistas” foram mortos no mundo neste ano de 2015 (<[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/09/internacional/1449685932\\_807960.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/09/internacional/1449685932_807960.html)>. Acesso em: 12 dez. 2015). Segundo um porta-voz da ONG britânica, essas pessoas foram assassinadas por “lutarem por seu direito a um ambiente saudável”.

Ainda de acordo com o mesmo levantamento, em todo mundo, entre 2008 e 2012, período de alta dos preços de *commodities*, o número de mortes passou de 40 para 147 mortes por ano. Em 2015, portanto, tivemos uma diminuição no número de mortes dos “ambientalistas”.

Em 2014, Brasil e Colômbia foram responsáveis por quase 50% desse total de mortes, sendo, por isso, considerados os “piores países para a atuação de ambientalistas”. O Brasil ficou no topo da lista (<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-lidera-em-mortes-de-ambientalistas-9896>>).

---

<sup>45</sup> O presente texto é uma síntese da palestra que proferi na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na cidade natal de Chico Mendes (Xapuri), em 22/12/15, em razão do 27º ano de sua morte. Embora traga no título uma referência a um conhecido livro de Foucault, a abordagem é bem outra. O texto traz a relativa informalidade que marcou a palestra.

html>. Acesso em: 10 dez. 2015). 40% dos mortos são indígenas, vítimas da exploração madeireira, da mineração e das hidrelétricas.

Não entrarei no mérito dos números. Há muito, porém, o que refletir sobre a definição dos que foram assassinados e sobre o motivo de suas mortes. Esse é um claro exemplo em que as palavras não correspondem às coisas.

Em toda essa maneira de falar e interpretar, há uma espécie de invisibilização, de acobertamento da realidade pelas palavras. Para mim, esse é um dos grandes desafios da reforma agrária na Amazônia nestes nossos dias. Precisamos nos valer das palavras certas para falar de nossas lutas e de nossos objetivos.

O levantamento aqui em questão fala de assassinato de “ambientalistas”, de pessoas que morreram lutando por um “ambiente saudável”. Uma expressão plástica como esta sugere que pessoas foram assassinadas por varrerem suas casas e lavarem seus lençóis, pois isso é também zelar por um “ambiente saudável”. Talvez seja desinformação, mas não conheço nem um caso de alguém que fora assassinado por isso.

A verdade, porém, é que essas pessoas (referidas naquele levantamento) foram assassinadas por se colocarem contra os madeireiros, empreiteiros, mineradores e latifundiários. Foram assassinadas por lutarem por suas terras, seus territórios. Numa palavra: essas pessoas foram vítimas de conflitos agrários.

Não por acaso, a maioria dos mortos era de indígenas e posseiros, pessoas que, mesmo quando têm seus direitos reconhecidos pela lei, não os têm respeitados na prática.

Se tratamos tudo isso como “luta ambientalista”, tal como definida no levantamento daquela ONG:

1) encobrimos a realidade, borramos importantes diferenças entre práticas e lutas distintas, e findamos por romantizar a tragédia;

2) não conseguimos verbalizar e comunicar aos outros nossas dores, nossos sonhos e lutas. É como se lutássemos no escuro e em silêncio. Ninguém nos vê ou entende. Isso não é coisa de pouca monta. Cabe lembrar que os avanços que a luta dos seringueiros obteve, sob a liderança de Chico Mendes, se deveram ao fato de ter rompido o cerco, de ter comunicado ao mundo sua luta. Se sua luta tivesse se restringido ao Acre, aqui mesmo ela teria sido silenciada e hoje, no mundo e mesmo na capital Rio Branco (AC), provavelmente poucos saberiam quem foi Chico Mendes;

3) usamos a linguagem de nossos inimigos. Assim sendo, é como se nossos inimigos falassem por nossas bocas. As palavras que sairiam de nossas bocas não seriam nossas, e sim deles. Nossa língua contaria não nossa história, mas a história deles, do ponto de vista e dos interesses deles. Ao fazer isso, usar a linguagem de nossos inimigos, estamos nos rendendo e dando mais forças a eles, pois assumimos a visão que eles têm das coisas.

Por isso é que, sob o manto do “ambientalismo”, eles vêm sufocando o que realmente está em jogo: a luta por terras e territórios com todas as riquezas (materiais e imateriais) que

eles encerram. Uma luta demasiado antiga e, não obstante, atualíssima. É o contínuo avanço do capital para se interpor entre o homem e a natureza, buscando lucrar sobre as duas fontes de riqueza: o trabalho e a natureza. De um lado, os que precisam do território para sobreviver. De outro, aqueles que querem lançar mão dele apenas para aumentar suas fortunas.

Os primeiros não lutam apenas por quererem “um ambiente saudável”. Isso conta, obviamente. Mas lutam, sobretudo, porque disso depende sua sobrevivência física e cultural. Os últimos não afrontam os direitos daqueles a seus territórios por não quererem um ambiente saudável, mas porque querem suas riquezas.

## **O ambientalismo dos governos federal e local**

Para termos clareza quanto a isso, vejamos a retórica e a prática dos governos federal e local. Começemos lembrando que o governo federal alardeava que seria liderança na COP21 (conferência sobre o clima que ocorreu em Paris, de 30/11-11/12/2015), uma espécie de guia para os outros países a respeito do que fazer em tempos de “crise ambiental” e “mudanças climáticas”.

Ocorre que, dos “anos de chumbo” para cá, o governo Dilma foi o que menos realizou assentamentos e reconheceu Terras Indígenas e quilombolas. E ainda. Até meados de dezembro de 2015, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, registrou o maior número de assassinatos no campo desde 2004 (<<http://www.cptnacional.org.br/index>.

php/publicacoes-2/destaque/3040-nota-publica-o-momento-politico-atual-e-a-surdez-do-governo-dilma». Acesso em: 18 dez. 2015). Foram 46. Não por acaso, 44 destes foram na Amazônia, região com vastos e ricos territórios.

Segundo o já citado levantamento da *Global Witness*, tivemos, em todo o mundo, uma diminuição no número de mortes de “ambientalistas” em 2015. No Brasil, porém, seguimos na contramão. Aqui, aumentou o número de mortes daqueles que lutam por seus territórios e contra o avanço do capital sobre a natureza. E a culpa por isso recai, maiormente, sobre as costas do governo.

É consabido que, onde as populações locais têm efetivamente seus direitos territoriais assegurados, a depredação da natureza é barrada. No entanto, o governo federal segue numa linha de favorecimento a atividades sabidamente danosas à natureza, como construção de hidrelétricas, mineração e agronegócio. Kátia Abreu, rainha do agronegócio e inimiga declarada de populações locais, é ministra e, segundo dizem (as boas e as más línguas), uma das melhores amigas da presidente.

Por tudo isso, não causa estranheza que, sob este governo, por sua ação e inação, campeie o genocídio de indígenas no Mato Grosso do Sul e sejam forjados a PEC 215, o Novo Código de Mineração, a modificação do conceito de trabalho escravo, fragilização e enquadramento de órgãos fiscalizadores, aceleração e deturpação de licenciamentos ambientais, bem como as CPIs da FUNAI e do INCRA (em Brasília) e do CIMI (em Mato Grosso do Sul).

Seguindo a mesma lógica do Novo Código Florestal, o conjunto de tudo isso procura assegurar o acesso do capital aos mais diversos e ricos territórios, fragiliza os direitos territoriais das populações locais e criminaliza todos aqueles que ousam se levantar contra essa ordem de coisas.

Por seu turno, para justificar sua política de “desenvolvimento sustentável”, o governo local se apropriou da figura de Chico Mendes e se fortaleceu dividindo o movimento dos trabalhadores rurais, cooptando uma parte e isolando outra<sup>46</sup>. Como sabemos, essa é uma política que, sob a justificativa de preservação ambiental, tem favorecido grandes madeiras (todas de fora), algumas ONGs e o próprio governo, através de financiamento externo.

O Estado vai se afundando num “círculo vicioso da dívida pública”. Os empréstimos são vultosos. E nós nunca vemos seus benefícios. Sequer sabemos onde foram investidos. Todavia, para pagá-los, o governo usa a floresta e os tais manejos sustentáveis. Sob este governo, que já vai contar 20 anos usando e abusando da figura de Chico Mendes, os índios tiveram o processo de demarcação de suas terras paralisado. Muitos agentes governamentais e *ongueiros* vão até eles,

---

<sup>46</sup> Dois eventos foram realizados em locais vizinhos, em Xapuri, em razão do 27º ano da morte de Chico Mendes. Um deles, ocorrido na sede do sindicato, falava de um Chico militante da reforma agrária, tratava dos desafios da reforma agrária, da expulsão de posseiros que vem ocorrendo, dos desmatamentos, da repressão de órgãos como Ibama e ICMBio etc. O outro, ocorrido no salão da paróquia São Sebastião, bem ao lado, falava de um Chico ambientalista cujos sonhos haviam se concretizado e exaltavam a política de desenvolvimento do governo local, calcada na exploração madeira.

tentando convencê-los a aceitar políticas de crédito de carbono. Prometem milhões para isso. O governo não assegura o direito dos povos originários sobre seus territórios, mas quer abri-los (os territórios) à exploração por parte do capital.

Por outro lado, quem aceita o manejo pode derrubar centenas e até milhares de hectares de florestas. Enquanto os outros, a maioria, não pode nem cortar uma árvore para uso doméstico, como construir casa, cercar o terreno e coisas assim.

Sabemos que não apenas isso. Caçar e colocar roçado para comer virou crime. Pode dar multas impagáveis e cadeia. Para citar apenas um caso: sabemos daquele seringueiro que, por cortar 5 árvores para uso doméstico, recebeu uma multa de mais de 300 mil reais.

Sob a política do “desenvolvimento sustentável”, os inimigos da floresta foram transformados em heróis; e os amigos da floresta, aqueles que efetivamente cuidam dela, foram transformados em bandidos, criminosos.

Dizendo estar realizando o sonho de Chico Mendes, que foi transformado em “ambientalista”, o governo local diz que todos (madeireiros, índios, empresários, seringueiros, posseiros etc.) estão unidos pela preservação da floresta. Segundo ele, já não há problemas com a reforma agrária. Não há mais luta pela terra. Quanto a isso, ainda de acordo com o governo, estão todos satisfeitos. A preocupação de todos é ambiental, e não agrária. E assim, mais uma vez, o ambientalismo encobre nossa luta, justifica a opressão e a exploração.

Como depende de propaganda enganosa a respeito desse modelo de desenvolvimento para atrair investidores e

assegurar empréstimos, é imperativo para o governo silenciar qualquer reivindicação pela terra, pois isso mostraria que os problemas agrários não foram resolvidos. Ao contrário, vêm até se agravando por força de sua política de desenvolvimento sustentável.

É necessário reafirmar nossa luta e seu sentido. Ter claro que Chico Mendes não era ambientalista, e, se o fosse, no sentido que o governo local propala, não teria sido assassinado. Chico era seringueiro e socialista. Lutava pela reforma agrária e contra o capital, e por isso foi morto. Foi sagaz ao perceber que, naquele momento, as pessoas não se importavam com a dor dos seringueiros. Mas, se estes falassem em proteção da floresta amazônica, iam despertar interesses, solidariedade. Isso já serviu. Não serve mais. É uma armadilha. Devemos nos desvencilhar dela.

Pela visão ambiental, os governistas falam em proteger a floresta. Mas proteger de quem? De nós, que sempre a protegemos, e hoje somos tratados como criminosos. Pela visão ambiental, eles falam em proteger a floresta. Mas proteger para quem? Para aqueles como os madeireiros, que sempre destruíram (e destroem) a floresta, mas têm capital, e, por isso, são amigos e patrões do governo.

Por isso há que se dizer que, mais que um país perigoso para a atuação de ambientalistas, o Brasil é perigoso para quem defende a reforma agrária. Aqui, no Acre, a maioria dos ambientalistas (e suas ONGs) está irmanada com o governo no intuito de expropriar as comunidades locais e garantir que

o capital tenha acesso irrestrito a seus territórios e riquezas. Aqui, o maior risco que a maioria dos ambientalistas corre é ser bem remunerada pelo governo e pelos capitalistas por seus prestimosos serviços.

Os desafios da Amazônia neste 27º ano da morte de Chico Mendes são os desafios que ele enfrentou em vida: os desafios da reforma agrária. Dentre outras coisas, para sermos exitosos nessa luta, devemos assumir com clareza nossos objetivos, abandonar a linguagem e a visão de nossos inimigos; devemos evitar as ilusões para com o Estado, governos e partidos. A luta pela Amazônia é a luta da reforma agrária. A luta pela reforma agrária não pode deixar de ser contra o capital e todas as suas personificações e serviços.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

SÁNCHEZ, Felipe. **Ao menos 78 ambientalistas foram assassinados em 2015** <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/09/internacional/1449685932\\_807960.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/09/internacional/1449685932_807960.html)>. Acesso em 12 dez. 2015.

CPT. **NOTA PÚBLICA:** O momento político atual e a surdez do governo Dilma: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3040-nota-publica-o-momento-politico-atual-e-a-surdez-do-governo-dilma>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

WELLE, Deusch. **Brasil lidera em mortes de ambientalistas** <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-lidera-em-mortes-de-ambientalistas-9896.html>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

Carnaval de mau gosto, esse em que o imperialismo busca vestir-se de verde e confundir-se entre os populares...

[...]

A crise que hoje assombra a Europa e os EUA (e o mundo) bem mostra que os senhores do dinheiro preferem sacrificar nações inteiras a abrir mão do lucro. Nada indica que a natureza, mesmo sob o desenvolvimento dito “sustentável”, receberia tratamento diferenciado.

Muitos são os que têm alertado para a imprevisibilidade da crise em curso. O capitalismo parece realmente ferido de morte. Mas ameaça levar-nos a todos de roldão. Esse momento deve ser aproveitado não “para avançar na construção do desenvolvimento sustentável”, mas para buscar alternativas civilizacionais ao sistema vigente. Nesse sentido, é imperativo ir para além do “desenvolvimento sustentável”. Ou, para dizer com István Mészáros, é preciso ir “para além do capital”.

